

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia

É uma Casa Portuguesa com Certeza!
A casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os imigrantes portugueses: um estudo a partir da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Rio de Janeiro-RJ.

Roberto Ribeiro de Sousa

Orientação:
Dra. Ana Maria Lima Daou

RIO DE JANEIRO

2006

Sousa, Roberto Ribeiro de

É uma Casa Portuguesa com Certeza! A casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os imigrantes portugueses: um estudo a partir da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Rio de Janeiro-RJ. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG 2006.
126 p.; il.

Dissertação–Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG, 2006.
Orientadora: Ana Maria Lima Daou

1. Imigração 2. Movimento Associativo . 3. Identidade Territorial.
4. Representações. I. Título

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia

É uma Casa Portuguesa com Certeza!
A casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os
imigrantes portugueses: um estudo a partir da Casa de Trás-os-Montes e
Alto Douro no Rio de Janeiro-RJ

Roberto Ribeiro de Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Dr. Ana Maria Lima Daou

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto

Aprovada em: ____ / ____ / ____

*À bravura dos imigrantes
(reconhecidos e desconhecidos)*

Agradecimentos

A presente dissertação do mestrado é resultado da contribuição de variados fatores. A minha família, de origem rural portuguesa, que se instalou na cidade do Rio de Janeiro na perspectiva de melhores condições de vida. Entre os meus familiares ascendentes, o presente e o passado foram incessantes em viagens mentais no espaço entre Brasil-Portugal e Portugal-Brasil em diversos bate-papos. Família esta que conseguiu fornecer as condições iniciais incentivando-me a estudar. A Geografia, “lente” que permite maior alcance para enxergar algumas das contradições e conflitos que marcam o Mundo. Aos meus amigos, professores e alunos que nas discussões variadas relacionadas à Geografia e Cultura estimularam-me a caminhar por esta seara.

A empreitada intelectual na prática não seria possível sem a contribuição dos seguintes docentes. Primeiramente, a prof.^a Ana Maria Daou que aceitou “de bate-pronto” ser minha orientadora no primeiro contato no qual tivemos e que no decorrer do trabalho foi fundamental nas suas colocações e críticas para a qualidade da dissertação. Ao prof. Roberto Lobato Corrêa a quem tive a oportunidade de assistir aulas na pós-graduação as quais tive contato com bibliografia de ponta indicadas por esse grande mestre. Ao prof. Helion Póvoa com suas abordagens pertinentes e dicas “exatas” com referências teóricas a respeito das questões migratórias. Ao prof. Rogério Haesbaert cujas aulas foram marcantes pelos diferentes ângulos geográficos em suas abordagens.

Também aos companheiros que de alguma forma se interessaram e/ou me estimularam nesta empreitada: Benvinda, Denílson, Fábio Tadeu, Fátima, Jairo, José Carlos, Luciano, Luciana, Marcelo Jesus, Marcelo Orozco, Márcia, Marisa, Marcus Rosa, Pinheiro (em memória), Raquel, Roberto, Renato, Thiago, Vanderlei e Vanderlina.

Em casa e na pesquisa de campo, o “fazer” a dissertação teve a contribuição imprescindível de Ana Paula, meu amor e minha companheira nas empolgações e angústias da pesquisa e escrita. Ao meu tio Domingos, Caetano e Judith que muito me ajudaram em conversas sobre os portugueses no Rio. A secretaria e presidência da Casa de Trás-os-Montes que abriu “as portas” para a pesquisa. Aos meus admiráveis pai – Eleutério (em memória), mãe – Laurinda e ainda a minha irmã – Cristiane. E, acima de tudo a DEUS.

RESUMO

SOUSA, Roberto Ribeiro de. **É uma Casa Portuguesa com Certeza! a casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os imigrantes portugueses: um estudo a partir da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Rio de Janeiro-RJ.**

Orientadora: Ana Maria Lima Daou. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG. Dissertação de Mestrado em Geografia

A imigração portuguesa para o Brasil no século XX foi acompanhada de movimento associativo que propiciou a fundação de associações que serviram e servem de referência cultural, apoio econômico e/ou assistência social voltadas para a comunidade portuguesa no Brasil. Distantes fisicamente da região e país de origem e sem o apoio incisivo estatal português, os imigrantes portugueses sentiam-se desamparados e expostos às vicissitudes que a vida em um novo país impõe. A possibilidade de contatos com patrícios era adequado para mobilizar interesses vinculados à cultura, trabalho, saúde, lazer, e negócios. Um lugar de encontro com pessoas do mesmo perfil tornava-se importante. O movimento associativo é a conseqüente resposta a essas demandas. Torna-se estratégico fundar associações com finalidades vinculadas ao atendimento específico do grupo imigrante.

Assim, a presente dissertação fundamenta-se na análise da importância de um determinado tipo de associação que se tornou a mais numerosa dentre as fundadas por portugueses no Rio de Janeiro no século XX: as casas regionais. Para o aprofundamento do estudo, citamos como exemplo uma destas casas regionais, a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, na cidade carioca. Partimos da idéia que uma casa regional qualifica-se como lugar de identificação regional/nacional por meio de práticas sociais em que a saudade da terra e a exposição da região e país de origem são reavivadas, imaginadas e até mesmo reinventadas na forma idealizada de um Portugal camponês deixada para trás pelo imigrante. Destacamos ainda que estas práticas são carregadas de múltiplas e simultâneas representações com apelo geográfico importantes no processo de construções identitárias efetivadas pelos associados da associação regionalista em tela.

ABSTRACT

SOUSA, Roberto Ribeiro de. *É uma Casa Portuguesa com Certeza! a casa regional como lugar de identificação regional e nacional para os imigrantes portugueses: um estudo a partir da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro no Rio de Janeiro-RJ.*

Orientadora: Ana Maria Lima Daou. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG. Dissertação de Mestrado em Geografia

Portuguese immigration to Brazil in the 20th century was followed by an associative movement which permitted the foundation of associations which served, and still serve, as cultural reference, financial support and/or social assistance focused on the portuguese community in Brazil. Far away from their homeland and without an incisive support from the portuguese State, portuguese immigrants felt helpless and exposed to the hard times imposed by the life in a new country. The possibility of making contact with their countrymen was adequate to mobilize interests tied to culture, health, leisure and business. It was important to find a place where people with the same profile could meet themselves. The associative movement seems to be the proper answer to these demands. The strategy adopted was to found associations aiming at providing this support to this specific group.

Thus, this present paper has the aim of analyzing the importance of a determinate kind of association that became the most numerous among those founded by portuguese immigrants in the 20th century in Rio de Janeiro: the regional houses. To provide a deeper study, we cite as an example of one of these regional houses, the Trás-os-Montes and Alto Douro House, built in the city of Rio de Janeiro. Our approach supports the idea of a regional house as a place where regional and national identifications linked to social practices are renewed, imagined and even reinvented in the idealized form of a peasant Portugal left behind by the immigrant. In this kind of places the immigrant not only longed for his/her homeland but also had the opportunity of sharing his/her traditions. It worthies mentioning that these practices are loaded with multiple and simultaneous representations with a geographic appeal which are very important in the process of identities built by the members of these regionalist associations.

SUMÁRIO

Introdução.	1
Capítulo 1. Considerações Teóricas.	13
Capítulo 2. A Emigração Portuguesa para o Brasil: Deslocamento, Conexão e Perspectivas entre Lugares.	26
2.1. <i>Descrição Geral.</i>	27
2.2. <i>Características e Fatores da Imigração Portuguesa para o Brasil.</i>	31
2.3. <i>O Fenômeno Migratório e os seus Múltiplos Fatores.</i>	37
Capítulo 3. As Associações de Origem Portuguesas no Brasil: Alicerces de Vários Lugares.	44
3.1. <i>A Distribuição das Associações pelo Brasil.</i>	45
3.2. <i>As Associações: Tipos e Histórico na Cidade do Rio de Janeiro .</i>	49
Capítulo 4. Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Fundação, Localização e Referências Simbólicas.	56
Capítulo 5. Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: a Origem Geográfica dos Associados e a Estrutura de Poder.	70
5.1. <i>Considerações sobre os Associados com Base nos Arquivos da Casa de Trás-os-Montes.</i>	71
5.2. <i>A Estrutura de Poder na Casa de Trás-os-Montes.</i>	79
Capítulo 6. Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Programação e as Características Marcantes das Festas na Casa Regional.	84
6.1. <i>A Programação das Festas.</i>	85
6.2. <i>O Perfil das Festas na Casa de Trás-os-Montes.</i>	87
6.3. <i>Características Marcantes das Festas Tradicionais</i>	97
Considerações Finais.	107
Referências Bibliográficas.	115
Anexos.	121

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Tabelas

TABELA 1. Entrada de Imigrantes Portugueses no Brasil (1884 -1991). _____	27
TABELA 2. Os Maiores Grupos Estrangeiros com Residência Fixa no Brasil-1991. _____	29
TABELA 3. Os Maiores Grupos Estrangeiros com Residência Fixa no RJ-1991. _____	29
TABELA 4. Distribuição por Regiões e Estados no Brasil das Associações de Origem Portuguesa. _____	46
TABELA 5. Tipo e Quantidade de Associações de Origem Portuguesa nos Séculos XIX e XX na Cidade do Rio de Janeiro-RJ. _____	49
TABELA 6. As Casas Regionais na Cidade do Rio de Janeiro: Respective Anos de Fundação. _____	51
TABELA 7. Residência dos Portugueses Associados na Casa de Trás-os-Montes na Capital (Zonas Geográficas) e no Estado do Rio de Janeiro. _____	72
TABELA 8. Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Total). _____	74
TABELA 9. Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Tipos). _____	76

Lista de Mapas

MAPA 1. A Comunidade Portuguesa pelos Vários Países do Mundo. _____	42
MAPA 2. Distritos de Vila Real e Bragança na Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, Nordeste de Portugal. _____	43
MAPA 3. Concelhos dos Distritos de Vila Real e Bragança. _____	43

Lista de Quadro e Gráficos

QUADRO 1. As Localizações da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. _____	58
GRÁFICO 1. Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Arq. Ant). ____	76
GRÁFICO 2. Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes(Arq. Atv). ____	77

Lista de Figuras

FIGURA 1. A fachada da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (a).	63
FIGURA 2. A fachada da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (b).	64
FIGURA 3. A fachada da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (c).	64
FIGURA 4. Corredor de acesso aos salões.	64
FIGURA 5. Imagem de Nossa Senhora de Fátima.	66
FIGURA 6. Objetos de memória trasmontana e portuguesa.	68
FIGURA 7. A celebração das Vindimas (a).	92
FIGURA 8. A celebração das Vindimas(b).	92

Introdução

A atitude de migrar não é uma iniciativa isolada e desarrazoada em uma dada conjuntura espacial e temporal. O processo migratório é, marcadamente, uma ação coletiva no qual estão presentes variados condicionantes que levam ao indivíduo emigrar de sua terra natal em busca de novas terras. Conexões são estabelecidas entre lugares de partida e chegada que se relacionam através das redes sociais envolvendo uma teia de contatos nos quais projetos de vida e sonhos são imaginados e realizados. Essas redes sociais de migrantes envolvem a circulação de informações e pessoas requisitando instituições que agem no sentido de viabilizar a empreitada da migração.

Dentro desse contexto, as associações de migrantes são importantes no atendimento de necessidades daqueles que chegam a novas terras. As associações procuram atender carências de ordem econômica, política e/ou cultural no sentido de permitirem melhores condições de vida para aqueles que chegam num novo país, região ou cidade. Dessa forma, associações foram criadas – beneficentes, profissional-empresariais, educacionais e recreativas – para acolher as minorias dos grupos imigrantes dentro da nova sociedade majoritária nas quais prestaram e/ou prestam serviços de informações quanto aos direitos dos migrantes e possibilidade de empregos, assistência social, locais recreativos e favorecem a reconstrução de valores simbólicos entre anteriores e novos espaços habitados.

O presente estudo busca analisar a importância de um determinado perfil de associação de migrantes, as associações regionalistas – chamadas aqui de casas regionais. Sustentamos a abordagem de que a imigração portuguesa para o Brasil, ao longo do século XX, foi acompanhada de fundação de associações regionalistas no qual a (re)construção étnica e o apelo a representações geográficas estão entrelaçadas. Vamos por partes.

A imigração portuguesa para o Brasil, de longa data, acompanhou a formação sócio-espacial do nosso país. Presente desde colonização, continuou pelo Império e teve seu auge com a República em dois períodos. Mais de

1,5 milhão de portugueses ingressaram no Brasil no final do século XIX e no século XX – especialmente nos períodos de 1891-1930 e 1951-1970. Esse enorme fluxo imigratório difere da fase do Brasil colonial. Não mais na condição de conquistadores, mas na situação de mão-de-obra barata, livre e rural vindos de um país europeu estagnado. Assim, os portugueses buscavam melhores condições de vida na antiga colônia que virou “Metrópole”. Esse grande fluxo migratório é reflexo de períodos agudos nos quais, enquanto Portugal apresentava perspectivas sombrias, o Brasil era projetado como um país de perspectivas positivas para o imigrante português. As dificuldades na vida rural em que as famílias expandiam-se tornando as terras escassas para plantar, os baixos lucros ou insuficiente remuneração do trabalho de uma economia atrasada contrastavam com as notícias positivas vindas do outro lado do Atlântico em que patrícios prosperavam em outro país com similaridades na língua e religiosidade nas quais as condições de empregos e remuneração eram melhores, quando comparadas. Para o potencial emigrante português, o desejo de aventurar¹ crescia com força conforme jovens solteiros ou famílias inteiras saíam e depois mandavam notícias. A remessa de poupança aos parentes, as cartas editadas com informações de êxito, o retorno de portugueses que faziam questão de exibir roupas, lembranças ou financiar a reforma da casa paterna eram aspectos que, conjuntamente, alimentavam a saga da emigração. Conseguir a “carta de chamada”, mecanismo legal de autorização, embarcar no navio e viajar para o Brasil não era difícil. Para isso era acionado o contato com portugueses familiares ou amigos no Brasil para que providenciasse a garantia do emprego. Pronto, estava assegurada a condição básica para emigração.

No Brasil, distantes fisicamente da “terrinha” sem o apoio incisivo estatal português, os imigrantes sentiam-se expostos e desamparados às vicissitudes que a vida no novo país impõe. Na nova terra, os contatos estabelecidos com os patrícios tornavam-se importante para mobilizar interesses vinculados à saúde, trabalho, lazer, cultura e negócios. O movimento associativo, construído coletivamente, correspondia uma maneira organizada de responder, a essas demandas. Criar associações e se possíveis numerosas e grandiosas, com finalidades específicas vinculadas ao atendimento do grupo imigrante, tornava-se estratégico.

E assim foi ... Diante das insuficiências do Estado brasileiro no século XIX para garantir direitos previdenciários surgem associações de assistência fundadas pelos portugueses. No entanto, ao longo do século XX, perderam força com a implementação previdência estatal brasileira e a implantação de legislação trabalhista. Essas associações tais como as “caixas de socorros” e “ajuda mútua” perderam fôlego, mas isto não representou a debilidade do movimento associativo português. Outras associações surgiram atendendo demandas com as “ondas” sucessivas de imigrantes portugueses que penetraram ao longo do século XX fixando-se principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Desse modo, um novo tipo de associação, de teor regionalista, se expande: as casas regionais.

No Rio de Janeiro, as primeiras casas regionais fundadas foram: o outrora chamado Centro Trasmontano (atual Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro), em 1923 e a Casa do Minho, em 1924. A finalidade original de uma casa regional estava relacionada ao apoio ao imigrante, convívio social de portugueses da mesma origem regional/nacional e ao estímulo e valorização das tradições culturais regionais e portuguesas no Brasil. Seguindo o exemplo das casas regionais pioneiras, outras casas foram surgindo nas décadas seguintes. A maior parte delas foi fundada após a década de 50 do século XX. Paralelamente, o fluxo de imigrantes que foi forte até as décadas de 50 e 60 caiu muito durante o período posterior, principalmente nas três últimas décadas do mesmo século.

¹ Na busca de informações com os portugueses na presente pesquisa, o termo “aventurar” surgiu com relativa frequência na qual o desejo de emigrar vinculava-se a um “risco calculado”. O “aventurar” não está relacionado propriamente a uma atitude irresponsável ou impensada como, a princípio, o verbo possa indicar. Isto porque na mudança para o Brasil, já havia contatos prévios com parentes ou amigos para emprego e moradia tornando a atitude da emigração em um “risco calculado” no sentido de ter maiores chances de êxito.

Assim, ao mesmo tempo em que os imigrantes portugueses fincavam raízes definitivas e estabeleciam relações sociais cada vez mais consolidadas no Brasil, crescia o número das casas regionais, associações regionalistas nas quais se destacavam principalmente pelos seus eventos culturais festivos que afirmavam a ligação saudosa e idealizada com a região e o país de origem.

Inserida neste panorama breve, a presente dissertação busca analisar a relevância da casa regional como lugar de encontro e configuração identitária de grupo de portugueses² nas quais são acionadas no processo de identificação coletiva representações com referenciais geográficos. Para a realização do intuito, o trabalho concentrar-se-á em estudo de caso em uma das associações regionalistas de origem portuguesa: a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro situada na cidade do Rio de Janeiro.

Alguns dos estudos notórios mais referentes especificamente à imigração portuguesa combinado ao associativismo no Brasil no século XX foram desenvolvidos ora pelo viés antropológico – como exemplo o trabalho de LIMA (1973) ou pelo viés histórico – como as abordagens de LOBO (2001) e MÜLLER (2002). Porém constata-se carência de trabalhos geográficos específicos sobre o recorte temático em foco. Isso acabou por se constituir numa indagação e desafio que estimulou o nosso trabalho. Indagação porque a influência portuguesa na população e Geografia Urbana, especificamente no Rio de Janeiro, é evidente. As toponímias nos edifícios, casas de comércio e bairros exprimem a presença portuguesa e fazem da cidade carioca espaços carregados de marcas simbólicas com referência lusitana. No entanto, como assinala LESSA (2002, p.25); “tudo se passa como se debilitados e esgarçados, os fios da memória se recusassem a capturar a difusa onipresença portuguesa no panorama edilício do Rio de Janeiro”. O fato de ser a maior comunidade estrangeira e, ao mesmo tempo, estar relativamente diluída pelo espaço carioca sem formar bairros típicos étnicos confirmam a difusa onipresença. A surpresa de alguns colegas pesquisadores (geógrafos e de outras áreas de conhecimento das ciências sociais), quando levado ao conhecimento do atual trabalho – por não terem antes percebido ou notado a quantidade de associações de origem portuguesa espalhadas pelo espaço urbano do Rio de Janeiro – induz a constatação dos quais os dizeres de LESSA (2002, p.25) são apropriados: “parece que o excesso de exposição gera a invisibilidade do banal”.

Destarte, a nossa meta está em oferecer mais um enfoque que contribua no sentido de evidenciar a presença dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro a partir de estudo projetado para determinado tipo de associação de origem portuguesa – as casas regionais. As casas regionais são locais de reunião dos portugueses espalhados pela cidade e, mais do que isso, são lugares que permitem a visibilidade dos mesmos nas quais se reúnem providos pelo sentido de pertencimento a uma coletividade em que identidades são celebradas com base na origem do mesmo país, região ou até mesmo aldeia de origem. Assim, a questão central consistiu em avaliar a casa regional como lugar de identificação regional e nacional dos imigrantes portugueses nas quais as representações de ordem geográfica são efetivadas dentro desse processo de construção identitária. Para aprofundamento de estudo, direcionamos olhar para a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, associação de cunho regionalista situada na cidade do Rio de Janeiro.

A operacionalização metodológica foi de fundamental importância para realizar a presente dissertação. Optamos por combinar variados procedimentos na efetivação da pesquisa. O uso combinado de procedimentos (descritos a seguir) e não um único procedimento foi a estratégia adotada para viabilizar a produção e interpretação de informações orientada pela pesquisa em tela.

² No presente trabalho, analisamos a importância da casa regional em perspectiva centrada na visão dos imigrantes portugueses de maneira que não direcionamos a pesquisa para as gerações seguintes descendentes dos imigrantes (filhos e netos brasileiros).

Segundo BECKER (1999, p.117) o termo “estudo de caso” é um método no qual se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração de um único caso que pode ter como foco uma organização ou comunidade. O pesquisador social pode se transformar em observador-participante engajando-se em várias atividades diferentes vinculados a pesquisa. Dessa forma, são variadas as modalidades de procedimento, dependendo do grau no qual se é participante ou observador. Num dos extremos, o observador pode não participar em absoluto e tender apenas a observação sem ser observado. No outro extremo pode ser um participante em caráter integral “morando na comunidade em estudo ou tendo emprego de tempo integral na organização em que estuda” BECKER (1999, p.119-120). No nosso caso, a maior ou menor observação e/ou participação foram influenciadas conforme as três etapas da pesquisa. Nessas três etapas combinaram-se as seguintes formas de agir dentro do estudo de caso proposto: consulta e análise bibliográfica de textos disponíveis sobre a temática, interpretação de informações dos arquivos que contém dados pessoais dos associados da casa regional de Trás-os-Montes e análise dos eventos festivos da casa regional.

A primeira etapa para a operacionalização da pesquisa foi a revisão bibliográfica da literatura disponível sobre a temática para possível uso e conseqüente aprofundamento sobre questão. O estudo prévio e compreensão de obras, artigos e teses sobre a imigração portuguesa para o Brasil, o associativismo e o processo de construção de identidades foram fundamentais para o encaminhamento da presente pesquisa nos quais confirmamos o enorme peso participativo da cidade do Rio de Janeiro na constituição do movimento associativo dos portugueses no Brasil. A escolha da cidade é justificada pelos seguintes aspectos. O primeiro é, historicamente, ter atraído grande quantidade de imigrantes e concentrar elevada proporção de portugueses residentes no Brasil. Segundo os dados estatísticos do IBGE (1991), o total de portugueses com residência fixa no Brasil alcançou 224.849 habitantes e deste número 93.306 localizam-se no estado fluminense. O percentual de portugueses no estado equivale a 41,5 % do total em todo o país, levando em conta os dados anteriores. Outro aspecto é que a cidade do Rio de Janeiro reúne grande parte das associações fundadas pelos imigrantes portugueses assumindo grande peso no processo de afirmação do movimento associativo da comunidade lusitana no Brasil. Além do mais, o pioneirismo na fundação e desenvolvimento das associações regionalistas (casas regionais) deve-se a articulação dos portugueses na poderosa capital do estado, outrora capital federal, o que serviu de incentivo para a articulação associativa de outros grupos portugueses em outras cidades e estados do Brasil.

O desenvolvimento inicial da investigação partiu de informações a respeito do tema já previamente trabalhadas por autores em outras pesquisas e de validade reconhecida. Incorporamos ao nosso estudo as pesquisas relacionadas à temática proposta conforme fosse de importância relevante para a questão central e a sustentação teórica do trabalho. Nessa fase, foi definida como objeto do estudo específico de caso, a Casa de Trás-os-Montes, localizada no bairro da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. A escolha dessa associação como local privilegiado de estudo esteve calcada em três possibilidades. Uma foi a compreensão do perfil dos associados através de consulta de arquivos dos filiados em que a direção da casa regional gentilmente consentiu o acesso das informações tendo, é claro, o devido cuidado na preservação dos dados pessoais de seus associados. A segunda possibilidade foi a apreciação da cobertura jornalística semanal da vida associativa da Casa de Trás-os-Montes pelo caderno especial chamado de “Portugal em Foco” que acompanha o jornal. Esse veículo de informação faz a cobertura da programação cultural da casa regional, oferecendo a oportunidade de análise das informações conforme interesse circunstancial da dissertação. A terceira possibilidade foi o favorecimento da nossa presença em vários eventos festivos em que foi possível observar o discurso identitário por meio do rancho folclórico, músicas executadas e gastronomia; aspectos que qualificam a casa regional. Comentamos a seguir, de forma pormenorizada, o trabalho desenvolvido conforme as possibilidades descritas.

Destarte, a segunda etapa foi caracterizada pela consulta aos arquivos dos associados da Casa de Trás-os-Montes nas quais foram levantados e examinados os dados sobre a origem geográfica regional e localização residencial. Tais dados foram avaliados no sentido de observar o grau de pertinência da origem geográfica (divididos em portugueses trasmontanos, portugueses não-trasmontanos e brasileiros) dos associados à casa regional em questão. A localização residencial permitiu analisar o alcance e a distribuição dos filiados dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro, observando assim a influência da proximidade ou distância da casa regional em relação à moradia dos seus associados.

Por sua vez, o jornal “Portugal em Foco”, que veicula informações da conjuntura política, econômica e cultural de Portugal e é destinado a comunidade portuguesa no Brasil, foi a outra fonte de informações. Na edição fluminense é publicado um encarte que representou valiosas informações da presente pesquisa; o caderno das associações recreativas de origem portuguesa no Rio de Janeiro. No caderno é divulgada a programação semanal das casas regionais portuguesas enviadas diretamente pelo próprio departamento cultural de cada uma das associações. Além da divulgação da programação casa regional do nosso interesse, a Casa de Trás-os-Montes, a reportagem do caderno faz a cobertura dos principais eventos das casas regionais relatando, a partir de textos e fotos, os momentos importantes e os destaques sociais que marcaram as festividades ao longo da semana que passou.

Apoiado na programação da casa regional divulgada pelo jornal, acionamos a etapa de direta observação a análise e interpretação das festas³ da casa trasmontana para efetivo estudo. Segundo FERREIRA (2003, p.10) determinar, conceber e manter determinado espaço festivo significa impor práticas de festa que estão relacionadas ao grupo que detém o poder sobre a festa. A observação e interpretação das festas folclóricas, religiosas e comemorativas que representam o grupo étnico regional e nacional português ofereceram condições de compreendermos o tipo de discurso ou mensagem em que a celebração do lugar de origem é marcante.

As três etapas anteriores da pesquisa foram permeadas simultaneamente pela atenção dada as informações cedidas por funcionários, associados e freqüentadores da Casa, agentes significativos dentro do contexto social estudado. Tais informações foram obtidas com contatos informais ou entrevistas com tópicos semi-estruturados com abertura para que o pesquisado fale ou escreva sobre o tema que é proposto na forma mais livre (GOLDEMBERG, 2002, p.86). Procuramos informações junto aos chamados “indivíduos-chaves” cujo apoio dentro de um grupo social estudado é crucial segundo FOOTE-WHYTE (1980, p.79). O papel dos “indivíduos-chaves” como informantes destacados serviram como instância de validação de informações relevantes devidamente analisadas no percurso da pesquisa. Nesses momentos, nosso comportamento do pesquisador mediante ao grupo foi orientado duplo movimento transformação do que “é familiar em exótico, e do exótico em familiar” (MATTA, 1981, p. 157). O autor chama atenção que o “familiar” exprime aquilo que faz parte do universo diário enquanto que o “exótico” seria o oposto, aquilo fora do universo social e ideológico dominante do pesquisador. Esse raciocínio ajudou-nos a questionar e interpretar as informações dentro do cenário da pesquisa dos quais os agentes estejam interagindo. Portanto, a interpretação que se constrói sobre análises das informações concedidas não pode ser vista como isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram (CARDOSO, 1986, p.101). Para pesquisa tivemos que ter postura de mediador entre a análise e a produção da informação não sendo mero transmissor ou trivial descritor de relatos. De acordo com GEERTZ (1989, p.15), a descrição etnográfica é interpretativa quanto a um determinado discurso social devendo ser fixada

³ Adotamos como referência de informações a divulgação e cobertura das festas trasmontanas feitas semanalmente pelo jornal Portugal em Foco do ano corrente de 2005 no qual se encontra disponibilizado no anexo da presente dissertação. Tivemos ainda a oportunidade de observar diretamente algumas das festas realizadas na Casa de Trás-os-Montes.

em formas pesquisáveis na qual o autor recomenda descrição “microscópica” para torná-la mais viável. Os meticulosos trabalho de descrição e análise do “discurso social” baseados na investigação da Casa de Trás-os-Montes foi o caminho seguido. Nesse caso, a análise do discurso assumiu crescente importância. A análise do discurso (ou informações) foi orientada pelo arcabouço teórico em que as noções de lugar, representação e construção de identidade coletiva foram os norteadores, conforme podemos ver no capítulo inicial.

Concluída anteriormente a abordagem sobre a metodologia, prosseguimos com o primeiro capítulo – “Considerações Teóricas” – no qual apresentamos nosso arcabouço teórico. Nossa preocupação está em demonstrar que uma associação regionalista é um lugar apropriado e singularizado como espaço de encontros, vivências e significados por ação coletiva de imigrantes no qual, especificamente em nosso estudo, é analisado como lugar de construções identitárias e representações. Assim a noção de identidade e representação assume relevância ao analisarmos como foi e é construída por um grupo de imigrantes no sentido de estabelecer coesão social interna no lugar, isto é, na casa regional. Essa constituição identitária e representativa opera acionando duas formas de diferenciação. Uma que é distintiva em relação à sociedade brasileira afirmando-se como portuguesa. A outra busca a diferenciação dentro da própria comunidade portuguesa por meio do acionamento de representatividade regionalista conforme a origem espacial do imigrante. Nessa ação, os portugueses dividem-se em trasmontanos, minhotos, açorianos, etc. No processo de elaboração identitária, representações com base geográfica são usadas como recursos na “imaginação” de uma comunidade e na “essencialização” de identidades. A “imaginação” consistiu em reunir, desde a fundação da Casa de Trás-os-Montes, todos os portugueses trasmontanos dispersos pela cidade na associação regionalista em que a motivação incidiria no compartilhamento de valores culturais em comum vinculadas a pregressa terra natal de origem. A “essencialização” da identidade coletiva está em analisar o processo de construção identitária que ocorre na casa regional onde os trasmontanos e os demais grupos de portugueses consideram-se “dotados” de pretensas características natas dadas pela sua origem geográfica e trajetória migratória, tornando-os culturalmente diferenciados em relação à sociedade majoritária brasileira.

O segundo capítulo – “A Emigração Portuguesa para o Brasil: Deslocamento, Conexão e Perspectivas entre Lugares” – decompõe o processo migratório dos portugueses para o Brasil. Procuramos apreciar a imigração lusa como sendo a maior entre os imigrantes livres e as ondas migratórias que caracterizaram a penetração dos portugueses para o Brasil, até chegar ao ocaso, no final do século XX. Em seguida, buscamos enfatizar os fatores de ordem econômica, política e cultural que transformaram o norte rural de Portugal, como principal área de repulsão, e o Sudeste brasileiro, especialmente o eixo Rio-São Paulo como central área de atração. Os motivos que levaram ao declínio da imigração são avaliados levando-se em conta os outros destinos geográficos que os emigrantes portugueses tomaram até a recente transformação de Portugal em país de imigrantes, após a entrada na União Européia. As ponderações da imigração como sendo a combinação de vários fatores (e não de único fator) foram articuladas diante da constatação que o fenômeno migratório só foi possível diante da efetivação das redes migratórias. Essas redes são os meios possíveis que permitem o estabelecimento de conexões de solidariedade entre aqueles que vão, recebem e fixam. Mediante as redes, são confirmadas e/ou imaginadas os contatos que permitem a fluidez das informações que alimentam os sonhos da imigração.

O terceiro capítulo intitulado de – “As Associações de Origem Portuguesas no Brasil: Alicerces de Vários Lugares” – vincula-se ao movimento associativo estabelecido pelos portugueses que atendeu múltiplas aspirações dos mesmos no Brasil. A distribuição das associações de origem portuguesa, apesar de abrangência nacional no território brasileiro, concentrou-se notoriamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, exatamente as unidades federativas de maior aglomeração demográfica lusa. O movimento associativo fundou

pelo Brasil instituições de tipos diferentes tais como associações culturais, beneficentes, profissionais/empresariais e recreativas. É neste último tipo que está a preocupação do presente trabalho. As associações recreativas na cidade do Rio de Janeiro notabilizaram-se pela visibilidade de cunho regionalista nas quais foram fundadas variadas associações tais como a Casa de Trás-os-Montes, Casa do Minho, Casa dos Poveiros, Casa do Porto, Casa dos Açores, Casa das Beiras e Casa Vila da Feira Terras de Santa Maria entre outras.

No quarto capítulo – “A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Fundação, Localização e Referências Simbólicas” – apresentamos como estudo de caso a Casa de Trás-os-Montes, a pioneira das casas regionais fundada no Rio de Janeiro. Observamos que a sua origem está relacionada ao próprio processo de expansão do movimento associativo. Consideramos também a localização geográfica, ou melhor, as localizações (ao todo foram nove mudanças) geográficas da casa regional na qual esteve associada à própria evolução urbana da cidade. Se a casa trasmontana esteve situada no Centro nas primeiras localizações, mostrou-se, no decorrer do tempo, inviável pelo alto custo de manutenção imobiliária e a transformação do Centro em área financeira e comercial perdendo seu papel residencial. Dessa maneira, a Avenida Melo Matos no bairro Tijuca apresentou-se como sede definitiva, pois sua transferência na década de 50 acompanhou a expansão imobiliária em direção a Zona Norte. A caracterização do lugar geográfico da Casa de Trás-os-Montes não passa apenas pelos aspectos externos de visibilidade. A descrição do espaço interno quanto à disposição interior é importante para confirmarmos os aspectos simbólicos com alusões regionais e nacionais as quais evidenciam o local como dotado de particularidades que agem no sentido de favorecer a identificação característica da casa regional.

O quinto capítulo – “Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: a Origem Geográfica dos Associados e a Estrutura de Poder” – buscamos, inicialmente, com base nos arquivos dos associados da casa regional, analisar as informações referentes à localização residencial dos associados para constataremos a influência que a proximidade ou distância da casa regional exerce para os portugueses, diferenciados em trasmontanos e portugueses não-trasmontanos. Consideramos também a participação e proporção dos associados no quadro histórico da casa regional considerando a pertinência da origem geográfica dos membros em portugueses trasmontanos, portugueses não trasmontanos e brasileiros. Ainda neste capítulo, avaliamos a estrutura de poder da casa regional para examinarmos a participação dos associados e quem, de fato, controla os rumos da associação.

O sexto capítulo – “Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Programação e as Características Marcantes das Festas na Casa Regional ” – destaca-se pela abordagem em que as festas são estudadas como expressões culturais cujos símbolos produzidos fazem alusão a província de Trás-os-Montes e a pátria Portugal constituindo assim referenciais no processo de construção identitária exercidos na casa regional. Em primeiro recorte de estudo, avaliamos os tipos das festividades predominantes na casa regional, as chamadas “festas tradicionais”. Estas festas caracterizam a casa trasmontana como lugar de reconstrução e imaginação de situações vivenciadas no passado pelos imigrantes em sua terra natal. Também evidenciam os valores religiosos e nacionais que dão cunho étnico favorecendo a caracterização do lugar como espaço de identificação com significados próprios vinculados aos portugueses. Em segundo recorte, ponderamos sobre as características marcantes que estruturam as festas tradicionais – rancho folclórico, a gastronomia e as músicas. Esses últimos elementos, ao fazerem referências a todo instante as raízes trasmontanas e portuguesas, acabam por balizar a construção regional e nacional por meio das festas tradicionais portuguesas.

Nas considerações finais, tecemos as “últimas ponderações” quanto ao nosso propósito na presente dissertação. “Últimas ponderações” devidamente destacadas por aspas por dois motivos. Um porque se trata de

uma perspectiva de estudo com coerência e validade, porém não a palavra final com suposta arrogância de ter atingido a verdade absoluta. O outro motivo é que esperamos que a temática não se “conclua” ou se “esgote” e continue a ser explorada por outras perspectivas. Assim, modestamente, damo-nos por satisfeitos se caso nosso estudo tenha contribuído para atingir resposta para a questão principal.

Capítulo I

Considerações Teóricas

A chegada dos imigrantes portugueses ao Brasil conformou outra etapa na vida dos mesmos, pois eram desafiados por uma nova experiência em que tinha de se adaptar e sobreviver num novo país que apesar da similaridade da língua e religião nem por isso deixava de ser estrangeiro. Para maior parte dos imigrantes que vieram da área rural de Portugal, a estada numa grande cidade, o Rio de Janeiro, até então sede da capital do Brasil, representou um impacto no sentido da mudança do estilo de vida. O ritmo mais intenso da cidade, a necessidade de moradia, de roupa, de alimentação e de trabalho, enfim, um conjunto de aspectos que impõe um ajustamento à nova sociedade onde o imigrante começava a se inserir. Esse conjunto de transformações na vida do imigrante forçava uma adaptação que fora geralmente respondida por estratégias de aproximação junto àqueles que se encontravam na mesma situação ou que haviam passado por tal experiência. As redes sociais de familiares e amigos eram construídas como estratégia de suprir as necessidades e potencialização das oportunidades. A afiliação em organizações ou lugares que se destacavam pela presença de pessoas com situação semelhante tornava-se importante do ponto de vista da adaptação e do relacionamento.

Nesse sentido, as associações de migrantes constituem organizações importantes no atendimento às necessidades daqueles que chegam a um novo território para reconstruir sua vida. Procuram atender carências de ordem cultural, econômica e/ou política no propósito de permitirem melhores condições de vida para aqueles que chegam ao novo país, região ou cidade. Serviram e servem, perante a majoritária sociedade brasileira, como instituições de apoio, interesse e solidariedade de grupos minoritários composto por imigrantes que reconhecem características de pertencimento em comum. Destarte, dentre as associações de imigrantes no Brasil, destacamos para o nosso estudo um tipo específico de associações de origem portuguesa: as casas regionais.

Na presente dissertação, o tipo de associação “casa regional” apresenta-se como lugar de construção identitária com base em representações que apelam para referências espaciais de ordem local, regional e nacional relacionados a aldeia, a vila, o distrito, a província, a região, além, é claro, do próprio espaço nacional português. Esses variados recortes geográficos representam geralmente facetas de um Portugal idealizado como rural

marcado pelas tradicionais atividades camponesas em que o “sentimento de saudade” é celebrado (FELDMAN-BIANCO, 1992). No Rio de Janeiro, a fundação das várias casas regionais estaria inicialmente ligada a um movimento social dos imigrantes portugueses constituído, no princípio, de pertencimento regional, não de ordem separatista, mas no sentido de que a “parte faz um todo”. A identificação regional não estaria ligada a um movimento de independência política da região, província ou distrito de origem, todavia de valorização da área natal dentro da pátria maior, Portugal, como forma de agregar e defender os interesses dos imigrantes.

ROCHA-TRINDADE (1989, p.8), assinala que os laços além-fronteiras entre regiões específicas de Portugal e os destinos privilegiados, demonstram uma relativa tendência para a especialização dos fluxos migratórios em função de origens comuns. Esses laços estariam apoiados na existência de redes de difusão de informação, suportadas por formas de agregação social que variam entre redes familiares, redes de vizinhança / de simples conhecimento ou redes profissionais. A manutenção desse tipo de “laços” facilitaria ao estrangeiro a reconstituição de comunidades de origem geográfica em comum.

Assim sendo, nossa questão central consiste em analisar a importância da casa regional como lugar de identificação regional e nacional de imigrantes portugueses e as representações exercidas neste processo de construção identitária. Para efetivação de estudo aprofundamos pesquisa centrada na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, casa regional situada no bairro da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro. Sustentamos que a associação em foco foi e é relevante como lugar de identificação regional e nacional cujo processo de produção apóia-se num processo combinado de “imaginação” da comunidade e “essencialização” de identidade. Coerente a este foco, as noções de lugar, identidade e representação apresentam-se como importantes dentro do presente estudo.

Para TUAN (1983, p.171), o lugar é um “arquivo de lembranças afetivas e realizações”. O autor caracteriza a afeição pela pátria como fenômeno mundial, não estando limitada a nenhuma cultura em especial. TUAN (1982, p.149) afirma ainda que o lugar pode se transformar em “uma localização de lealdade apaixonada” por meio simbólico da arte, da educação e da política. Por sua vez, RELPH (1980) destaca a experiência humana de viver o espaço e sua capacidade de produzir significados específicos, conforme os grupos sociais assim particularizando os lugares. FREMONT (1980, p.116) considera o lugar como “elemento essencial” na estruturação do espaço. Abrange um espaço reduzido e personificado com delimitações nítidas como uma casa, rua, praça ou campo associando a frequência cotidiana a grupos sociais definidos. FERGUSON e GUPTA (1992, p. 36) ressaltam que os “lugares lembrados têm servido como âncora simbólica para gente dispersa” que, especialmente no caso dos imigrantes, a memória do lugar pode ser usada para construir imaginativamente seu novo mundo. Nesse sentido, a terra natal permanece um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos ou grupos migrantes, embora a relação com ela possa a ser construída de modo diferente em cenários variados.

O conceito de lugar, considerando a vertente exposta anteriormente, configura-se potencialmente em instrumental teórico rico para a efetivação de análises conforme o enfoque dado na questão a qual se pretende estudar. Combinado a experiência do espaço vivido como estruturação básica humana, destacamos que o lugar pode se transformar em influente instrumento de construção de identidades. Partimos do pressuposto de que a imigração portuguesa para o Brasil no último século e seu concomitante estabelecimento no novo país foi acompanhada de um movimento fundacional de associações, lugares onde a construção cultural de pertencimento efetivada pelo grupo levou em conta referências de ordem espacial vinculadas ao território de origem (Portugal), segundo as circunstâncias. Nessa dinâmica de construção identitária, vários grupos de portugueses no Brasil tiveram como ponto de apoio as casas regionais, tipo de associação regionalista com forte presença na cidade do Rio de Janeiro. Logo, dedicamos atenção à casa regional quanto ao seu papel na formação de identidade coletiva (social) que atravessa as variadas expressões culturais nas quais representações são

expressas na forma regional e/ou nacional do território português. Enfatizarmos que as “casas regionais de origem portuguesa⁴” no Rio de Janeiro estão associadas a projetos de poder que lançam mão de representações ativadas dentro de um processo de construção de identidade coletiva naturalizada ou “essencialista” (WOODWARD, 2000, p.12) combinado a composição de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989, p.14).

Desse modo, a noção de identidade coletiva torna-se importante, pois as casas regionais são lugares efetivos na construção de identidades. OLIVEIRA (1976, p.3) coloca que a noção de identidade étnica se refere ao “uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, dessa maneira, relacionar-se aos outros”. Propõe ainda a noção de identidade contrastiva como essência da identidade étnica, em que uma pessoa ou um grupo que se afirmam como tais o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que defrontam (ibidem, p.4-5). É uma noção de identidade que está em oposição e não se afirma isoladamente. BRANDÃO (1986, p.149) considera que a noção de identidade cultural de um povo que reclama ser nação, permite estender a noção de identidade étnica às dimensões políticas e à nacionalidade. Nesse caso, a identidade pressupõe a existência ou a referência de identificação de um grupo étnico. Para BARTH (2000, p.34), a definição de grupo étnico tem como ponto central a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural. Considera que um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com os outros, disso decorre a existência de critério para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão. Com isso, as categorias étnicas não dependem da ausência da mobilidade, contato e informação, mas efetivamente dos processos de exclusão/inclusão. (ibidem, p.26).

Acreditamos que o processo de identificação praticado na casa regional operou utilizando-se de referências de ordem espacial na construção da identidade. O critério de diferenciação de OLIVEIRA (1976, p.4-5) ou pertencimento de BARTH (2000, p.34) aplica-se como um referencial teórico quando analisamos o processo de construção identitária efetuado pelos portugueses. Estes últimos é que estão no controle ou participam ativamente na produção de representações de ordem nitidamente geográficas em uma casa regional induzindo o processo de pertencimento ao grupo àqueles que têm origem geográfica ou ascendência portuguesa. Como o perfil do tipo de associação em foco, a “casa regional de origem portuguesa” foi fundada e definida originalmente como lugar em função da região de Portugal, que representa a origem geográfica do imigrante, o processo de construção identitária elegeu como componente uma determinada representação espacial. Por isso, consideramos pertinente a idéia de identidade territorial proposta por HAESBAERT (1999, p.172) definindo-a como sendo “identidade social definida fundamentalmente através do território”. Em linha de raciocínio similar, BOSSÉ (2004, p.169) afirma o “território identitário” como ritual e simbólico, assim como o local, espaço de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

Portanto, o modo de efetivar a identidade grupal dentro da casa regional, recorre de maneira combinada para as perspectivas de “essencialização” e de “imaginação”. Quanto à “essencialização”, que trata da maneira como a identidade coletiva é elaborada, recorreremos inicialmente a WOODWARD (2000, p.12-13), que pondera sobre a existência de duas tendências de pensar e definir a identidade. Uma, de ordem essencialista, cuja identidade coletiva é dotada de um conjunto cristalino e autêntico de características partilhadas pelo grupo e que não se altera ao longo do tempo. A outra definição, de ordem não-essencialista, por sua vez, focaliza as diferenças, as formas pelas quais se têm mudado ao longo do tempo. Ratificando a anterior definição, SILVA (2000, p.96)

⁴ Usaremos o termo “origem portuguesa” como complemento indicativo de associações que foram fundadas por portugueses no Brasil e que, no presente, ainda são marcadas por forte referência simbólica a procedência nacional do grupo imigrante.

ressalta que a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato da natureza ou da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente e nem, tampouco, homogênea, definitiva e idêntica. Em contrapartida, podemos dizer que a identidade é uma construção, um processo de produção, um ato performativo. Por conseguinte, concordamos que a identidade não é uma “essência” propriamente dita em que um grupo se define por características inatas, acabadas e transmitidas de geração em geração. Contudo, isso não significa ignorar a frequência com que identidades se manifestam apelando para produção simbólica “essencialista” na qual o grupo é visto como dotado de uma identidade homogênea e permanente. É nessa produção simbólica de ordem “essencialista” que, comumente, a Geografia e/ou a História são instrumentalizadas como recursos nas quais as tradições resgatadas, recriadas ou “inventadas” (HOBBSAWM, 1997, p.9) balizam as origens em comum do grupo. Nesse contexto de “essencialização” da identidade, a configuração de uma “comunidade imaginada”, com base no companheirismo de compartilhar valores em comum da nação (ANDERSON, 1989, p.14), encontra ressonância. Ainda segundo este último autor, uma comunidade nacional é “imaginada”, porque jamais se conhecerá a maioria dos seus compatriotas, embora esteja viva a imagem de sua comunhão. É imaginada como “comunidade” – apesar das desigualdades e explorações, a nação é concebida com um “companheirismo profundo e horizontal”. (ibidem, p.16). Desse modo, no presente estudo, vamos analisar a performance da construção da identidade interpretando-a dentro da tendência “essencialista” e, claro, compreendendo-a como sendo, essa referida tendência, uma maneira de construir a identidade coletiva. Já a noção de “comunidade imaginada” é aqui adaptada ao contexto, complementando aquilo que vamos chamar de “imaginação” da comunidade, isto é, a idéia de reunião de todo um coletivo de imigrantes em torno de valores e trajetórias em comum.

Na casa regional, é possível encontrar conterrâneos da mesma origem, seja regional ou nacional e, a partir das conversas informais, estabelecer laços de companheirismo e promover a lembrança distantes de vivências passadas da terra natal. Nela, encontramos pessoas com trajetórias afins ou até mesmo semelhantes, quando levamos em conta os imigrantes que deixaram a aldeia ou vila de origem camponesa na esperança de melhores condições de vida e vieram para o Brasil. É na associação que se compartilham as vivências de privações e o trabalho árduo que foram motivados pela possibilidade do enriquecimento e a conquista de estabilidade material. Dividem-se as perspectivas em relação aos familiares. Nessas circunstâncias, a identidade é mediada pelo sentido de lugar estabelecido para a casa regional, que acaba por participar da vida dos indivíduos e dos grupos de portugueses que freqüentam esse determinado local. Desse modo, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais (BOSSÉ, 2004) resultantes numa vivência coletiva em que laços de aproximação e proximidade são mediados pela representação de uma cultura.

CORRÊA (1995, p.35) considera que o ato humano de organização do espaço estabelece práticas sociais que são espacialmente localizadas, isto é, práticas espaciais. Por um lado, resultam da conscientização humana a respeito das diferenciações espaciais. Tal consciência está balizada em padrões culturais próprios e nas possibilidades disponíveis. Traduzem-se nos projetos próprios de uma cultura específica (étnica ou religiosa, como exemplo) ou a própria sociedade como todo. Consideramos que tais práticas espaciais são capazes de elaborar uma consciência identitária das quais necessitam de um suporte e de um lugar real (concreto) para referência da cultura praticada. A casa regional realiza função de suporte cultural na proporção em que é um lugar de práticas sociais de elaboração de identidades construídas com base em diferenciações que tem como a origem espacial e/ou ascendência nacional. Essa associação exerce função de matriz geradora, induzindo estados de afinidade e conscientização, favorecendo laços de identidade em torno de origem espacial em comum.

Para o entendimento de construção da identidade coletiva, com base na origem geográfica processada em uma casa regional, é preciso pensar em dois norteadores espaciais de alteridade e, portanto, de identificação diferenciadora. Uma diferenciação que produz referenciais de uma identidade portuguesa elaborada pelo imigrante em contraponto a uma cultura nacional da sociedade majoritária brasileira que obviamente não é portuguesa. A outra diferenciação trata-se do próprio grupo português em que operam as identidades com base geográfica no local, distrito, província, região e país de origem. HALL (2003, p.65) afirma que as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando se discute se as identidades nacionais estão sendo deslocadas (aqui tratamos dos imigrantes portugueses no Brasil), deve-se ter em mente a forma pelas quais as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. A existência de variadas casas regionais representativas, de acordo com determinada lugar de origem do fluxo de portugueses para o Brasil, permitiu e permite ao freqüentador ou associado português, se identificar e optar, conforme conveniência de amizades, de entretenimento e lazer. Faz, também, com que este se sinta como membro de um grupo específico portador de uma representação que é a associação regional na qual se insere. As distintas casas regionais acabam por acionar uma diferenciação espacial que é valorizada como força particular que exprime a riqueza cultural da comunidade portuguesa no Brasil. As divisões em casas regionais (Casa de Trás-os-Montes, Casa do Minho, Casa dos Açores, Casa do Porto entre outras) funcionam como elementos de uma fragmentação que age no sentido de fortalecer tradições culturais oriundas de Portugal. Podemos ainda perceber que as representações das casas regionais formam identidades que são “costuradas” pela identidade ampla da pátria em comum. A autonomia na direção e o esforço de representação das casas regionais, quanto à organização das atividades culturais, não funcionam como elemento de desagregação de relação de pertinência à identidade portuguesa, pelo contrário, fortalece essa identidade nacional. Em se tratando de grupos que mantêm uma ação conjunta (particularmente aqueles que lutam em torno de uma identidade específica), é importante ressaltar que as representações de identidade cumprem funções organizacionais no grupo: demarcam seus limites (nós/eles), estabelecem uma comunhão sobre possíveis elementos de ruptura, criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo um projeto em comum.

Uma outra idéia importante para o nosso trabalho é o conceito de representação. De acordo com CLAVAL (1997, p.93) as representações fornecem malhas para apreender o real. Elas permitem superpor ao aqui e ao agora os algures, que são sociais, geográficos e metafísicos. Elas dão assim origem a valores e constituem uma ordem normativa. Segundo MOSCOVICI (2003, p.34) as representações sociais “convencionalizam” os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Exercem duas funções: em uma função servem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Mesmo quando as pessoas ou objetos representados não se encaixam exatamente ao modelo, “forçamos a assumir determinada forma sob pena de não ser compreendido nem codificado” (MOSCOVICI, op.cit.). Na outra função, o referido autor que as representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós como uma força “irresistível”. Essa força é uma combinação de estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar. Compõem uma “tradição” que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, op.cit, p.36).

Enfatizando as idéias principais de representação oferecidas pelos dois autores citados anteriormente ponderamos que as representações são modelos para a apreensão da realidade. As representações são construções que dão sentido aos fatos por meio de códigos que são legíveis a sociedade ou grupo social. Exercem uma “ordem normativa” (CLAVAL,loc.cit) ou “convencionalizam” (MOSCOVICI,loc.cit) fatos,

objetos e acontecimentos. Assim, dilatando a noção de representação, propomos que as representações geográficas são modelos de apreensão da realidade com fundamentações baseadas num recorte espacial ou fenômeno com vínculo geográfico. Como vimos anteriormente, CLAVAL pondera que as representações superpõem circunstâncias sociais, geográficas e até mesmo metafísicas (sic). Desse modo, o autor destaca a dimensão social e geográfica da representação. Por sua vez, as representações geográficas aqui propostas são capazes de exercer as duas funções de representação nas quais MOSCOVICI assinalou. O espaço geográfico pode se tornar um objeto representativo de “convenção”, assim como também atua como uma força prescritiva. Um exemplo a ser dado é que, ao nascermos em um determinado lugar ou território, a “naturalidade” se impõe a cada um de nós pela força da convenção jurídica do Estado Nacional. O nascimento de uma pessoa em Portugal (exemplo de acordo com nosso foco), mesmo distante da pátria devido à condição de emigrante impõe ainda a este a representação nacional portuguesa calcada na origem do país, mas podendo ser extensiva ao concelho, distrito ou província. Portanto, a divisão político-administrativa de um Estado-Nação age como fator de “convenção” ou consenso da identidade apoiada na sua origem. Ao mesmo tempo, esse poder de identificação com base na procedência geográfica é “prescritivo”, pois é uma estrutura de representação previamente estabelecida. Aquele que nasceu em determinado país ou região carrega consigo essa marca em seus documentos de identidade individual como certidão de nascimento, registro geral ou passaporte, assim como, também, em sua estrutura mental representativa. Essa identidade, conforme interesse, é acionada e agregada a uma comunidade ou associação de pessoas que possuam motivações em comum, seja em sua comunidade local, país ou até mesmo no exterior. Por esse meio, podem ser construídas identidades coletivas coadunadas a uma comunidade com finalidades próprias. No nosso estudo, as associações regionalistas de encontro de imigrantes portugueses encaixam-se nesse quadro. As representações nacional e regional operaram e ainda operam na arregimentação dos portugueses pelas casas regionais. Ao longo de sua existência, as direções das casas regionais (tais como a Casa de Trás-os-Montes, Casa do Minho ou Casa dos Açores) buscaram e buscam exercer as representações a partir do folclore, música, gastronomia ou dança para “fundamentar” uma origem e identidade coletiva em comum de simultânea ordem regional e nacional.

Uma dada representação social não significa, necessariamente, a homogeneidade ou heterogeneidade interna absoluta dos membros que constituem o grupo social e partilham uma determinada identidade coletiva. A representação da identidade grupal, no seu processo de produção simbólica, é que realça ou disfarça diferenciações internas segundo a ocasião. Se o interesse, em dado momento, é de valorização representativa da identidade coletiva maior, dentro desse processo ocorre a subtração de diferenças internas e a valorização de semelhanças em que a produção de uma identidade de grupo elege aspectos no campo simbólico, definindo a relativa homogeneidade do grupo social no campo da representação da identidade coletiva. Em circunstâncias diferentes, se em outro momento interesses de grupos particulares acabam por se tornarem fortalecidos, dentro do grande grupo valorizam-se as diferenciações internas em que a diversidade de identidades mostram-se nítidas. Podemos observar que no caso das representações de identidade exercidas nas casas regionais, dois processos concomitantes ocorrem; um é de exercício de representação de identidade coletiva portuguesa, ou seja, o imigrante assume “ser português”. O outro é que a identidade nacional pode variar para identificações regionais conforme províncias e distritos da pátria Portugal; nesse caso o “ser português” pode variar para o ser do “norte português”, o “ser trasmontano” ou ainda o “ser de Bragança”. Em comum a esses processos de representação simbólica está a visibilidade e valorização cultural positiva do grupo de imigrantes portugueses no Brasil.

Logo, o uso de representações são configurações simbólicas que produzem sentido para interpretação do contexto social no qual o indivíduo ou grupo social se encontra inserido. A formação de determinada identidade

coletiva lança uso de representações que expõem determinada visão no sentido de apreensão da realidade. As representações não podem ser encaradas como propriamente a realidade e sim como forma de expressar uma visão de realidade a partir de um olhar projetado e apontado pelo grupo social em foco. A representação da identidade social, como conceito relacional, pode se apoiar, no seu processo de construção em referenciais de diferentes ordens: econômica, política, cultural, espacial e temporal (conforme são acionados) dando ao indivíduo ou ao grupo percepção do que está a sua volta e sentido a sua existência. Em se tratando da representação geográfica, avaliamos que a representação de uma dada região ou país não pode ser tratada de forma reificada, como se fosse uma entidade autônoma com uma trajetória que estabelece seu próprio destino. As críticas quanto ao tratamento desta forma de encarar o espaço (BOURDIEU, 1989, p.111-112) são pertinentes e alertam no sentido de termos cuidados para não tornar a representação como um ser concreto com dinâmica alheia as relações sociais. Todavia, concordamos com HAESBAERT (1986, p.18) que o fato de vivermos em “um dado espaço já nos identifica socialmente” quando reconhecemos nele um “espaço vivido” em que a própria delimitação espacial “forja ou fortalece identidades como os nacionalismos e os regionalismos” (HAESBAERT, 1998, p.18). POCHE (1993), por sua vez, argumenta favoravelmente para a idéia de “identidade regional” como um espaço de referência identitária. Portanto, o espaço teria um valor simbólico exercido a partir de representações para o grupo social em relevo, agindo com suporte de identidade tendo como base o espaço vivido.

Podemos perceber ainda que a identidade de origem portuguesa manifesta-se de forma multiescalar. A casa regional é aqui considerada como centro de valores e sentidos pela prática social de um grupo específico e como lugar que permite a ligação de ordem afetiva onde temos um “porto seguro”, caracterizado pela unicidade física em que se torna lócus de manifestação de identidade, no qual variadas escalas espaciais são possíveis de representações. Segundo CASTRO (1995, p.136) a escala é a escolha de como dividir o espaço, definindo-a como “uma realidade percebida/concebida”, uma maneira de figuração e representação formando um conjunto de representações lógicas sobre o espaço em questão. A autora rechaça a idéia de que a escala seja uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas. A escala não é um fenômeno meramente representativo, sob o ponto de vista limitado cartográfico que está preso a noções preliminares de redução numérica, estabelecendo uma ordem simplesmente gráfica. A escala é um olhar geográfico lançado sobre determinado fenômeno. No presente estudo, a escala torna-se potencialmente representativa e significativa como forma de vislumbrar as manifestações de identidade portuguesa que operam projetando recortes geográficos de diferentes ordens. Numa casa regional é possível encontrarmos referências de identidade que vão desde o local de convívio natal imediato, a aldeia; do distrito situado no interior de uma província, da província situada dentro da região, da região que estabelece divisão dentro do próprio país e, até mesmo, das glórias épicas, feitos econômicos, políticos e culturais realizados pela expansão ultramarina dos portugueses, deixando realizações Mundo afora.

As atividades sócio-culturais desenvolvidas nas casas regionais têm estilizações baseadas em critérios que seguem rituais, símbolos, imagens, saudosismo e memória coletiva com referência territorial. CLAVAL (1997, p.107) afirma que as identidades, ao se associarem ao espaço geográfico; acabam por se basear também em lembranças compartilhadas nos “lugares visitados por todos, nos monumentos que refrescam a memória, dos grandes momentos do passado, nos símbolos gravados nas pedras das esculturas ou nas inscrições”. Considera, também, que a cultura não é uma realidade primária, mas uma forma de “construção imaginada para permitir às pessoas de se comunicarem, de sentirem-se próximas ou diferentes, e constituírem grupos que se sentem unidos”. (ibidem, p.73). HALBWACHS (1990, p.81-86) explica que um grupo social, no desejo de perpetuar

imagens e sentimentos forja “memória coletiva”, retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência. O presente (no sentido daquilo que interessa a sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se períodos históricos vizinhos não havendo linhas de separação nitidamente traçadas. NORA (1989, p.8) propõe a existência de “lugares de memória” que remetem a delimitados e particulares espaços físicos/ simbólicos em que a memória é construída e reconstruída por grupo coletivo, sendo uma ponte entre o passado e o presente. São lugares de lembranças e persistência de memória produzida e carregada por grupos vivos que está em permanente transformação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a usos e manipulações, suscetível de longas dormências e de periódicas reanimações. A memória acaba sendo um fenômeno atual, um elo do passado no presente.

Os três últimos autores citados referem-se à memória coletiva como um processo de construção social e não como uma realidade total íntegra a ser descoberta. O processo de elaboração da memória expõe ou negligencia fatos mais ou menos importantes, segundo o projeto de poder e os interesses do grupo em questão. FELDMAN-BIANCO (1992, p.35), ao caracterizar a “saudade da terra”, considera como experiência entre as memórias do passado e do desejo do futuro. Afirma ainda que essas memórias estão intrinsecamente associadas às camadas do tempo e espaço anteriores à emigração. Relaciona a possibilidade de reinvenção dessas memórias no contexto de experiências específicas de emigração como reforço de identidades regionais que eventualmente se contrapõe até mesmo à identidade nacional.

Dessa forma, podemos apreciar as casas regionais como lugares de resgate e elaboração de memória nos quais se manifestam laços de imagens regionais de “gênero de vida” que não se encontra mais presente concretamente, mais que exerce presença no imaginário que recompõe a saudade da terra natal. É o caso das paisagens rurais lembradas nas festas de apresentação dos grupos folclóricos nas quais os imigrantes portugueses (grande parcela de origem rural) deixaram para trás na sua vinda para o Brasil. Essa memória coletiva elaborada com apoio de lembranças e imaginação são elos que reforçam a construção de identidade coletiva a quem o apelo à terra natural de origem assim como as referências com base na cultura portuguesa tornam-se a “essência” com qual se (re)atualiza a identidade e imagina-se a comunidade (ou identidade).

Assim, depois das devidas considerações teóricas, iniciaremos nosso estudo levando em conta o processo migratório dos portugueses para o Brasil buscando as caracterizações específicas dos lugares de partida e chegada e as motivações para tal processo.

Capítulo II

A Emigração Portuguesa para o Brasil: Deslocamento, Conexão e Perspectivas entre Lugares.

2.1. Descrição Geral.

A corrente migratória portuguesa para o Brasil consta de longo tempo desde séculos XVI, XVII, XVIII com a colonização exploradora do Brasil pela metrópole lusitana, atravessou o período imperial no século XIX e continuou durante e a República chegando, por conseguinte, até ao final do século XX. Dentro desse contexto, sua amplitude tem se alterado com maior ou menor intensidade, conforme a entrada de imigrantes. Ao considerarmos especificamente o final do século XIX e o século XX – conforme os dados na tabela abaixo do IBGE – o número de imigrantes portugueses de 1884 a 1991 superou a ordem de 1, 5 milhão de pessoas caracterizando a imigração portuguesa como a maior entre os imigrantes livres que vieram para o Brasil.

TABELA 1
Entrada de Imigrantes Portugueses no Brasil, 1884-1991.

Período	Total de Imigrantes	Imigrantes Portugueses	% de Imigrantes Portugueses
1884-1890	449.334	91.489	20,3
1891-1900	1.129.315	202.429	17,9
1901-1910	671.351	218.193	32,5
1911-1920	797.744	321.507	40,3
1921-1930	840.215	286.772	34,1
1931-1940	288.607	95.740	33,2
1941-1950	131.128	48.606	37,1
1951-1960	588.043	239.945	40,1
1961-1970	163.967	62.737	38,3
1971-1980	78.091	26.915	34,4
1981-1991	60.459	3.629	6
Total	5.198.254	1.597.962	30,74

Fonte: Anuários Estatísticos IBGE, 1991, 2000.

Os portugueses representam a maior grupo étnico de imigrantes para o Brasil correspondendo a 30,74 % (1.597.775) do total dos imigrantes (5.150.456) que entraram no país de 1884 -1984.

Conforme a tabela anterior, podemos destacar, em breve análise, dois períodos de fluxos populacionais com maior intensidade e ainda um terceiro período de transição. O primeiro período, de 1891-1930, é o mais antigo, de maior duração e intensidade quantitativa de fluxo de imigrantes no qual ingressaram cerca de 1.028.901 de portugueses no Brasil. O segundo, mais recente, de menor duração e, também, de menor intensidade, relaciona-se ao período de 1951-1970 em que 302.682 portugueses entraram no país. Esses dois períodos somados (1891-1930 e 1951-1970) correspondem ao total de 1.331.583 perfazendo 83,33 % do total de portugueses ingressos no Brasil de 1884-1991. Já o terceiro período é dotado de caráter específico e transitivo, pois representa quantitativo muito inferior aos dois períodos comentados anteriormente. Trata-se de peculiar surto último da

vinda de imigrantes portugueses em que os anos entre 1971-1980 atraíram para o Brasil 26.915⁵ portugueses, uma redução enorme quando comparamos aos dois períodos citados anteriormente, mas com proporção de 34,4 % em relação aos imigrantes totais estrangeiros que ingressaram no mesmo período. As décadas seguintes, de 80 e 90 do século XX, assim como os primeiros anos do século XXI, confirmam o término da imigração em massa de portugueses para o Brasil, pois o número de portugueses ingressos caiu ainda mais.

Quando analisamos comparativamente o grupo de portugueses com o total dos outros grupos de imigrantes ingressos no país, podemos perceber que os dois períodos de maior entrada de portugueses coincidem, também, com os períodos de maior entrada de imigrantes totais no Brasil. Em 1891-1930, entraram no Brasil 3.438.625 imigrantes e em 1951-1970, 752.682 que correspondem somados 4.190.635 imigrantes perfazendo 81,36 % do total. Conforme vimos anteriormente, o número de portugueses em relação a estes dois períodos somados equivale a 1.331.583 que corresponde a 83,33 %, percentual próximo a quantidade do total de imigrantes. O terceiro período – de transição – que corresponde a 1971-1980, o número de imigrantes totais também caiu bruscamente atingindo o dígito de 78.091 de novos ingressos assim como o número de portugueses acompanhou a queda reduzindo-se a 26.915. Portanto, ao analisarmos os dois períodos (1891-1930 e 1951-1970), as proporções de ingresso de portugueses estiveram de acordo com a lógica geral dos imigrantes totais no Brasil. Por sua vez, o terceiro período (transitivo) marcado pela queda brusca de imigrantes portugueses também coincide com a redução elevada dos imigrantes totais estrangeiros para o Brasil.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁶ a população de portugueses com residência fixa no Brasil era de 224.889 habitantes no ano de 1991 (1997a). Notamos uma discrepância entre o número de registros dos consulados portugueses no Brasil e o registro de portugueses pelo IBGE. Por outro lado, segundo dados do Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português (MNE, 1999), em presumida coerência com o total das inscrições consulares registradas, calculam-se entre 500.000 e 700.000 o número de portugueses no Brasil.

Para efeito comparativo com outros grupos, vamos utilizar os dados do IBGE (1997a) que disponibilizam informações com o mesmo critério metodológico para as várias populações de estrangeiros, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual.

TABELA 2

Os Maiores Grupos Estrangeiros com Residência Fixa no Brasil -1991

Origem nacional	População Residente
Portugal	224.849
Japão	67.024
Itália	53.543
Espanha	47.047
Argentina	19.979
Total de Estrangeiros	606.636

Fonte: tabela org. pelo autor com dados do Censo Demográfico de 1991-IBGE, 1997 a.

⁵ Este último surto de imigrantes portugueses veio principalmente após 1974 de Portugal e África devido à Revolução dos Cravos e à dissolução do Império Português (independência política de Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola).

⁶ Os estrangeiros considerados como residentes foram aqueles moradores habituais no domicílio cuja ausência não tenha sido superior a doze meses em relação à data do recenseamento (IBGE, 1997a, p.32).

TABELA 3
Os Maiores Grupos Estrangeiros com Residência Fixa no RJ -1991

Origem nacional	População Residente
Portugal	93.306
Itália	8.289
Espanha	8.251
Argentina	3.376
Alemanha	2.240
Total de Estrangeiros	137.733

Fonte: tabela org. pelo autor com dados do Censo Demográfico de 1991-IBGE, 1997 b.

Os portugueses representam o maior grupo de estrangeiros no âmbito nacional brasileiro e estadual fluminense (TAB. 2 e TAB.3).

Desse modo, respectivamente, podemos analisar a presença dos portugueses no Brasil e o no estado do Rio de Janeiro em contraste com os maiores grupos. Conforme a TAB.2 anterior, o número de estrangeiros com residência fixa no Brasil atingiu a população de 606.636 habitantes em 1991. Levando-se em conta o número de portugueses, o grupo destaca-se como sendo a maior comunidade estrangeira no Brasil com 224.849 residentes, o que corresponde a 37,06 % do total de estrangeiros. Ao observamos outros grupos estrangeiros com maior presença no Brasil, em ordem decrescente de presença – japoneses, italianos, espanhóis e argentinos – verificamos que a presença dos portugueses é superior aos estes quatro grupos estrangeiros que somados atingem o número 187.593 residentes. Assim, temos a ratificação que os portugueses, mesmo com a queda brusca do fluxo imigratório para o Brasil nas últimas décadas, compõem o maior grupo estrangeiro no país.

Ao observamos a TAB.3 a qual se refere ao número de estrangeiros com residência fixa no estado do Rio de Janeiro, constamos que do total de 137.733 habitantes, o número de portugueses é de 93.306 residentes, o que equivale a 67,74 % , ou seja, ampla maioria dos estrangeiros. Em comparação as quatro outro maiores grupos, fica ainda mais evidente a supremacia populacional portuguesa, pois somados os grupos de italianos, espanhóis, argentinos e alemães atingem o número de 22.156, valor que representa menos de ¼ em relação aos portugueses.

Com isso, inicialmente podemos apontar as seguintes características gerais da imigração lusa para o Brasil. A emigração portuguesa transatlântica teve o Brasil como o país de preferência, pois o país sul-americano atraiu 1.597.962 de lusitanos, quantitativo elevado quando comparamos a população atual de 10.529.255 (MNE,1999) em Portugal. Outro aspecto é o fato da corrente migratória portuguesa ter sido a maior entre os grupos de imigrantes estrangeiros. Já em relação aos portugueses com residência fixa atual no Brasil, o grupo também se constitui com o maior entre os estrangeiros sendo que ocorre forte concentração de portugueses no estado do Rio de Janeiro.

Quanto às motivações, destacar uma causa preponderante é ignorar que o fenômeno imigratório português reuniu gama variada de aspectos econômicos, político, culturais e sociais que foram tecidos de maneira imbricada. Portanto, na análise a seguir, procuraremos relacionar toda esta diversidade de aspectos e fatores que caracterizaram a imigração portuguesa para o Brasil. Também apreciamos o momento no qual a corrente populacional, após a Segunda Guerra Mundial, adquire especial relevância para o nosso estudo, pois os portugueses residentes e vivos na atualidade, na sua maior parte, correspondem a imigrantes vindos para o Brasil na segunda metade do século XX.

2.2. Características e Fatores da Imigração Portuguesa para o Brasil.

De acordo ainda com KLEIN (1989, p.19), o contingente geral de pessoas que deixaram Portugal para o Brasil, teve como motivações o idioma comum, os vínculos históricos, complexas e duradouras relações econômicas e contatos freqüentes em função de uma rede de relações sociais. Os imigrantes portugueses provinham das ilhas atlânticas dos Açores e das províncias do norte: Minho, Porto, Beira Litoral e Trás-os-Montes e Beira Alta (KLEIN, op.cit, p.18). Afirma ainda que, as citadas províncias lusas eram as áreas mais destacadas quanto à emigração, pois enfrentavam “problemas de alta taxa de fecundidade, predomínio de um sistema de pequenas propriedades, heranças com partilhas estreitas e redes de relações sociais fortemente estruturadas”. Quanto ao tipo de trabalho, KLEIN (op.cit., p.31) aponta que os portugueses foram mais propensos ao ofício urbano do que ao agrícola e tiveram êxito nos negócios envolvendo comércio e indústria. Em relação aos destinos geográficos, houve maior concentração dos portugueses nas capitais brasileiras, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O autor ainda relaciona aos fatores de atração para o Brasil os campos cultural, histórico e econômico que se apresentam mediados pela organização de rede social. Tal rede foi viabilizada pelos avanços nos meios de transportes e comunicações de massa que se tornaram mais baratos e rápidos ofertaram as condições técnicas possíveis para o fluxo de milhões de europeus em direção ao continente americano. A substituição total da vela pela energia a vapor dos navios de passageiros que cruzavam o Atlântico, a instalação do cabo telegráfico transatlântico em 1866 e a conclusão de ligações ferroviárias na Europa por volta de 1870 (KLEIN, 2000, p.23) são notáveis exemplos do aprimoramento técnico que possibilitaram o “encurtamento” do tempo e das distâncias percorridas. Os estudos de BASSANEZI (1995, p.17) também confirmam as áreas de origem e destinos geográficos de Portugal e Brasil. Os fluxos migratórios se orientavam do norte e arquipélago português (Açores e Madeira) na direção, principalmente, do Rio de Janeiro e São Paulo, os dois estados brasileiros com as economias mais poderosas, localizados na região Sudeste brasileira. Ressalta ainda que a imigração portuguesa foi uma das quais tiveram a menores taxas de retorno entre os diversos grupos de imigrantes que vieram para o Brasil e ocorreu, na maior parte, “as próprias custas” (BASSANEZI, 1995, p.19).

Muitos portugueses ao virem para o Brasil alimentavam o desejo de voltar para a pátria natal. Porém, na prática geral, este desejo, não se efetivou, havendo baixas taxas de regresso do imigrante para Portugal sendo considerado assim como “mito do retorno” (PORTELA & OLIVEIRA, 1987; BASSANEZI, 1995). O “mito do retorno” consistiu na imaginação de regresso para Portugal após poupança conquistada através do trabalho e negócio bem-sucedido em terras brasileiras. Articulado ao “mito retorno” ocorria outro: o “mito da fortuna” (PEREIRA, 2002, p.45-46), isto é, a idéia do enriquecimento rápido no Brasil. Este mito tinha suas raízes distantes no passado colonial e era estimulado pelos “engajadores”⁷ e os próprios emigrantes portugueses, sejam bem-sucedidos ou mal-sucedidos. Os bem-sucedidos mandavam dinheiro para parentes ou, até mesmo, voltavam para a terra natal esbanjando-o através de aquisições pessoais ou investimentos imobiliários. Já os emigrantes mal-sucedidos que por amor próprio, vaidade ou receio escondiam-se dos parentes e conterrâneos, mesmo em situação de tremenda privação. Preferiam “esconder sua miséria a regressarem pobres a Portugal” (op.cit., p.46).

⁷ Os engajadores consistem naqueles que alimentavam e se beneficiavam das redes de imigração de portugueses para o Brasil

Os estudos de PEREIRA (op.cit) sobre a imigração portuguesa no período de 1850-1930 realçam que a migração é inseparável das políticas estatais de emigração e imigração dos países envolvidos. A orientação estatal portuguesa, na maior parte de ênfase restritiva, contrastava com a política geral de incentivo e recepção por parte do Brasil. No entanto, a legislação portuguesa tornava-se frágil diante da fiscalização incompetente ou corrompida que não era capaz ou não tinha maior interesses em conter a “sangria” de mão-de-obra portuguesa para o Brasil. Por outro lado, uma imensa “teia” de recrutamento – desde o pároco da aldeia, passando pelas fiscalizações de embarque marítimo até a colaboração de autoridades representativas dos governos civis – possibilitava a aquisição de documentos minimamente necessários para a emigração. Dessa forma, a diversificada rede de engajamento bloqueava em grande medida a aplicação da legislação portuguesa, tanto nos seus aspectos estritamente repressivo como nos seus propósitos de proteção do emigrante (PEREIRA, 2002, p.340).

VAINER (1995, p.44) em abordagem que relaciona a política estatal e seus objetivos de elaboração étnica com a assimilação de imigrantes, enfatiza que o Estado Brasileiro se auto-atribuiu de tarefa de constituição do povo e nacionalidade. Dentro do cenário logo após a Segunda Guerra Mundial cita (ibidem, p.44) decreto lei- n: 7967 de 18-09-1945, em que “atender-se-á admissão de imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia” (sic). Afirma ainda que nesse processo de “etnogênese”, três ordens de questões são colocadas: braços adestrados e disciplinados para atender necessidade econômica, doses crescentes de ‘sangue branco’ para atender necessidade eugênica e construção de um povo unificado/integrado, sob padrões culturais homogêneos de ordem nacional. Nesses três itens a imigração portuguesa atende bem ao pleito. Em relação ao item mão-de-obra, os portugueses foram trabalhadores livres e ordenados baratos que atingiram demandas tanto rurais como urbanas. Quanto aos outros dois itens, preenchia características favoráveis para a construção dessas suposta homogeneidade e integração do povo nacional. Dessa maneira, o branco europeu ocidental seria o “inoculador” da “modernidade e civilização” tão urgente e necessária para o edifício de um Brasil (e brasileiro) moderno. O perfil português ainda apresentava vantagens de língua e religiosidade afins, aspectos que facilitaram muito a assimilação e integração do imigrante português ao “cadinho” do povo brasileiro.

Por sua vez, os estudos de LOBO (2001, p.213) confirmam as décadas de 50 e 60 do século XX constituem o período de relativa retomada da emigração portuguesa para o Brasil. Essa “relativa retomada” refere-se comparativamente ao período dos anos 80 e 90 do século XIX e três primeiras décadas do século XX em que o fluxo de portugueses para o Brasil foi o maior de toda a História.

Ponderando previamente as décadas de 1940 e 1950, LOBO (2001, p.213) cita que as condições de vida na zona rural portuguesa pioraram. CUNHAL (apud LOBO, 2001, p. 227) avalia que os pequenos agricultores perderam terras pela incapacidade de pagar hipotecas que contraíram, a juros usurários, converteram-se em arrendatários muitas vezes. A migração campo-cidade e a emigração se afiguraram como as únicas soluções para eles. A origem geográfica dos emigrantes em especial manteve-se a mesma dos períodos anteriores, isto é, pequenos proprietários empobrecidos da zona rural, do centro e principalmente do norte do país. Essa crise no campo se insere em crise maior na qual Portugal perde divisas devido à redução das exportações que foram artificialmente estimuladas pelo conflito mundial de 1939-1945. Acrescentamos que o Brasil, em franca expansão econômica puxada pelo crescimento urbano-industrial, principalmente da região Sudeste, despontava como mercado de trabalho e negócios em expansão. Conforme LOBO (2001, p. 228), o posicionamento do governo português oscilou entre a omissão e a regulamentação. O governo português suspendeu a imigração para o Brasil a fim de tentar segurar a proteção aos imigrantes e os interesses econômicos da valorização dos

territórios ultramarinos pelo aumento da população branca. De acordo com o decreto-lei português de março de 1947, a imigração portuguesa foi suspensa para assegurar mão-de-obra para a ocupação interna e para realização de obras públicas e as condições equitativas de trabalho, remuneração e assistência do imigrante, no país de destino. Em outubro de 1947, a partir de outro decreto-lei português, foi criada a Junta de Imigração em Portugal, encarregada de estudar as condições de embarque e contratos de trabalho dos emigrantes para o exterior. Esse novo órgão do governo português tinha preocupação de controlar os empregadores, intermediários e exploradores. Estabeleceu preço e condições de viagem das empresas de navegação que transportavam imigrantes, assim como, o mesmo deveria fazer uma declaração sobre sua decisão de partir ao governo municipal mais próximo à sua residência. A Junta de Imigração também regulava acordos de contratos de trabalhos, rendimentos e remessas de dinheiro. O órgão português também tentou impor cota de emigração por região do país e profissão. Contudo, a emigração clandestina ocorreu de forma mais ou menos intensa, mostrando que o esforço de regulação migratório português não atingiu êxito desejado. Em 1952, a Junta de Imigração procurou aprofundar o controle por meio de relatórios das autoridades sobre vistorias dos meios de transporte, concessão dos vistos consulares, condições de vida a bordo, situação das colônias portuguesas no exterior (mercado de trabalho e acordos estatais) e analisar os impactos da imigração nas diferentes regiões do país. (LOBO, 2001, p. 229-230).

LOBO (op.cit., p. 230) considera essa resposta de controle migratório por parte do Estado Português deveu-se à pressão interna do empresariado industrial na busca de garantia de mão-de-obra; pelos latifundiários do sul português que desejavam garantia de trabalho braçal sazonal para agropecuária. Do ponto de vista externo, era preciso estimular o fluxo migratório para as colônias, a fim de garantir o domínio, aumentar o contingente branco-português e garantir a expansão das atividades econômicas para torná-las mais rentáveis. Especificamente, em relação à emigração portuguesa para o Brasil, deveria ser acompanhada de um aumento do comércio e das remessas, e servir de respaldo à política internacional portuguesa. Não há, porém, iniciativa de subsidiá-la por parte do governo lusitano que apenas controla abusos e garante remessas.

Em novembro de 1953, foi assinado a Tratado de Amizade e Consulta que foi um instrumento político e jurídico que passou a nortear as afinidades da comunidade luso-brasileira. O Tratado estabelecia a consulta mútua dos países signatários sobre os problemas internacionais de seu manifesto e interesse em comum. As duas partes acordavam em conceder aos nacionais do outro tratamento especial, que os equiparassem aos respectivos nacionais em tudo que de outro modo não estivessem diretamente regulados nas disposições constitucionais das duas nações. O Tratado estabelecia a livre entrada e saída, a fixação de domicílio e o livre trânsito no interior do país, conforme os dispositivos de segurança nacional. Facilidades comerciais e financeiras seriam estabelecidas de forma recíproca a brasileiros e portugueses residentes ou transitórios em um dos países (LOBO, 2001, p. 214-215).

Assim sendo, o Brasil foi, durante longo período, o país preferido e acolhera quase sempre muito mais de metade dos emigrantes oriundos de Portugal. MEDEIROS (2000, p.135) utiliza como exemplo os períodos de 1911-1915 que atingiram 80,5 % e 1951-1955 que alcançou 78,6 % como percentuais elevados de portugueses que vieram para o Brasil em relação ao total do destino geográfico de emigrantes. Todavia, ressalta a grande conversão nos destinos da emigração portuguesa que ocorreu no fim da década de 50 em que ganharam a dianteira certos países da Europa, muito especialmente a França, seguida a alguma distância pela Alemanha Ocidental em relação ao Brasil. Em outro exemplo MEDEIROS (op.cit., p.136) ressalta que, ainda, no período de 1955- 1960, o Brasil acolheu 52,1 % dos emigrantes, mas no período de 1961-1965 não foi mais de 19,5 % sendo ultrapassado pela França (47,3 %) como preferência de destino dos portugueses. As razões dessa queda de

fluxo relacionadas ao Brasil, deram-se pelo fato de o país sul-americano ter atingido determinado nível de desenvolvimento relativo e passou a requisitar imigração menos volumosa e mais qualificada e tomou medidas nesse sentido. Por outro lado, registrou-se espetacular crescimento econômico da Europa Ocidental que trouxe a promoção social as suas populações crescendo a necessidade de mão-de-obra barata para desempenhar os trabalhos mais duros ou de menor produtividade. Desse modo, Portugal sofreu na década de 70 uma “sangria demográfica”, principalmente para França.

O cenário posterior a Segunda Guerra Mundial até a década de 70 foi caracterizado pela expansão formidável do Capitalismo chegando a ser denominado de “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1999, p.255). O Brasil assim como outros países periféricos formaram um grupo específico que assumiram uma nova forma de inserção no seio do capitalismo mundial, usufruindo das possibilidades de crescimento econômico. Com a emergência do novo modelo da Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil industrializou-se beneficiado pela liquidez financeira mundial e investimento de firmas multinacionais. A economia brasileira, seguindo modelo industrial de substituição de importações, expandiu-se bastante, especialmente o Centro-Sul do país que atraiu grande fluxo de imigrantes. Entretanto, o Brasil assim como alguns outros países latino-americanos (Argentina e Venezuela, por exemplo), antes receptores de imigrantes estrangeiros até as primeiras décadas do século XX, deparou-se com situação demográfica de altas taxas de crescimento vegetativo na segunda metade do referido século. Diante desse quadro, BRITO (1995, p. 58) enfatiza que a exigência do mercado de trabalho interno e a redução enorme dos custos de transporte fizeram “com que a dimensão assumida pelas migrações internas tornasse as internacionais praticamente irrelevantes”.

As décadas de 80,90 e início do século XXI foram caracterizados pela inversão dos fluxos migratórios entre Brasil e Portugal. Portugal até a década de 70 foi país emissor de emigrantes (número já bem reduzido) para o Brasil. Porém, o quadro muda com a década de 80. Com a entrada do país ibérico na União Européia, Portugal expandiu sua economia com ampliação dos investimentos externos e a injeção de recursos por parte do fundo da Comunidade Européia de amparo às regiões mais pobres do bloco econômico supranacional. Dessa forma, o país passou por melhoria socioeconômica geral. Portugal transformou-se em receptor de imigrantes vindos de países que foram suas colônias do outrora Império Português (Brasil, Angola e Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) e de países do Leste Europeu (notadamente da Ucrânia).

Portanto, a emigração portuguesa para o Brasil, especialmente considerando a segunda metade do século XX, teve forte impulso nos anos 50 e 60 enfraquecendo-se nos anos 70 e tornando-se raro nos anos 80 até aos dias atuais. Contribuiu para o citado impulso e queda razões variadas internas, externas e recíprocas.

Considerando, por primeiro, as razões do impulso, o término da Segunda Guerra Mundial possibilitou o aquecimento internacional das migrações em que pessoas buscavam novas perspectivas em outros países promissores de prosperidade e bem-estar combinado com relativa tolerância cultural dos mesmos. A expansão da economia brasileira e a estagnação da economia portuguesa, os laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal, a existência de

rede de contatos sociais à distância entre portugueses, parentes e amigos no Brasil com seus respectivos em Portugal contribuíram, de forma decisiva, para a preferência dos portugueses de emigrar para o Brasil. O Estado português chegou a proibir (como em 1947) a emigração para o Brasil cedendo à pressão interna de garantia de mão-de-obra barata para o mercado doméstico, além de assegurar para si contingente humano nas colônias ultramarinas africanas. Entretanto, esta situação foi provisória, pois Portugal conseguiu um acordo de garantias de direitos recíprocos em 1953 levando maior segurança jurídica aos imigrantes portugueses no Brasil. Assim, as razões de atração predominaram justificando a grande leva nos anos 50 e 60 de imigrantes portugueses.

Porém, a partir da década de 70, a conjuntura modificou-se. As razões da queda imigratória para o Brasil, passaram a imperar. A necessidade de mão-de-obra barata e a forte economia dos países próximos europeus como França, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica tornaram o trabalho nesses países melhor remunerado. No Brasil, a crescente demanda por emprego da mão-de-obra doméstica e o aumento das migrações internas favorecidas pela intensidade dos transportes, tornaram a mão-de-obra externa desnecessária. As crises econômicas de 1972-73, 1979, a década de 80 (julgada como “perdida”) destrona sucessivamente o Brasil como atrativo para o imigrante trabalhador português. Por sua vez, Portugal, depois de superar conturbado período relacionado a Revolução dos Cravos em 1974, experimentou uma situação nova de melhorias sociais e econômicas estimuladas pela injeção de investimentos que foram facilitados, ainda mais, com o ingresso do país ibérico na Comunidade Européia em 1986. Portugal, país de emigrantes, consolida-se também como país de imigrantes no qual o grande número de brasileiros, ucranianos e africanos confirma esta situação.

3. O Fenômeno Migratório e os seus Múltiplos Fatores.

Segundo BEAUJEU-GARNIER (1971, p. 247-251) o “descontentamento” assume como expressão de ponto de partida para o fenômeno migratório e quase a explicação suficiente na medida que leva as pessoas a procurar algo mais. Pode ser conjugada a perspectiva do novo, componente que emerge diante da insatisfação e serve como atrativo no desejo de migrar. O papel da atração econômica não seria a única motivação essencial e acrescenta que o fator psicológico exerce papel saliente. Os dois aspectos, o econômico e o psicológico não devem ser vistos como isolados e sim como integrados. Ressalta ainda a interligação entre as causas da partida e as causas de atração envolvendo a migração nas quais os aspectos econômico e psicológico se fundem. Como terceiro motivo, cita causas relacionadas à sanção da liberdade política ou religiosa no país de origem e a busca dessas em outros países que permitem a liberdade de expressão. O quarto motivo, o qual considera também psicológico, é a atração do grupo. Observa que anteriores migrantes procedentes de uma aldeia, de uma cidade,

de uma região ou de um país, muitas vezes encorajam uns aos outros no ato de emigrar e tornam a formar um grupo em outro lugar. A notícia do sucesso de um emigrante, quando é boa, acaba por propagar-se aos familiares, amigos ou vizinho despertando um sentimento pelo exemplo dado pelo pioneiro em deixar a terra natal.

Ao considerar o processo comunicacional mantido entre emigrantes e familiares ou amigos dos argelinos na França, SAYAD (1998, p.44) ressalta situação de o informante produzir o próprio modelo de imigração no qual a experiência alienada e mistificada da preenche uma função essencial. O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da imigração que todo o grupo se esforça para manter (os imigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que ‘encantam’ as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas, etc.) constituem a mediação importante através da qual se pode exercer a necessidade econômica e estimular a corrente migratória.

Portanto, os fatores econômicos, políticos e culturais são mediados pelos canais de contato nas quais as chamadas redes migratórias são estabelecidas, expandidas ou restritas. PEDONE (2002, p.223) pondera que o ponto de vista das redes migratórias permite recuperar a experiência vivida pelos sujeitos sociais. Essa abordagem orienta para as perspectivas e dilemas vivenciados pelo imigrante diante da mudança do meio geográfico considerando-se a articulação do indivíduo dentro do coletivo. Os cálculos dos riscos e vantagens econômicas, políticas e culturais e psicológicas operam a partir das informações recebidas e das notícias oriundas dos imigrantes. Por sua vez, os estudos de BOYD (1989) e MASSEY (1997) destacam a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes.

Destarte, acreditamos que o princípio estratégico no ato de emigrar abrange diferentes e inter-relacionados campos (econômico, político, religioso, psicológico, social) em que o indivíduo pondera dentro de um grupo os riscos – permite reduzir riscos do fracasso de uma migração mal-sucedida e, em contrapartida, aumenta substancialmente o êxito conforme os objetivos do migrante. Essa estratégia incorpora simultaneamente cálculos de ordem econômica, política e cultural, conforme as circunstâncias espaciais e temporais. As correlações dos fatores (sejam de ordem econômica, política ou cultural conforme expostas anteriormente) dependem, sobretudo, das conexões de informações obtidas entre os migrantes, potenciais migrantes ou aqueles interessados em determinado migratório. As redes migratórias assumem especial importância dentro do processo. Desse modo, o fato de os emigrantes portugueses usarem as “relações sociais de parentesco, vizinhança e amizade” (LEITE, 2000, p.182) para se informarem sobre as oportunidades no exterior, ratificam a importância articuladora de redes migratórias. Os contatos estabelecidos pelos laços sociais de um determinado grupo coletivo tecem as oportunidades projetadas e viabilizam a concretização.

Dentro do contexto do presente trabalho, recolhemos informações com portugueses que aportaram no Brasil no período correspondente às décadas de 50 e 60. Nos relatos sobre a experiência da imigração, as informações recebidas por carta de parentes, amigos ou conhecidos indicavam geralmente a prosperidade dos “patrícios”. A remessa de dinheiro enviada para os familiares que ficaram em Portugal, e a viagem de retorno ostentosa pela terra natal (nas quais muitos portugueses fizeram) demonstravam prosperidade e contribuíam, definitivamente, para alimentar o sonho da imigração para o Brasil. A experiência fantasiada ou mistificada conforme SAYAD (1998, p.44) ou “imaginada” (dentro da ótica do nosso estudo) cumpre papel no sentido de que o potencial emigrante seleciona as informações fornecidas pelo grupo que já migrou e se fixou no país-alvo da imigração. Logo, as notícias que chegavam dos portugueses no Brasil, estavam atreladas à experiência positiva de

enriquecimento e prosperidade. Contudo, isto não quer dizer que todos prosperaram. Muitos foram aqueles que não conseguiram alcançar seu projeto de enriquecimento. Porém, as notícias desses, não chegavam ou quando chegavam eram distorcidas. Isso porque para esse imigrante pobre e/ou fracassado, que não conseguiu a almejada prosperidade, voltar para Portugal ou manter contato com parentes, era uma vergonha grande. Por outro lado, a ausência de prosperidade era encarada, em muitos casos, como um fracasso individual resultado direto de sua incompetência. Assim, podemos notar que a experiência da imigração era uma visão construída de forma utópica nos quais os aspectos positivos eram muito valorizados e os negativos eram subestimados ou simplesmente suprimidos.

Outro fato importante destacado pelos nossos informantes quanto à imigração portuguesa para o Brasil era a “carta de chamada”. Ela teve uma função importante em assegurar relativa segurança para a vinda do imigrante para o Brasil. A carta de chamada era um documento enviado por um conterrâneo ou brasileiro assumindo condições de emprego e garantia de pagamento da passagem de navio para o potencial imigrante. Caso ocorresse algum problema para o imigrante lusitano no novo país (tal como emprego que não correspondesse as suas perspectivas, dificuldade de adaptação, saudade da família ou da terra natal) havia a possibilidade de volta para Portugal. Isso porque a carta de chamada obrigava o empregador o custeio da passagem de retorno para o imigrante. Na imigração portuguesa após a Segunda Guerra Mundial, esse mecanismo respaldado pela legislação foi uma espécie de “caução” que dava relativa tranquilidade aos portugueses desejosos de emigrar.

Por conseguinte, num panorama geral do fenômeno migratório, consideramos que a migração, de forma geral, não está relacionada propriamente a indivíduos que com atitude isolada decidem partir do seu local de origem na perspectiva de melhores condições. O emigrante não vai para o estrangeiro imbuído e certo de êxito rumo à terra incógnita. Geralmente antecede a decisão de partida os contatos e informações estabelecidas entre familiares, amigos ou conhecidos de sua própria região. As estratégias de grupo (familiar, étnica, política, religiosa) acionam as redes sociais e por consequência assumem o peso na decisão de sair ou não.

Acrescentamos que somente o diferencial de renda entre a área de saída e recepção do migrante não seria o único fator a ser considerado (mesmo sendo relevante) em que é enfatizado apenas o aspecto econômico. A ótica do emigrante enxerga outros fatores de caráter político, cultural e social que estão ambos associados. Devemos também considerar a base familiar ou a unidade produtiva de sustento no qual o potencial emigrante se insere assim como as políticas estatais de migração e práticas subalternas de migração. Assim, os grupos familiares, como núcleos de organização de redes sociais de imigrantes, devem ser observados com atenção. As famílias agem como células de sustentação do grupo social em deslocamento espacial. Os recursos financeiros da família convertidos numa poupança que permita pagar despesas com os transportes e estada até conseguir emprego ou até mesmo montar um negócio no novo país são tomadas na família. A decisão de qual membro ou quais membros da família irá partir ou ficar diante dessas circunstâncias, e os contatos pré-estabelecidos entre familiares e/ conhecidos no país de recepção (mais especificamente a particular cidade ou região) entram no jogo das apreciações na decisão do movimento migratório e não devem ser desprezadas e sim estimadas dentro das análises da macro-conjuntura e das estruturas que envolvem o fenômeno migratório.

Assim sendo, o processo migratório é, marcadamente, uma ação coletiva na qual estão presentes variados condicionantes que levam ao indivíduo emigrar de sua terra natal em busca de novas terras. A importância da articulação dentro de uma rede social de cunho internacional e inter-regional serve como ponderador para diminuir os riscos de uma emigração fracassada. Tais modos de relações sociais coletivas apoiadas nas trocas de informações, circulações de pessoas e experiências em terras estrangeiras ofereceram perspectivas para raciocínios comparativos dos prós e contras da decisão de ficar ou emigrar.

Conexões são estabelecidas entre lugares de partida e chegada que se relacionam por meio de redes sociais envolvendo uma teia de contatos cujos sonhos e projetos de vida são imaginados, realizados ou frustrados. Essas redes sociais de migrantes que envolvem a circulação de informações e de pessoas requisitam estruturas e instituições que agem no sentido de viabilizar a empreitada da migração e proporcionar melhor adaptação para o imigrante no novo território.

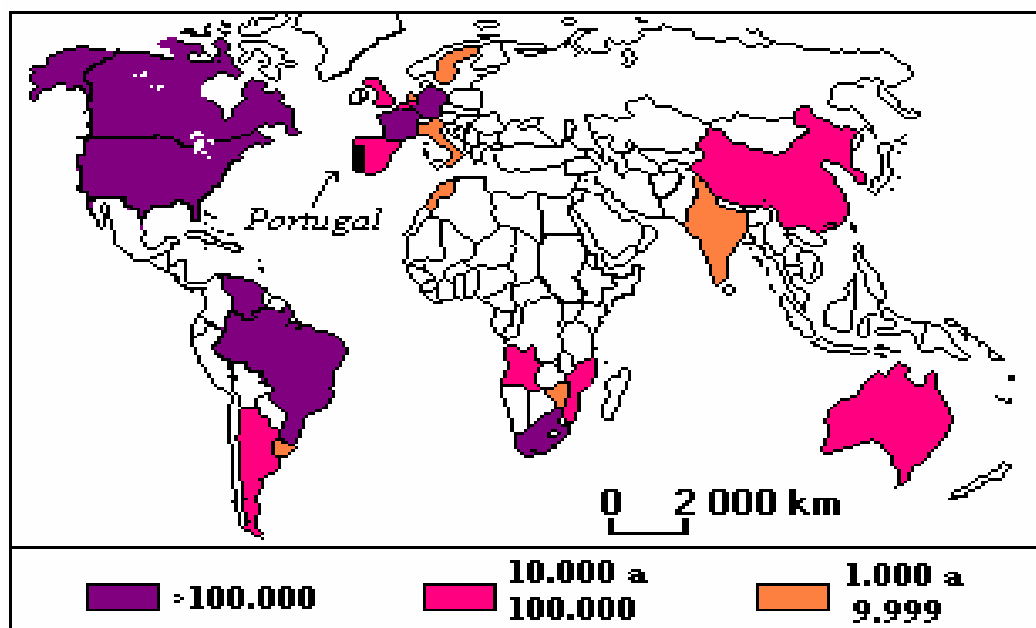
Porém, como evitar o estranhamento de um imigrante numa nova sociedade? Como aplacar a saudade do país, familiares e/ou amigos que foram deixados para trás? Os laços com o povo e a terra natal são desfeitos, quer no campo material ou espiritual?

Creemos que as associações de migrantes constituíram e constituem organizações importantes no entendimento às questões suscitadas anteriormente daqueles que chegam a um novo território para (re)construir sua vida. As associações procuram atender carências de ordem cultural, econômica e/ou política no propósito amplo de permitirem melhores condições de vida para aqueles que chegam ao novo país, região ou cidade.

No capítulo a seguir, analisaremos que os imigrantes portugueses, distantes fisicamente do país de origem e sem o apoio incisivo estatal português, sentiam-se desamparados e expostos às vicissitudes que a vida em um novo país impõe. A possibilidade de contatos com patrícios era adequado para mobilizar interesses vinculados à cultura, trabalho, saúde, lazer, e negócios. Lugares de encontro com pessoas do mesmo perfil tornavam-se importante. O movimento associativo é a conseqüente resposta a essas demandas, conforme a capacidade de mobilização e articulação do grupo em questão. Tornou-se estratégico fundar associações com finalidades vinculadas ao atendimento específico do grupo imigrante.

Logo, a pesquisa fundamenta-se na análise de um determinado tipo de associação que se tornou a mais numerosa dentre as fundadas por imigrantes portugueses no Rio de Janeiro no século XX: as casas regionais. Posteriormente, para aprofundamento, concentramos nosso estudo de caso em uma casa regional, a Casa de Trás-os-Montes Alto Douro, localizada na capital fluminense.

A Comunidade Portuguesa pelos Vários Países do Mundo



Fonte: org. pelo Autor (2006). Dados: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 1999.

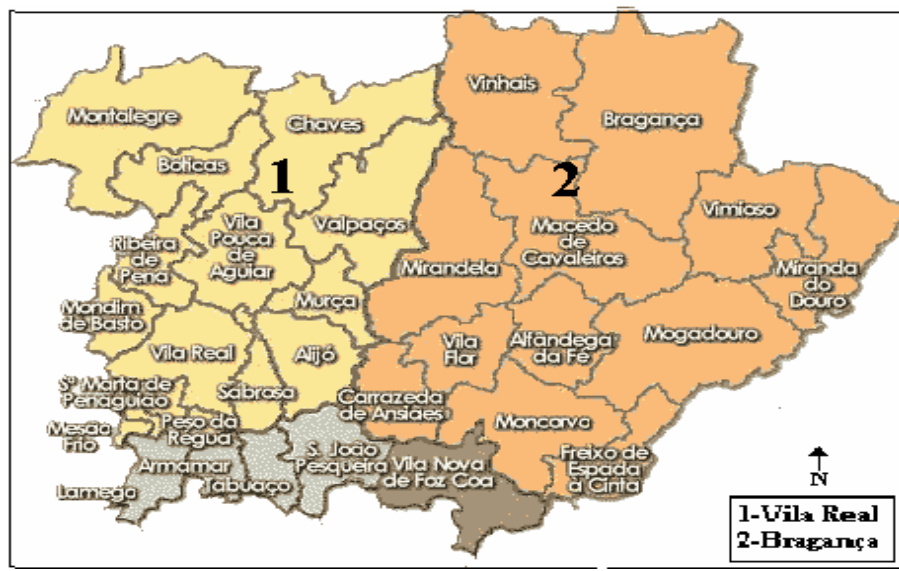
MAPA 1. (Fonte: org. pelo autor,2006). *Portugal possui população residente de aproximadamente 10. 529.255 (MNE,2004) milhões de habitantes ao considerarmos seu restrito território (93.000Km²) localizado na península ibérica, no extremo oeste do continente europeu. A comunidade portuguesa estimada fora do país é de 4.806.353(MNE, 1999) com lusitanos espalhados pelo Europa Ocidental, América do Norte, América do Sul e África e Oceania. No Brasil, segundo IBGE(1991) são 224.849 portugueses com residência fixa e 277.000 portugueses segundo o serviço estatal português de "Recadastramento de Estrangeiros 1987-1989".*

Distritos de Vila Real e Bragança na Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, Nordeste de Portugal.



MAPA 2. (Fonte: org. pelo autor, 2006). *No mapa acima, em destaque, os distritos de Bragança e Vila Real que compõe a província trasmontana, uma das áreas de Portugal de maior emigração para o Brasil.*

Concelhos dos Distritos de Vila Real e Bragança



MAPA 3. (Fonte: adaptado Casa de Trás-os-Montes). *No mapa superior os concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança que formam a província de Trás-os-Montes. Porém alguns concelhos de Viseu e Guarda (localizados ao sul) também compõem a região trasmontana.*

Capítulo III

As Associações de Origem Portuguesas no Brasil: Alicerces de Vários Lugares.

3.1. A Distribuição das Associações pelo Brasil.

A vinda dos portugueses constituiu processo de nova vivência num país estrangeiro, o Brasil. A comunidade portuguesa no seu processo geográfico e histórico de fixação no país sul-americano fundou uma variedade de associações desde século XIX. O presente estudo utiliza o termo “associações de origem portuguesa” para aquelas instituições que foram e são importantes no processo de adaptação, defesa de interesses, assistência

social e referência cultural na ampla teia de relações que os imigrantes portugueses, descendentes e simpatizantes organizaram no país. Essas associações ofereceram e oferecem variada gama de serviços conforme sua finalidade específica que podem ser de caráter recreativo, beneficente, hospitalar ou educacional.

As associações, apesar de haver diferenciação quanto às atividades propostas, possuem em comum rede de relações sociais em que a identificação étnica portuguesa é aspecto marcante. Por isso preferimos a expressão “associações de origem portuguesa”, apesar de outros termos como associações portuguesas ou luso-brasileiras serem usados de forma variada ou revezada, na literatura especializada (seja em periódicos, livros ou comunicações orais). Isso porque, nas variantes citadas, em ambos o aspecto fundamental é a grande valorização das associações quanto a sua origem nacional portuguesa fundada pelos imigrantes.

As associações de origem portuguesa, não obstante de numerosas, se encontram irregularmente distribuídas pelo território brasileiro, havendo áreas com maior concentração e outras com menor concentração. A TAB.4 seguinte – organizada segundo dados da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (2004) – oferece visão da localização geográfica sob o âmbito I das cinco grandes regiões propostas pelo IBGE e seus respectivos estados.

TABELA 4

Distribuição por Regiões e Estados no Brasil das Associações de Origem Portuguesa.

Regiões e Respectivos Estados no Brasil				
Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
RJ: 57	PR: 9	BA: 6	PA: 7	MT: 3
SP: 43	SC: 1	PE: 4	AM: 4	DF: 2
MG: 6	RS: 11	MA: 3		GO: 1
		AL: 2		
		CE: 2		
		RN: 1		
Total de associações de origem portuguesa no Brasil: 162				

Fonte: org. pelo autor com dados da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (2004).

Grande parte das associações de origem portuguesa no Brasil está situada na região Sudeste, principalmente nos estados do RJ e SP. Estes dois estados concentram 61,73 % do total das associações.

Podemos notar a presença de associações nas dezessete unidades federativas do Brasil espalhadas pelos Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país. Esses dados confirmam configuração distributiva de

associações como de abrangência nacional. Todavia, a distribuição das associações é assimétrica. A região Sudeste concentra o maior número de associações totalizando 106 num total de 162 sendo que a esmagadora maioria concentra-se nos estados do Rio de Janeiro (57 associações) e São Paulo (43 associações). Essa grande concentração geográfica das associações no Rio de Janeiro e São Paulo está coerente com os fluxos migratórios de portugueses para o Brasil que se fixaram, sobretudo, nesses dois estados devido ao maior poderio industrial, comercial, financeiro em relação ao restante do país. A região Sul aparece em segundo lugar com 21 associações seguida da região Nordeste com 18. As regiões Norte e Centro-Oeste surgem respectivamente com 11 e 6 associações caracterizando baixo número de associações relativamente.

A Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, fonte dos dados anteriores, encontra-se sediada no bairro das Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Seu presidente, o português Arthur Gomes da Costa, é considerado figura eminente para comunidade luso-brasileira no Brasil, ocupa a chefia do Real Gabinete Português e participa frequentemente de cerimônias das diversas associações no Brasil.

Ao se referir ao movimento associativo de origem portuguesa no Brasil, o presidente da Federação citada aprecia que “pela dimensão, não tem paralelo em nenhuma parte do Mundo” (COSTA, 1998, p.326-327). Acrescenta ainda que esse grande movimento associativo passou por duas fases distintas:

“A primeira fase caracterizou-se pelo aparecimento de dezenas de instituições que foram criadas com objetivos ligados ao atendimento de carência e anseios dos próprios imigrantes. Elas reuniam-se nos Gabinetes de Leitura e nos Liceus para aprender, ler, ou para aprimorar o nível de instrução; fizeram as Beneficências e as Caixas de Socorro Mútuo para ter uma enfermaria no meio da doença, ou para se recolher nos dias de infortúnio; fundaram os clubes para praticar o desporto nas horas de lazer e levar às famílias aos domingos; dispersaram por várias dezenas de Casas de Portugal para reviver, à distância, o folclore e as festas de sua província, os trajes e os cantos de suas origens ...”

A segunda fase no movimento associativo já possui um contorno diferente. As instituições não funcionam em razão exclusiva dos imigrantes. [...] Esta segunda fase do movimento associativo tem muito mais a ver com a presença de Portugal no Brasil, com a permanência dos seus valores e legados do que as necessidades correntes da emigração. São dezenas de ‘focos de portugalidade’ a difundir a riqueza de uma cultura, a espalhar a música e a dança, dar testemunho da maneira de ser e de estar no mundo de um povo que marcou a nossa própria alma e contribuiu, como nenhum outro para a formação de nossa nacionalidade” (COSTA, op.cit.).

No primeiro trecho o autor destaca que o movimento associativo esteve fundamentalmente voltado para as aspirações dos imigrantes portugueses no Brasil. As diversas associações funcionavam como lugares de apoio e assistência sócio-cultural direta ao imigrante português. A citação “Casas de Portugal” evidencia a importância das associações no sentido de fazer presente um Portugal distante como próximo a partir desses mesmos lugares – locais de reunião comunitária de portugueses.

No segundo trecho considera-se que as associações não funcionariam mais em razão de uma exclusividade aos imigrantes. Isso está associado à própria queda da entrada de imigrantes na segunda metade do século XX. As associações ganham um outro contorno em que passam a ser valorizadas como “focos de portugalidade”. Seriam como lugares que emanam a cultura portuguesa através do folclore, da música ou literatura, enfim aquilo que expresse a rica cultura portuguesa.

No primeiro momento, a assistência social e as celebrações culturais estariam voltadas para o próprio imigrante tendo um caráter mais fechado. No segundo momento, as associações estariam mais direcionadas para a difusão da cultura portuguesa pelo Brasil, tendo assim um caráter mais aberto. Todavia, é inegável que ambas apresentam como ponto em comum a valorização da cultura portuguesa. Compreendemos por esse meio que COSTA estima o movimento associativo como sendo dotado de uma espécie de legado “civilizacional” português no Brasil. Expressões como um movimento que “não tem paralelo no Mundo” se encaixam neste “ministério” dos portugueses no Brasil. De certa forma, esse pensamento reflete projeção de valores na qual os portugueses, mediante sua labuta e capacidade construtora inerente ao “ser português”, são (re)celebrados de maneira positiva pela sua força contribuinte a formação da nação brasileira. Por sua vez, o uso do termo “focos de portugalidade”, expressam as associações de origem portuguesa como sendo lugares que emanam uma cultura étnica de origem “nata” em que a “essência” do ser português estaria sendo transmitida às gerações posteriores. A riqueza de uma cultura por intermédio de suas expressões seria grande contribuinte para a constituição da nacionalidade brasileira. A declaração “de um povo que marcou nossa própria alma” demonstra por parte do autor caráter de transcendência cultural de maneira que a influência portuguesa é definitiva e permanente. O comportamento e atitudes do povo brasileiro estariam indelevelmente marcados pelo aspecto luso no seu “ânimo” e espírito de “ser”.

Assim sendo, os trechos analisados anteriormente refletem tipo de pensamento em que se apresentam as características da identidade portuguesa como sendo “essencial”, isto é, na natureza de um povo (português), que marcou a “nossa própria alma” (brasileira). As associações são lugares de “testemunho” nas quais são transmitidos valores positivos acerca da riqueza e da força cultural de Portugal pelo Mundo afora e especialmente no Brasil. A influência portuguesa no Brasil é escrita por COSTA de maneira a valorizar o esforço do imigrante como um “ser” dotado de características culturais imanentes positivas devido a sua própria origem nacional para a formação da nacionalidade brasileira. Desse modo, os “focos de portugalidade”, ou seja, as associações são lugares de construção identitária em que símbolos, memórias e valores são talhados de maneira a exaltar a saga dos imigrantes portugueses.

3.2. As Associações: Tipos e Histórico na Cidade do Rio de Janeiro.

As associações de origem portuguesa podem ser divididas em três tipos (LIMA, 1973, p.33-34) segundo suas atividades principais: as beneficentes, as culturais e as recreativas. Na nossa análise, acrescentamos ainda um quarto tipo: as entidades profissionais e empresariais⁸. Antes de descrevê-las, organizamos dados em que é destacada a fundação das associações de origem portuguesa na cidade do Rio de Janeiro por período histórico, correspondente aos séculos XIX e século XX, conforme os tipos descritos anteriormente. A partir da TAB. 5 a seguir, confirmamos que o movimento associativo esteve presente nos séculos XIX e XX, contudo com

⁸ LIMA (1973, p.39) comenta em seu trabalho a existência da Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, instalada em 1912. Porém, por ser única, cita-a em separado. Por outro lado, MÜLLER (2002, p.322) classifica esta associação como “Entidades Profissionais e Empresariais” juntamente com a Associação Luso-Brasileira de Imprensa e ao Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, ambas fundadas em 1981 (associações criadas posteriormente ao trabalho de LIMA, publicado em 1973).

diferenças importantes a serem destacadas. No século XIX, as associações beneficentes atingiam enorme quantitativo que apresentaram queda no século seguinte. Já o século XX apresenta o surgimento de associações profissional-empresariais e a formidável expansão das associações recreativas nas quais se destacaram as casas regionais.

TABELA 5

Tipo e Quantidade de Associações de Origem Portuguesa nos Séculos XIX e XX na Cidade do Rio de Janeiro- RJ.

Associações	Século XIX	Século XX
Beneficentes	18	9
Culturais	3	5
Profissionais e Empresariais	–	3
Recreativas	2	27
Total	23	44

Fonte; org. do autor com base em dados em MULLER (2002) e Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (2004).

A maioria das associações fundadas no século XIX foi as “beneficentes” enquanto que no século XX foi predominante a fundação das associações recreativas.

As associações beneficentes são aquelas que se destinam a prestar assistência social aos associados em situações de doença ou invalidez, caridade, serviço médico e atendimento hospitalar, ajuda funerária, orientação jurídica e apoio aos desempregados.

Trata-se das instituições de beneficências, socorro mútuo, assistência médica e caridade. Esse grupo chegou a atingir o número de 18 agremiações no século XIX no Rio de Janeiro. Tal quantidade explica-se pela ausência e/ou precariedade do Estado Brasileiro na prestação de serviços hospitalares e previdenciários. No entanto, com a implantação pelo Estado brasileiro de rede assistencial de prestação pública de serviços previdenciários e hospitalares, várias associações de socorro mútuo entraram em crise ou faliram devido à impossibilidade de competirem com a força, garantia e vantagens que o Estado passou a oferecer aos trabalhadores no Brasil. Os estrangeiros e, portanto, também os portugueses, eram incluídos nesses serviços previdenciários desde que, é claro, contribuíssem oficialmente para o sistema. Com isso, os associados dessas variadas beneficências passaram a deixar de contribuir com elas preferindo as instituições públicas brasileiras de assistência. Isso explica o motivo da queda de 18 associações no século XIX para 9 associações existentes no século XX.

As associações culturais estão aqui representadas especificamente pelas escolas e bibliotecas que de forma geral organizam e estimulam estudos ligados à cultura literária portuguesa. Destacamos o Real Gabinete Português de Leitura, localizado na área central do Rio de Janeiro como a maior biblioteca de livros voltados para cultura portuguesa no Mundo fora, é claro, de Portugal.

As associações profissionais e empresariais foram fundadas com a motivação de representar interesses econômicos das relações de trabalho e negócios de portugueses no Brasil. A Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro é a mais antiga de todas com fundação em 1912.

As associações recreativas abrangem aquelas nas quais as atividades visam proporcionar diversões aos seus associados e freqüentadores por meio de festas folclóricas, práticas esportivas, bailes, homenagens, etc.

Correspondem às casas regionais, bandas, orfeões, grupos de dança e clubes desportivos. Essas associações são as mais numerosas na atualidade e de grande importância no que tange a possibilidade de rede de encontro e relações entre portugueses, descendentes e simpatizantes, associados ou não, dispersos ou mais concentrados geograficamente. Dentro do grupo das associações recreativas, destacamos as casas regionais no presente estudo. As casas regionais são lugares que possuem destacado peso e visibilidade nas representações de ordem geográfica que contribuem para a formação de identidade coletiva e são responsáveis pela efetivação de parcela considerável das manifestações culturais dos portugueses no Brasil.

Em relação ao número de associações (levando-se em conta os quatro tipos da TAB.5) fundadas na cidade do Rio de Janeiro, temos o total de 44 até o final do século XX. Quando consideramos especificamente o quantitativo das associações recreativas presentes na cidade, ao todo são 27. Nota-se que 17 associações (ver TAB. 6 a seguir) desse tipo pertence à categoria casa regional. Desse modo, as casas regionais correspondem a 38,63 % do total das associações e 62,96 % das associações recreativas na cidade carioca. Portanto, as casas regionais de origem portuguesa compõem expressivo quantitativo das associações na cidade do Rio de Janeiro.

TABELA 6
As Casas Regionais na Cidade do Rio de Janeiro:
Respectivos Anos de Fundação

Nome	Fundação
Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro	1923
Casa do Minho	1924
Casa dos Poveiros	1930
Casa do Porto	1945
Casa dos Açores	1952
Casa das Beiras	1953
Casa Vila da Feira e Terras de Santa Maria	1953
Casa Regional de Aveiro	1958
Casa de Espinho	1964
Casa Aldeias de Portugal	1966
Casa de Viseu	1966
Arouca Barra Clube	1967
Casa Regional de Ovar	1974
Casa Regional de Leiria	1977
Rancho Folclórico Verde Gaio	1977
Dança e Cantares do Divino Salvador	1985
Casa de Macau	1991

Fonte: org. pelo autor. Dados da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras (2004).

As casas regionais correspondem ao perfil mais numeroso entre associações recreativas sendo que a maior parte delas foi fundada na segunda metade do século XX

A TAB. 6 anterior evidencia que ,apesar do pioneirismo da Casa de Trás-os-Montes e da Casa do Minho (fundadas respectivamente em 1923 e 1924), a maioria das casas regionais foi criada nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX. Outro aspecto é que estão representados variadas ordens político-administrativas como concelhos (Arouca e Espinho), distritos (Porto, Viseu), províncias (Trás-os-Montes, Minho), província insular (Açores) e até mesmo antigo território colonial ultramarino (Macau). Por outro lado, o distrito e capital Lisboa ou a província do Algarve não estão representadas por casa regionais no Rio de Janeiro.

Segundo MELO (2004, p.2-3) o regionalismo luso consolidou-se no período do “republicanismo triunfante” na qual a oratória favorável a descentralização político-administrativa formou quadro propício para o surgimento de casas regionais representando as províncias no país. Todavia, o autor ressalta que o fenômeno regionalista já vinha detrás na “pegada do regionalismo francês oitocentista.” (MELO,2004, op.cit). Sobre o regionalismo francês, THIESSE (1995, p.1) argumenta que, utilizando como base de análise a Terceira República (1870-1940), a mais de um século a representação regionalista é um elemento forte da identidade nacional na qual a valorização da diversidade do território não se desenvolve em oposição à identidade nacional, mas como forma de “reunião nacional consensual” (THIESSE, op. cit).

Desse modo, podemos compreender que o citado regionalismo português não é um fenômeno isolado. Mais do que isso, assemelha-se ao caso francês, pois o movimento regionalista luso não tinha a intenção de contradizer a unidade nacional, mas sim de valorizá-la pelo viés da exaltação da diversidade regional. Como expressões desse movimento de representação regionalista foram fundadas as casas regionais de Trás-os-Montes (1905), Madeira (1907), Alentejo (1914), Beiras (1915-16), Minho (1923) e Açores (1927), Algarve (1931), Ribatejo (1937). Em continuidade ao movimento, surgiram outras casas regionais em Portugal representando os distritos de Coimbra (1937 – na província das Beiras) e do Porto (1943 – na província do Douro Litoral).

Quando comparamos cronologicamente as casas regionais fundadas em Portugal com as casas regionais fundadas no Brasil podemos perceber que o pioneirismo do movimento associativo coube ao país europeu. Inspirados nessas primeiras associações, lideranças portuguesas no Brasil passaram a vislumbrar a possibilidade de fenômeno correlato no Brasil em que as casas regionais assistissem aos imigrantes.

LIMA assinala que (1973, p.39-46), o plano de implementação da Casa de Portugal organização idealizada no início do século XX e esquematizada de forma mais consistente em 1916, estaria na origem das casas regionais no Brasil. A “Casa de Portugal” conforme plano nesse momento histórico deveria incentivar e promover a aproximação e união dos portugueses por meio de relações e estrutura de serviços institucionais de assistência médica, hospitalar, jurídica, escolar, bibliotecária, assim como, atividades e festas artísticas e esportivas. A Casa de Portugal seria a instituição maior, a matriz que promoveria o vínculo entre os próprios portugueses no Brasil e o laço de origem com a mãe-pátria Portugal. O primeiro ato de tal organização estruturada seria a fundação dos centros (casas) regionais em que cada província de Portugal corresponderia um centro que congregaria os naturais daquela região e todos esses centros se reuniriam para compor a Casa de Portugal. (LIMA, op.cit.,p.40).

O plano da Casa de Portugal mesmo com esse detalhamento não se efetivou. No entanto plantaram estímulos para a fundação das casas regionais como o Centro Trasmontano (atualmente Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro) em 1923 e a Casa do Minho em 1924. Ambas são as mais antigas casas regionais.

Em 1931 foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o “Primeiro Congresso de Portugueses no Brasil” reunindo representantes de associações de portugueses de todo o Brasil. Nele discutiram-se os principais problemas que os imigrantes portugueses encontravam no Brasil e os interesses em comum do grupo de ordem econômica, social, cultural e artístico (REGO, 1966). Do “Primeiro Congresso de Portugueses no Brasil” nasce efetivamente a Federação das Associações Portuguesas. Nesse contexto, a Federação surge com objetivo duplo: evitar dispersão de forças e ao mesmo tempo garantir a autonomia das casas regionais.

Em 1966 surge novamente a idéia e tentativa da fundação da “Casa de Portugal”. Porém sua fundação não possui mais como uma das justificativas a defesa dos “interesses ameaçados” dos portugueses (sem distinção regional) na medida em que a postura do governo brasileiro mudou para melhor para com os mesmos. Naquele momento, a Casa de Portugal era prevista como uma instituição de cúpula orientadora de todas as atividades da

colônia portuguesa que viria a substituir a Federação das Associações Portuguesas. No entanto, mais uma vez, a Casa de Portugal não se concretizou (LIMA, op.cit.,p.45).

A fragilidade na consolidação da Casa de Portugal como instituição centralizadora passa pela própria expansão, fundação e plena independência reivindicada pelas casas regionais que não aceitavam ingerências externas. Desenvolveram-se, então, como organização associativa com prática autônoma cujo planejamento das atividades é definido no interior de cada casa regional. Apesar de tentativas de centralização da gestão das associações portuguesas no Brasil em diferentes momentos do século XX, a organização autônoma e a representatividade regional foi um princípio marcante na fundação de novas associações de origem portuguesa no Rio de Janeiro que, na maioria, surgiram como casas regionais. As casas regionais passaram a se multiplicar de maneira que, atualmente, são as mais numerosas entre as associações de origem portuguesa na cidade carioca.

Conforme anteriormente citado, as primeiras casas regionais fundadas na cidade Rio de Janeiro foram o Centro Trasmontano e a Casa do Minho, ambas na década de 20 do século XX. A inicial fundação dessas duas casas regionais despertou o processo de fundação de outras casas regionais. Isso porque apenas os trasmontanos e minhotos encontravam-se inicialmente representados apesar de não serem os únicos grupos regionais de portugueses. Para outros grupos de portugueses (poveiros, açorianos, portuenses, etc.) não ter uma própria associação representativa era sinal de invisibilidade e fragilidade perante aos demais grupos. Assim, lideranças de outros grupos regionais portugueses interessados na fundação de novas associações passaram a acionar como justificativa a ausência da representação regional do grupo em relação aos demais grupos (como por exemplo, os trasmontanos e minhotos que já se encontravam representados). Na idéia e iniciativa de fundação de uma nova casa regional foi comum a “imaginação” de uma associação que possibilitasse reunir companheiros da mesma origem geográfica para convívio recreativo. Nesse processo de criação e consolidação de uma casa regional era preciso – para legitimar e dar visibilidade aos regionais da nova associação potencialmente a ser criada – o estabelecimento de uma sede própria com espaços para o convívio e recreação dos associados. Essa sede própria deveria conter marcos simbólicos no seu micro-espço de convívio que demarcassem claramente a casa como sendo legítima representante da região e uma casa portuguesa. A organização de eventos festivos em que fizessem representar o folclore e as festas da terra ou região de origem tornou-se uma outra necessidade para assegurar a autenticidade da nova casa regional e moldar a identificação regional do grupo em questão. As características marcantes presentes numa festa tradicional como o rancho folclórico, a gastronomia e as músicas típicas seriam responsáveis pela “essência” da casa regional via suposto resgate e estabelecimento das tradições oriundas da aldeia, distrito ou província de origem geográfica, uma cultura “imaneente” a todos os portugueses e descendentes que os imigrantes, organizados, evidenciam para aos demais portugueses e a sociedade majoritária brasileira.

No capítulo a seguir descreveremos e analisaremos as localizações da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro até atingir sua sede definitiva no bairro Tijuca no Rio de Janeiro. Destacaremos também as referências simbólicas que demarcam o lugar da casa regional como um local de apropriação, visibilidade e convívio de trasmontanos, portugueses e brasileiros simpatizantes da cultura folclórica.

Capítulo IV

A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Fundação, Localização e Referências Simbólicas.

A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (atual nome completo) foi fundada em 28 de julho de 1923, com a definição de Centro Trasmontano. Segundo o site de divulgação da casa regional⁹, a decisão de fundação partiu do jornalista João Crisóstomo Cruz, do bancário e escritor José de Barros e do comerciante Antonio Emílio Gonçalves Silvano num encontro considerado “casual” a porta do jornal “O BRASIL”, na Rua da Quitanda n: 73, em um sábado de 1923. Posteriormente foi publicada a convocação dos trasmontanos para a fundação da casa regional conforme descrição a seguir:

No dia imediato, este órgão de imprensa publica a convocação de todos os trasmontanos para uma reunião preliminar na residência de Crisóstomo Cruz, na Rua do Lavradio n: 60. As notas que pregavam a união dos trasmontanos em torno de uma associação se sucederam de maio a julho do mesmo ano, até que, no dia 28 deste último mês, reuniram-se, cerca de 200 pessoas, na Associação Beneficente Memória a Luiz Camões, a Rua Luiz de Camões n: 22, e fundava-se o então Centro Trasmontano. Na oportunidade, ficou decidido que seriam Sócios Fundadores os cem primeiros inscritos, além dos Sócios Iniciadores, que

⁹ Disponível em [http:// www.casatrasosmontes.com.br](http://www.casatrasosmontes.com.br). Acesso em 20 set. de 2005

receberam, respectivamente, matrículas de números 01 a 09. (1 - João Crisóstomo Cruz, 2 - José de Barros, 3 - Antonio Emilio Gonçalves Silvano, 4 - Manuel Joaquim Dias Lopes, 5 - Lourenço Júlio Teixeira, 6 - José Antônio Machado, 7 - Manoel José de Araújo Gomes, 8 - José Augusto Varela e 9 - Antonio Lopes Barbosa).

Ressaltamos aqui o caráter “imaginativo” do companheirismo de uma comunidade com valores em comum e de “essência” da identidade regional na fundação da casa regional em que são convocados os “trasmontanos” situados à cidade no qual respondem cerca de duzentas pessoas aos apelos pela união dos trasmontanos transmitidos por jornal. Chama atenção os apelos aos trasmontanos e não, em geral, aos imigrantes portugueses refletindo um intuito inicial de ser, na sua base, uma associação regional por excelência. No entanto, na prática este intuito não se efetivou plenamente, pois nos arquivos dos associados da casa regional podemos observar que havia associados portugueses não-trasmontanos desde primeiros anos de existência da associação no século XX. A permissão de associação de portugueses de outras regiões justifica-se pelo fato de que muitos eram indicados por associados ou pessoas de influência tornando incômodo o veto. Além do mais, o interesse no fortalecimento da agremiação pela expansão do quadro de associados era importante para aumentar a receita e o prestígio da casa regional. Por outro lado, essa permissão a imigrantes portugueses de outras regiões não era ameaçadora ao projeto de uma casa regional trasmontana, pois a diretoria, o conselho deliberativo e a maioria dos associados eram compostos por trasmontanos.

Em relação à localização geográfica da sede da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi variada ao longo até se fixar definitivamente desde 1950 na atual sede na Avenida Melo Matos n:15/19 no bairro da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Foram oito localizações anteriores até o atual endereço na Tijuca. Vejamos as mudanças sucessivas expostas no quadro abaixo:

QUADRO 1

As Localizações da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro

1) Na Rua da Assembléia N; 8 (no hoje existente estacionamento de veículos do Banco do Brasil, havia um prédio comercial, em cuja sobre loja, alugada, se reuniam associados); no primeiro ano de atividades realizaram-se três ou quatro comemorações de datas cívicas portuguesas, em sessões solene;
2) Na Rua General Caldwell n: 72, esquina de Senador Euzébio; ali, fundaram-se outros Centros Regionais Portugueses, para que, mais tarde, todos se fundissem e formassem a “Casa de Portugal”; este projeto, de autoria do escritor Carlos Malheiro Dias, gerou o Centro Beirão, da estremadura, Casa da Ilha da Madeira e outras entidades; a região de Algarve ficou ausente por falta de interessados;
3) Na Rua Buenos Aires n; 134, em prédio de uma firma comercial, foram levados apenas os moveis da Secretaria e uma pequena biblioteca; entretanto como conseguissem bastante sucesso nas festas, chegaram ate a instalar um elevador por conta própria; em 2 de fevereiro de 1932, um incêndio destruiu as instalações e foram precisos trinta dias de constantes reuniões para levantar o Centro das Cinzas;
4) Na Rua São Bento n; 28, mas lá ficaram por pouco mais de um ano, porque o local era de difícil acesso;
5) Na Praça Olavo Bilac n; 28, em área mais ampla;
6) Na Sede do Liceu de Artes e Ofícios, a Avenida Almirante Barroso, onde hoje se vê o

edifício da Caixa Econômica, devido as constantes mudanças de sede, houve como e natural um período de perda popularidade do Centro Trasmontano; nesta má fase, mudou-se, ainda para o Liceu Literário Português;
7) No Liceu Literário Português, Largo da Carioca, por esta ocasião, perdeu-se grande parte de material de arquivo e impressos, jogados, em um depósito de comestíveis na rua Benedito Hipólito;
8) Na Casa do Minho, a Rua Conselheiro Josino n; 72, onde se registraram poucas atividades;
9) Sede própria na Avenida Melo Matos n; 19 finalmente, no dia 20 de janeiro de 1950.

Fonte: Disponível em <http://www.casatrasosmontes.com.br>. Acesso 20 set. 2005. Org. pelo autor

A Casa de Trás-os-Montes só veio a ter uma sede definitiva a partir de 1950, no bairro da Tijuca, localidade com numerosa presença de portugueses.

Os seguintes aspectos podem ser ressaltados conforme o quadro anterior. A muitas localizações (ao todo nove) atingiram caráter provisório e não definitivas em que outras instituições foram até usadas como sede. São os casos do Liceu Literário e a Casa do Minho. Esse caráter de indefinição (conforme é apontado no item seis do QUADRO 1) chegou a prejudicar o esforço na manutenção e adesão de associados à casa regional.

As oito variações locacionais da casa regional ficaram restritas ao núcleo central da cidade do Rio de Janeiro. Somente na nona localização houve a mudança definitiva deslocando-se de localizações anteriores do Centro da cidade para a Zona Norte, especificamente na Tijuca em que a sede foi favorecida com uma área mais ampla, no início de 1950. Os custos de manter no Centro da cidade uma sede em área imprópria e restrita para as atividades recreativas e a oferta de um terreno maior em um bairro em expansão imobiliária, pesaram favoravelmente na mudança para a Tijuca. Para compreendermos melhor esse deslocamento do Centro para Tijuca, torna-se necessário recorreremos à evolução urbana do Rio de Janeiro (ABREU, 1997).

As mudanças na localização da Casa de Trás-os-Montes estão inseridas no contexto das transformações espaciais do Rio de Janeiro no século XX. Antes da Reforma Pereira Passos, ocorrida na primeira década do século XX, a ocupação da cidade em relação ao núcleo central urbano era mais restrita a faixa de terras compreendida no entorno dos Morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição. Esse núcleo central concentrava grande parte das atividades mercantis do antigo Distrito Federal naquele tempo. Historicamente, essa centralidade espacial consolidou-se principalmente após a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 que transformou a cidade na improvisada nova sede do poder político imperial português. O fluxo de imigrantes portugueses não cessou desde então. Ao longo do século XIX, a outrora capital do Brasil recém-independente passou atrair cada vez mais investimentos, tanto da esfera pública quanto privada. A dinâmica do crescimento econômico do Rio de Janeiro tornou atraente a vinda de imigrantes para a cidade, tanto nacionais como estrangeiros na busca de melhor emprego ou prosperidade mediante um empreendimento próprio. Os portugueses correspondiam ao grupo de imigrantes estrangeiros que se destacavam como o maior contingente a se fixar na capital brasileira. O Rio de Janeiro destacava-se como sendo a segunda maior cidade de população portuguesa no Mundo perdendo apenas para Lisboa (LESSA, 2002 p.17). Muitos imigrantes vieram na condição de mão-de-obra barata, outros com poder econômico para abrir seu próprio negócio, todavia, em comum, portugueses na origem nacional. Fizeram uso dessa condição ou poder relativo para conseguir trabalho, realizar empreendimentos, fixar moradia, estabelecer redes de contato e estabelecer associações assistências, culturais e desportivas. Essas realizações consagraram marcas simbólicas dos imóveis e instituições portuguesas na paisagem carioca localizadas no núcleo central do Rio de Janeiro, anteriores às alterações radicais da Reforma Pereira Passos.

A Reforma Pereira Passos caracterizou a mudança espacial da cidade para uma ordem urbana capitalista condizente a desejosa capital que simbolizasse concretamente importância do país como principal produtor de café do Mundo e expressasse os valores e os “*modi vivendi*” cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais. (ABREU, 1997, p.60). Desde então, cortiços foram destruídos, aterros realizados, túneis construídos e novas avenidas foram abertas no desejo concreto de uma nova cidade que visasse superar a forma espacial colonial pretérita de “aspecto pictoresco e inconfundível de grande villa portuguesa” (NORONHA SANTOS apud ABREU, 1997, p.63). O novo e moderno Centro do Rio de Janeiro passou a se especializar como centro de negócios abandonando sua função residencial. As obras de infra-estrutura e embelezamento do Centro interferiram diretamente para a valorização imobiliária tornando sua habitação residencial imprópria diante da refuncionalização e do custo alto do terreno. A Zona Sul, Zona Norte e os subúrbios passaram a se configurar como as áreas de moradia conforme o padrão das classes sociais.

Os portugueses inseridos nas mais diversas classes sociais não fugiram a regra. Deslocaram-se do Centro do Rio para as demais zonas da cidade. As transformações descritas anteriormente implicaram também em mudança dos locais de muitas associações de origem portuguesa, como podemos observar em relação à Casa de Trás-os-Montes (vide QUADRO 1 anterior). A escassez de espaços combinados com o alto valor imobiliário influenciou na localização das associações ou sedes que surgiram no século XX.

Como já ressaltamos no capítulo anterior, a maior parte das associações recreativas de origem portuguesa na cidade do Rio de Janeiro correspondem atualmente ao tipo “casas regionais”. Foram todas fundadas durante o século XX e estão, na sua esmagadora maioria, localizadas fora do Centro do Rio. Esse padrão espacial é resultado de reconfiguração locacional das associações que se até no século XIX estavam preferencialmente no Centro carioca, proporcionalmente deixaram de estar ao longo do século XX. Só permaneceram no Centro da cidade, as associações que possuem importância histórica ou cultural consagrada tais como o Real Gabinete Português e o Liceu Literário Português. Estas últimas associações não foram atingidas diretamente pela remoção no plano urbanístico Reforma Pereira Passos e, também, não foram afetadas por outras modificações urbanas que se sucederam nas décadas seguintes. Desse modo, as citadas associações incorporaram-se definitivamente ao patrimônio cultural e arquitetônico do centro do Rio de Janeiro.

A Zona Norte e especialmente a Tijuca, após a Reforma Pereira Passos tornou-se uma das novas áreas preferenciais para a moradia dos portugueses. Mais do que isso, representou os locais em que várias das associações de origem portuguesa, notadamente as casas regionais, passaram a se situar.

Ao observarmos as mudanças de localização da Casa de Trás-os-Montes, verificamos a confirmação deste fato. Até 1950, ano da alteração definitiva para nova sede, a casa regional esteve localizada no núcleo central da cidade. Entretanto, as dificuldades de se obter um terreno próprio e espaçoso para realização das atividades recreativas estão diretamente relacionadas ao processo de transformações que o Centro experimentou nas primeiras décadas do século XX. As obras urbanas de embelezamento e implementação de infra-estrutura tornaram o valor e o custo de manutenção de imóveis espaçosos inviáveis. Por sua vez, essas mesmas transformações também afetaram os locais de moradia de portugueses, pois passaram a residir cada vez mais em outros bairros. Além disso, o infortúnio do incêndio em 1932, os

pedidos de instalação provisória a outras associações de origem portuguesa para resolver as dificuldades do momento levavam os associados ao desgaste e, conseqüentemente, a casa regional ao desprestígio. Nesse contexto, tornava-se cada vez mais imperativo o estabelecimento de uma sede definitiva própria e dotada de amplo espaço interno para a realização das atividades recreativas. Conseqüentemente, o Centro do Rio de Janeiro apresentava-se como de difícil condição para a conquista da tal sede desejada.

Como opção para a nova sede, em 1950, surgiu o imóvel situado na Avenida Melo Matos no bairro Tijuca – cuja origem remonta a antiga área periférica rural dividida em chácaras no século XIX. Dessa forma, a Tijuca, ao longo da primeira metade do século XX, passou por um processo de transformação paisagística e reorganização espacial para acolher novos moradores da cidade em expansão populacional. A atuação dos proprietários de terra na qual repartiam suas chácaras em loteamentos urbanos ocorreu concomitante as obras de infra-estrutura realizadas pelo poder público estimulando a especulação e ocupação imobiliária. Na segunda metade do século XX, o bairro já se consolidava e se transformava no “centro de toda a Zona Norte” (CARDOSO, 1984) da cidade.

Muitos portugueses dirigiram-se para o bairro, onde acabaram por fixar moradia e negócios. A Casa de Trás-os-Montes, como associação recreativa, também seguiu este destino fixando-se definitivamente na Tijuca. O terreno amplo para realização das festas, a possibilidade futura de expansão de instalações, a proximidade dos associados, a adesão de novos sócios e a visibilidade simbólica da casa regional num bairro conceituado de classes médias alimentaram expectativas positivas. E, realmente, as expectativas se confirmaram. Ampliações nas sedes foram feitas como a ocorrida em 1967, graças à inauguração do ginásio esportivo João Crisóstomo Cruz, (nome dado em homenagem ao pioneiro sócio e idealizador da casa regional) e a construção do segundo salão de eventos, na década de 80, concretizaram a expansão da casa regional. Sem dúvida, a conquista de uma sede definitiva e ampla permitiu a realização de grandes eventos, entre estes, as festas tradicionais portuguesas (“Vindimas”, “Arraial Trasmontano”, etc.) que agradavam e contribuíam para atrair maior número de associados e de convidados engrandecendo a associação recreativa. O sonho dos fundadores e dos mais antigos associados de uma sede definitiva e confortável adequada para o lazer, entretenimento e as festas trasmontanas finalmente foi realizado.

Na atualidade, a Tijuca apresenta-se como um bairro que oferece variados lugares de lazer. Os cinemas, os clubes, as praças, e mais recentemente, os “shopping centers” são exemplos que confirmam essa especialização para o entretenimento. Especificamente, em relação aos clubes, a diversidade é uma das características presentes no bairro. O Tijuca Tênis Clube e o América Futebol Clube são os mais famosos e antigos. Entretanto, outros clubes existem e se aproveitaram de casarões já existentes e outros construindo suas próprias sedes – entre estes figuram distintos clubes fundados por grupos de imigrantes.

A localização da casa regional de Trás-os-Montes e Alto Douro na Avenida Melo Matos no bairro tijucano é um exemplo. Perpendicular a duas ruas de grande fluxo de veículos, as movimentadas Haddock Lobo e Dr.Satamini, a Avenida Melo Matos possui extensão de 100 metros aproximadamente. Nela encontramos três clubes fundados por imigrantes estrangeiros; a própria casa trasmontana, a vizinha casa regional conterrânea dos Açores e o clube Liga Libanesa do Brasil. Ainda na mesma rua, temos a presença da igreja Messiânica, a casa

religiosa Frei Luiz e a escola municipal Mário da Veiga Cabral. Complementando o logradouro, edifícios residenciais e comerciais e um posto de gasolina.

Considerando agora propriamente a casa regional, a aparência externa e o espaço interno da Casa de Trás-os-Montes estão carregados de significados em que símbolos presentes no lugar não são neutros ou despropositais. Pelo contrário, revela uma intencionalidade e o propósito de tornar o lugar singular e com visibilidade explícita de uma associação cultural de origem portuguesa.

A fachada da Casa de Trás-os-Montes é caracterizada pela existência de dois edifícios. O mais antigo à direita, original desde a fundação da definitiva sede na Tijuca em 1950. Nele localiza-se a secretaria, a cantina e o salão social para festas e cerimônias. Os outros, mais recentes, são: à esquerda, fundado em 1967, é o “Ginásio Crisóstomo Cruz”; o salão de festas mais novo, sobre o ginásio inaugurado.



FIGURA 1. *A fachada da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (2006). Na foto acima os dois prédios da casa regional: à direita o mais antigo existente desde inauguração da sede na década de 50 e a esquerda o mais recente construído ao longo da década de 80.*



FIGURA 2



FIGURA 3

A fachada da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (2006). A Avenida Melo Matos e sua calçada em pedras portuguesas (FIG.2) que dá acesso a casa regional devidamente anunciada na entrada do casarão antigo da associação (FIG.3).

Ultrapassando a porta do casarão antigo e adentrando ao corredor que dá acesso aos salões de festividades e cerimônias, encontramos, do seu lado direito, azulejos pintados que se referem à epopéia das Grandes Navegações. Nos azulejos, é retratado especificamente o momento de partida das caravelas de Portugal e a chegada ao Brasil.



FIGURA 4. *O corredor de acesso aos salões (2005). Nas laterais podemos observar os azulejos que retratam as Grandes Navegações – na parede à direita, e a Primeira Missa no Brasil – na parede à esquerda. Nessa mesma parede a capelinha em homenagem a Nossa Senhora de Fátima.*

À esquerda, no mesmo corredor, também em azulejos pintados, temos retratação da Primeira Missa no Brasil as quais ficam caracterizados o esforço, o trabalho e a conquista do colonizador português conjugados à dimensão missionária cristã católica. A postura indígena de admiração e passividade diante do evento demonstra claramente posição de submissão ao colonizador português.

Nessa mesma parede, deparamo-nos com espécie de capelinha em homenagem a Nossa Senhora de Fátima que foi transportada diretamente de Lisboa até o Rio de Janeiro em julho de 1996, por iniciativa de casal de associados portugueses. O oratório consagrou um micro-espço religioso que desperta manifestações de fé. É comum, as pessoas, ao passar pela imagem fazer o sinal da cruz ou, numa parada mais demorada, orar em silêncio. Compreendemos que o culto a Nossa Senhora de Fátima tem uma força muito grande entre os portugueses sendo este fenômeno evidenciado na Casa de Trás-os-Montes, pois, mesmo não sendo organização religiosa, tem espaços reservados em homenagem à padroeira portuguesa. O culto a Nossa Senhora de Fátima guarda semelhanças de devoção a santos na qual a fé de ordem pessoal e íntima é um traço marcante (DORNELAS, 1994). O contato dos fiéis com Nossa Senhora de Fátima é mediado geralmente pela imagem que pode ser representada por estátuas, quadros, medalhas, fotografias e outros objetos. A casa regional é caracterizada pela presença de oratório, diversas estatuetas e quadros espalhados pelos cômodos da casa regional que abençoam ou protegem os freqüentadores. Muitas das imagens foram trazidas e colocadas pelos próprios associados sem haver sentimento e/ou necessidade de permissão de qualquer de autoridade eclesiástica instituída, como bispo da arquidiocese ou padre da igreja mais próxima. Isso pode ser compreendido pela ligação predominante que os fiéis estabelecem com Nossa Senhora cujo teor íntimo de relacionamento sagrado evidencia uma autonomia religiosa com a santidade.

As festas também são outros momentos em que o culto à Fátima se revela. No ano de 2005 foram realizadas duas festividades em louvor a padroeira portuguesa precedidas de missa e seguidas de procissão e almoço na sede casa regional. Uma ocorreu na ocasião do “Dia das Mães”, em maio e, a outra, em outubro, no quadragésimo quarto aniversário do grupo folclórico Guerra Junqueiro. Nessas festas ficou mais uma vez caracterizado o profundo sentimento de devoção nos quais os portugueses veneram à Fátima.



FIGURA 5. *Imagem de Nossa Senhora de Fátima (2005). A devoção à Santidade é um traço religioso católico marcante que compõe a identidade dos imigrantes portugueses.*

Ainda podemos compreender a fé em Fátima pelo fato que, para o imigrante, a divindade acompanhou a própria trajetória do português até chegar ao Brasil. A bênção desde a saída de Portugal até a vinda ao Brasil, o sentimento de saudade da terra natal, a proteção transcendental para que tudo corra bem no novo país aprofunda

ainda mais a devoção. A trajetória da imigração, longe de apagar o sentimento religioso devido à distância do país de origem, aprofunda ainda mais a devoção religiosa, pois os desafios a serem superados aparecem maiores longe da comodidade de estar inserido na própria sociedade de origem.

A religiosidade católica assim contribui para a melhor adaptação do imigrante na nova sociedade na qual se inseria. A fé católica verificada aqui pela devoção à Fátima são sentimentos que fazem parte do processo de identificação e contato com a cultura de origem nacional dos imigrantes. A religião, além de estabelecer o seu sentido primordial, “o religa-re com o divino”, também age no elo com a cultura e o país de origem. O catolicismo dos imigrantes portugueses constitui, dessa forma, mais um traço da cultura de origem nacional portuguesa que se vincula ao processo de construção identitária exercida na casa regional.

Por esse meio, a casa regional de Trás-os-Montes torna-se um lugar ainda mais familiar (tanto no sentido de local apropriado para a frequência da família como local afetivo individual) com a inclusão da religiosidade de seus associados, pois ser português ou se identificar com a cultura de Portugal também, tradicionalmente, é ser católico, é ser devoto de Fátima. Devemos salientar que a devoção portuguesa à Fátima não é somente a fé na Virgem Maria. Abarca, sem dúvida, devoção a sua trajetória de consagração pelo Vaticano e pelo Mundo afora. Isso porque as aparições da Virgem Maria ocorreram na cidade chamada hoje de Fátima, uma cidade portuguesa. Sua aparição poderia ter ocorrido na Espanha ou na França, contudo o fato de ter acontecido em Portugal torna Nossa Senhora de Fátima não somente um grande símbolo religioso, mas, além disso, um grande símbolo nacional português. Dessa maneira, fé religiosa e sentimento nacional aliam-se na configuração identitária portuguesa, seja em Portugal ou quando é carregada pelos imigrantes em terras estrangeiras.

Ao prosseguirmos nosso trajeto interno pela casa regional, ao fim do corredor, encontramos cômodo de prêmios recebidos pela associação, onde temos medalhas, pratos comemorativos, placas de homenagem e troféus. Subindo pelas escadarias de mármore, temos acesso aos dois salões de festas. O salão nobre, com acesso à esquerda, costuma ser utilizado em eventos como missas, casamentos, aniversários e outras comemorações de usufruto da casa regional ou alugado para externos. O salão principal, com acesso ao centro, é usado com maior frequência para festas tradicionais da Casa de Trás-os-Montes.

Ao reverso do salão principal, dois bustos em madeira nobre: um deles de Guerra Junqueiro, eminente representante dos escritores e poetas trasmontanos. Entre os bustos, há um recipiente de vidro que contém solo característico da província trasmontana. Nessa mesma parede, também encontramos janelas pintadas com referências às caravelas – símbolo do poderio náutico português nas “Grandes Navegações”. Especificamente aqui os bustos e o recipiente são objetos de memória coletiva trasmontana – os bustos servem de referência para glorificar figuras eminentes trasmontanas enquanto que o recipiente, o solo “sagrado de origem”. Por sua vez, as janelas retratam as glórias ultramarina sendo uma espécie de símbolo peculiar da memória coletiva nacional portuguesa. Assim, num restrito cômodo da casa regional encontramos objetos representativos e constitutivos da simultânea identificação regional e nacional.



FIGURA 6. *Objetos de memória trasmontana e portuguesa. Os bustos de personalidades importantes, o recipiente com terra de Trás-os-Montes e janela com a iconografia em referência as Grandes Navegações.*

Após esta “viagem” pelo interior da casa trasmontana, podemos confirmá-la como um lugar carregado de símbolos com alusão aos aspectos geográficos e históricos de Trás-os-Montes e Portugal. A fachada externa e os cômodos internos são decorados com objetos culturais de ordem regional e/ou nacional que são considerados relevantes para a afirmação da cultura trasmontana e portuguesa. Retratações de um passado glorioso como as “Grandes Navegações” e o “Descobrimiento do Brasil”, bustos de vultos importantes portugueses, quadros e bandeiras da província de Trás-os-Montes e de Portugal formam cenário permanente de celebração da cultura trasmontana e portuguesa. Tal cenário é motivado para qualificar a Casa de Trás-os-Montes como um lugar permanente onde a “essência” de uma cultura forte e perene com raízes na terra natal se expressa firmemente em terras transatlânticas, terras brasileiras. Cultura que deixou legado no passado colonizador e na qual se recoloca com força no presente pelos imigrantes e, ainda, como legado do presente se projeta para o futuro. Dentro da ótica lusófila, os portugueses do passado e do presente na condição de colonizador ou imigrante deixaram fecunda herança que mesmo com o fim da imigração portuguesa se impõe para as gerações futuras. Com base nesse aparato simbólico, a Casa de Trás-Montes se constitui como lugar no qual se representa a cultura lusitana que influi no processo de identificação dos imigrantes portugueses e luso-descendentes. As representações, de ordem geográfica como também histórica, agem no reforço da identidade de forte caráter essencialista na medida em que a origem espacial e o passado glorioso da terra distante Portugal se fazem presentes a partir das manifestações culturais exercidas no âmbito da casa regional.

No quinto capítulo a seguir consideramos a origem geográfica dos associados e a correlação destes em relação à estrutura do poder na Casa de Trás-os-Montes.

Capítulo V

Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro:

A Origem Geográfica dos Associados e a Estrutura do Poder.

5.1. Considerações sobre os Associados pelos Arquivos da Casa de Trás-os-Montes.

Os dados dispostos a seguir correspondem a informações obtidas e analisadas dos arquivos referentes a associados da Casa de Trás-os-Montes. Tivemos acesso a três tipos de arquivos os quais analisamos segundo a organização disposta pela secretaria no período de março a junho de 2005. No primeiro arquivo – a secretaria da casa regional nos informou que se referia ao “arquivo ativo” – encontravam-se as fichas de inscrição dos membros associados portugueses que possuem efetiva ligação ou aqueles com potencial contato. Uma parte deste arquivo atualizado está dividida entre originários da província de Trás-os-Montes e Alto Douro e seus respectivos distritos e concelhos. A outra parte desse primeiro arquivo refere-se aos portugueses que não são originários dos Trás-os-Montes – também divididos em concelhos. O segundo arquivo “ativo” se refere aos brasileiros no qual temos as fichas dos dependentes familiares, dos associados inscritos, assim como brasileiros associados que não são dependentes. Já o terceiro arquivo é considerado como “antigo”, pois se trata de fichas de inscrição de associados já falecidos ou membros envelhecidos (aqueles com datas de nascimento anterior a 1920 foram “desconsiderados” do arquivo ativo, pois, devido à idade elevada, houve perda de contato relacionado a falecimento e/ou afastamento duradouro dos membros e familiares).

Ao observarmos o critério de organização dos arquivos dos associados, podemos compreender que a repartição é um indício de olhar “tripartite” onde são avaliados os seguintes níveis de importância: os portugueses trasmontanos, os portugueses das demais regiões e os brasileiros. Nesse critério, o pertencimento nacional e regional opera na distinção dos associados. Ao manusearmos as fichas de inscrição dos associados, podemos constatar que os associados mais homenageados com títulos de benemérito e ocupação de cargos de importância (devidamente diferenciados na ficha) foram os portugueses trasmontanos. Os demais portugueses

homenageados com títulos beneméritos foram proporcionalmente menores. Por sua vez, os brasileiros, na maior parte na situação de dependentes, constituem o grupo com menor número de homenagens.

As fichas dos associados contêm informações referentes à origem geográfica, data de nascimento e data de admissão. Em relação aos associados do arquivo antigo, os dados, em muitos casos, encontravam-se incompletos, o que dificultou a pesquisa. Sendo assim, nosso trabalho se concentrou em relação aos dados de relevância geográfica, sendo, portanto, nossa preocupação observar o padrão de localização residencial dos associados e a origem natural dos mesmos.

5.1.1. A Localização Residencial dos Associados da Casa de Trás-os-Montes.

A constatação do padrão de localização residencial foi baseada no “arquivo ativo” (arquivo atual), ou seja, dos associados hodiernos da casa regional. Isso porque os dados dos associados da localização residencial do “arquivo antigo” eram ausentes, o que levou a análise somente do primeiro arquivo.

Da verificação desses dados, organizamos tabela que foi dividida em três colunas: portugueses trasmontanos, portugueses não-trasmontanos e total de portugueses. As linhas são divididas em oito, conforme o local de residência do associado e o total. Quatro linhas são zonas geográficas da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, Área Central, Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste. Numa quinta linha destacamos a Tijuca, bairro onde se localiza a casa regional. Consideramos nas demais três linhas aqueles que são residentes fora da cidade (porém dentro da região metropolitana), os residentes fora da região metropolitana e por último, os residentes fora do estado. Vejamos:

TABELA 7

A Residência dos Portugueses Associados na Casa de Trás-os-Montes Capital (Zonas Geográficas) e no Estado do Rio de Janeiro.

na

	Trasmontanos	Não-trasmontanos	Total
Zona Norte (exceto Tijuca)	178 (22,19 %)	181 (22,57 %)	359 (44,76 %)
Tijuca (bairro)	63 (7,86 %)	95 (11,85 %)	158 (19,71 %)
Zona Sul	72 (8,98 %)	53 (6,61 %)	125 (15,59 %)
Área Central	32 (3,99 %)	39 (4,86 %)	71 (8,85 %)
Zona Oeste	34 (4,24 %)	34 (4,24 %)	68 (8,48 %)
RMRJ (fora capital)	10 (1,2 %)	6 (0,75 %)	16 (1,95 %)
Fora da R.M.R.J.	4 (0,49 %)	—	4 (0,49 %)
Fora do estado – RJ	1 (0,12 %)	—	1 (0,12 %)
Total	394 (49,13 %)	408 (50,87 %)	802 (100 %)

Nota: R.M.R.J.: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: org. pelo autor (2005)

A maioria dos associados da Casa de Trás-os-Montes reside na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, notadamente no bairro Tijuca.

Podemos perceber que os dados apresentam diferenças em relação à classificação disposta, quando comparamos os dois grupos de portugueses: os trasmontanos e não-trasmontanos. A presença de 15 associados

trasmontanos e 6 associados não- trasmontanos fora da cidade e o número maior de dos portugueses não-trasmontanos na Tijuca e Zona Norte (276 associados) em relação aos trasmontanos (241 associados) são indícios de que a proximidade ou maior distância em relação a Casa de Trás-os-Montes influenciaram na adesão dos associados. Para os trasmontanos, a fidelidade à casa regional teve maior influência, enquanto para os não-trasmontanos a proximidade geográfica teve maior interferência na adesão.

Levando em conta a análise em relação à soma total de portugueses, constatamos a concentração maciça dos portugueses dentro da cidade do Rio de Janeiro correspondendo a 781 (97,44 %) associados. O número reduzido de portugueses fora da cidade atinge o número de 21 (2,56 %) associados confirmando ainda mais a afirmação anterior. Compreendemos esse resultado de duas formas: a primeira como indicio da enorme concentração de portugueses na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado e outrora Distrito Federal, em coerência ao Capítulo 2. A segunda é que a proximidade geográfica foi e é um fator preponderante na adesão a casa regional, pois devido à localização da casa regional, na Tijuca, bairro da capital, há uma dificuldade quanto ao acesso de portugueses fora da capital.

Ainda podemos constatar que os portugueses associados e com residência fixa na cidade localizam-se de forma desigual no espaço carioca. A Zona Norte (incluindo a Tijuca) concentrou maior parte da localização residencial, correspondendo a 517 associados, o que atinge a 64,47 %. A Tijuca, destacado especialmente na tabela, foi o bairro de maior concentração com 158 associados e índice de 19,71 %. Em seguida, a Zona Sul, aparece em segundo com 125 associados perfazendo 15,59 %. A Área Central com 71 associados (8,85 %) e a Zona Oeste com 68 associados (8,48 %) aparecem, respectivamente, na terceira e quarta posição. Apesar da presença de portugueses em todas as zonas geográficas cariocas, observamos que a maioria dos associados pertence à Zona Norte (inclusive a Tijuca). Por sua vez, a Tijuca, em destaque na segunda linha, pode numa primeira impressão, parecer reduzida, entretanto quando comparada aos outros bairros da Zona Norte, adquire proeminência (razão de destacarmos a parte).

Ressaltamos assim, mais uma vez, os dois aspectos da distribuição dos associados portugueses. Um primeiro, a concentração maciça na cidade do Rio de Janeiro dos associados, coincidindo com análise de BASSANEZI (1995, p.19), que a maioria dos portugueses que vieram para o Brasil concentrou-se nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nosso estudo ratifica que, especificamente para o estado do Rio de Janeiro, o número de portugueses concentrou-se de forma pronunciada na capital fluminense. O número de portugueses fora da região metropolitana foi muito pequeno, confirmando ainda mais a afirmativa anterior. O segundo aspecto é que, no interior da cidade, na Zona Norte, verificou-se, também, um padrão de concentração dos associados – área geográfica com maior concentração de portugueses cujo destaque fica para o bairro da Tijuca.

5.1.2. A Origem Nacional e Regional dos Associados da Casa de Trás-os-Montes.

Na tabela abaixo, segue informações sobre o total de associados (somatório dos três arquivos) quanto à origem natural geográfica, isto é, portugueses (divididos em trasmontanos e não-trasmontanos) e brasileiros:

TABELA 8
Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Total)

Origem geográfica	Associados
Portugueses trasmontanos	1162

Portugueses não-trasmontanos	917
Brasileiros	593
Estrangeiros	10
Dados Incompletos	99
Total	2781

Fonte: org. pelo autor (2005)

Os trasmontanos, do ponto de vista regional, e os portugueses, do ponto de vista nacional constituem maioria dos associados nos registos da Casa de Trás-os-Montes.

A análise da tabela anterior permite-nos afirmar que a associação de portugueses, no total, constitui-se como o grupo predominante dentro dos associados na história da casa regional correspondendo a 2.079 associados perfazendo 77,52 % do total de associados. Quanto à origem regional dos portugueses, podemos perceber uma maior parte de trasmontanos, em relação aos demais portugueses não-trasmontanos. Os portugueses trasmontanos correspondem a 1.162 associados, o que confere a proporção de 43,33 % enquanto que os portugueses não-trasmontanos, que somam 917 associados, perfazem a 34,19 %.

Os portugueses trasmontanos, na condição majoritária de associados, confirmam o perfil histórico da casa regional de atendimento ao grupo de imigrantes da região nordeste de Portugal. O fator origem regional foi operante na adesão, pois a maior parte dos associados portugueses são trasmontanos. Contudo, ele não foi restritivo quanto à entrada de portugueses de outras regiões estendendo, assim, seu atendimento social. Portanto, é apropriada a lógica geral que compreende a casa regional não como uma associação regionalista de cunho exclusivista e separatista em contraposição a identidade nacional. Pelo contrário, o aceite da participação de outros portugueses reforça a lógica na qual mais do que uma associação regional, a casa trasmontana é também uma associação portuguesa. Portanto, a sua maneira, a Casa aciona estratégia de identificação regionalista associada à identificação nacional, como uma “parte” (regional) que participa e compõe o “todo” (nacional).

Outro aspecto notado sobre a casa regional é que não podemos caracterizá-la como absolutamente exclusiva aos portugueses. A existência de associados brasileiros e de outros estrangeiros confirma esta situação. Chamamos a atenção, contudo, que a maior parte dos associados brasileiros está na categoria de dependentes, isto é, são agregados ao sócio principal cujo chefe de família geralmente era ou é um português. Isso assina a situação dos associados brasileiros como sendo de influência inferior junto aos rumos da instituição. Além do mais, devemos considerar que os dependentes assumem comumente posição de luso-descendentes em que o sentimento de pertencimento e valorização de traços culturais da identificação étnica portuguesa é sobrepujante. Assim, a “essência” presente na condição de ascendência portuguesa e “imaginação” de uma comunidade, com base em valores nacionais em comum, assumem força no processo de referência identitária do grupo freqüentador da casa regional.

A partir da TAB.9 referente à Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes, dividimos em outros dois gráficos, separando os dados do “arquivo ativo” (referente aos associados mais recentes) dos que estão relacionados aos “dados do arquivo antigo” (associados antigos). Vejamos a seguir o resultado:

TABELA 9

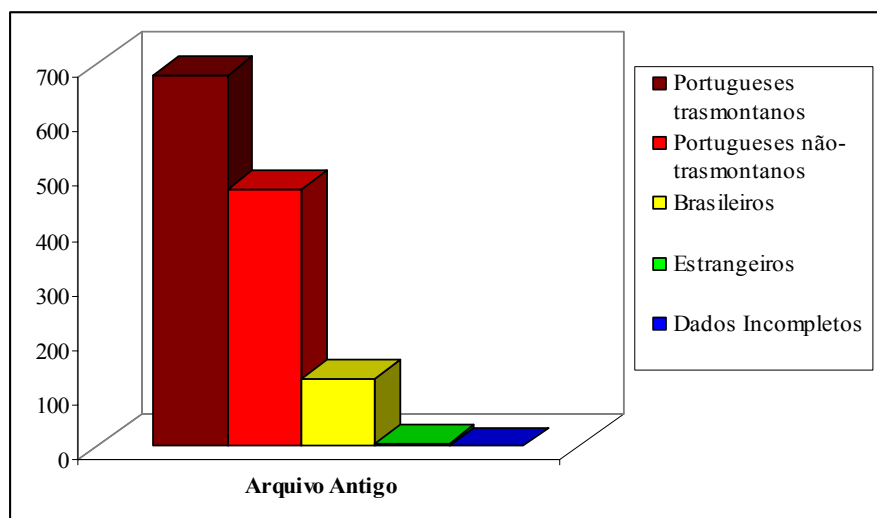
Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Tipos de Arquivo)

Origem Geográfica	Arquivo Antigo	Arquivo Atual	Arquivos Antigo +Atual
Portugueses trasmontanos	679	483	1162
Portugueses não-trasmontanos	470	447	917
Brasileiros	123	470	593
Estrangeiros	4	6	10
Dados Incompletos	99	0	99
Total	1375	1406	2781

Fonte:org.pelo autor (2005)

A quantidade de portugueses trasmontanos do arquivo antigo é muito superior aos do arquivo atual indicando o padrão de maior fidelidade regional nas primeiras décadas da casa regional. Em contrapartida, a maior presença de portugueses não-trasmontanos e brasileiros do arquivo atual representam a flexibilização do rigor regional na admissão dos associados.

GRÁFICO 1

Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Arquivo Antigo)

Fonte:org.pelo autor (2005)

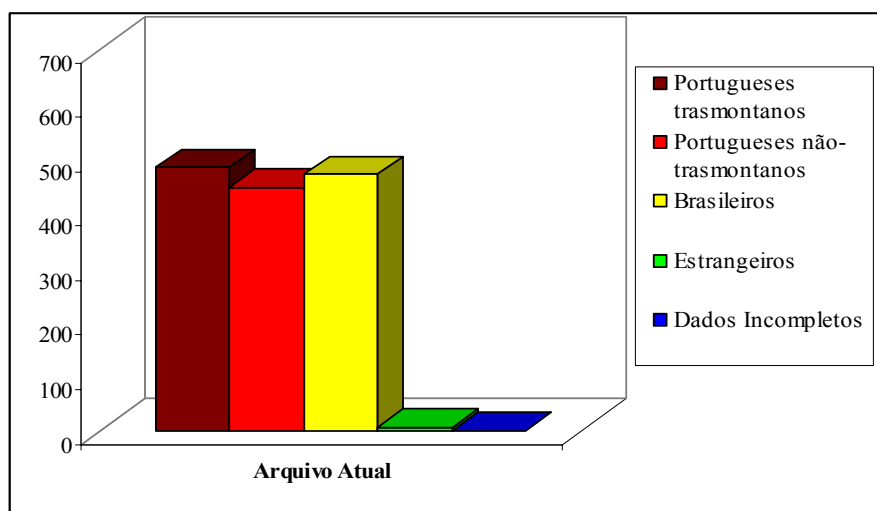
Enfatizamos a maior presença de portugueses trasmontanos superando a quantidade de portugueses não trasmontanos e brasileiros somados.

O GRÁF. 1 anterior foi organizado com base nos dados da coluna da TAB.8 referente ao “arquivo antigo” e foi classificada dessa forma por ser constituída de associados mais antigos (com data de nascimento inferior ao ano de 1920) nas quais os contatos tornaram-se inexistentes por motivo geralmente coligado a falecimentos ou não freqüência relacionada a elevada idade. Podemos perceber nesse gráfico que a presença de portugueses é mais expressiva totalizando 1.149 associados representando 90,04 %, sendo que dentro do grupo de portugueses, a maior parte é de trasmontanos atingindo 679 perfazendo 59,09 %. Por se tratar de associados com maior idade

e já falecidos podemos concluir que se trata de membros que foram admitidos, em média, num período anterior em comparação aos associados do “arquivo ativo” (composto por associados adultos, jovens como também idosos – porém com idade não tão avançada). A partir dessa conclusão, podemos deduzir que, nas primeiras décadas da existência da Casa de Trás-os-Montes, a associação reunia em sua maioria esmagadora, grande número de associados portugueses nas quais eram na maior parte trasmontanos. Essa situação refletia padrão associativo da qual, nas primeiras décadas, a casa regional era mais fidedigna a origem regional, por primeiro, e a origem nacional, por segundo. Os brasileiros, com o número bem inferior aos dois primeiros, reforçam ainda mais o caráter de associação voltada para os imigrantes portugueses.

GRÁFICO 2

Origem Natural dos Associados da Casa de Trás-os-Montes (Arquivo Ativo)



Fonte: org.pelo autor (2005)

Destaque para o crescimento da participação dos portugueses não-trasmontanos e principalmente dos brasileiros, estes últimos na condição majoritária de associados dependentes.

Já no GRÁF. 2, temos a representação referente aos associados do “arquivo ativo” Neste gráfico, podemos perceber que a proporção de portugueses não-trasmontanos e brasileiros são maiores em relação ao quadro do arquivo morto. A presença de portugueses ainda constitui a maioria com 930 associados que representa 66,14 %. O número de trasmontanos em 483 associados representa 34,35 %, sendo que os demais portugueses com 447 associados perfazem 31,79 %. Já em relação aos associados brasileiros, houve ampliação atingindo o número de 470 associados que representa 33,42 %.

Podemos perceber mudanças quanto ao perfil do associado. O “arquivo ativo” (atualizado) evidencia a adesão de associados das últimas décadas em que a penetração de portugueses não trasmontanos, descendentes brasileiros e simpatizantes foi crescente na participação histórica mais recente de associados na casa regional.

Destarte, compreendemos que na existência histórica, isto é, do período de 1923-2006 (oitenta e três anos) da Casa de Trás-os-Montes, o perfil dos associados não foi o mesmo, pois passou (e passa) por transformações. As primeiras décadas ficaram caracterizadas pela maioria de seus filiados serem portugueses de origem regional trasmontana. O princípio regionalista foi mais atuante como fator de adesão a associação. Já nas últimas décadas, o princípio desta fidelidade regional foi relativamente atenuado devido a uma maior presença de associados portugueses não-trasmontanos e brasileiros. A maior participação do último grupo, os brasileiros, indica ainda

outra mudança. Com a queda brusca de entrada de imigrantes portugueses nos últimos trinta anos (conforme vimos no Capítulo 2) e o crescimento da geração dos luso-descendentes, os brasileiros passam a representar uma maior força numérica. Isto representa uma tendência quantitativa na mudança do padrão associativo da casa regional, pois o número de portugueses reduziu proporcionalmente em razão da queda brusca de entrada de portugueses no Brasil nas últimas décadas e ao falecimento dos portugueses devido ao natural processo de envelhecimento.

A princípio, essas transformações poderiam sugerir algum tipo de transformação da casa regional quanto, por exemplo, a uma de suas características principais que foi e é o atendimento cultural aos portugueses em eventos recreativos (tais como a promoção das festas nas quais historicamente foram e são destacadas a cultura folclórica trasmontana e a portuguesa). Todavia, não ocorreu ainda nenhuma mudança decisiva no perfil da associação. A Casa de Trás-os-Montes continua como uma casa regional praticamente voltada para a família portuguesa com atrações culturais que valorizam a “essência” e a “imaginação” da identificação comunitária trasmontana e portuguesa. Veremos melhor essa situação ao analisarmos a estrutura de poder da casa regional que apesar da maior participação dos brasileiros na casa regional, o controle dos rumos da casa regional ainda é exercido pelos portugueses nos quais os trasmontanos são os mais influentes.

5.2. A Estrutura de Poder na Casa de Trás-os-Montes.

Podemos classificar a estrutura de poder e recursos humanos da Casa de Trás-os-Montes, como compostas de associados, diretoria, conselho deliberativo e funcionários.

Quanto ao total de associados, o registro que consta no livro de ocorrência de associados é de 2.695 afiliados até 01-07-2005. Porém, em relação às fichas de inscrições do arquivo de associados da Casa, a contagem total atingiu o número de 2.781 sócios. Isso pode ser explicado pelo fato de reatualização de fichas antigas, homenagens a portugueses ou pessoas notórias visitantes em ocasiões especiais e, também, a concessão do título de grande trasmontano àqueles que se notabilizaram por feitos favoráveis à casa regional.

Os associados, segundo os dados da ficha dos associados dos arquivos, são divididos em categorias que são destacadas a seguir de forma hierárquica, isto é, em ordem crescente de importância: contribuintes, remidos, honorários, beneméritos, grandes beneméritos, benfeitores e grandes benfeitores e o grande trasmontano¹⁰, além dos iniciadores e fundadores – duas categorias vinculadas aos cem primeiros sócios. Essa classificação é balizada no estatuto da casa regional – conforme o título social na casa regional, maior o prestígio do associado. A maneira de o associado melhorar sua titulação pode advir de duas formas: pelos serviços de relevância prestados à casa regional e/ou pela contribuição financeira (donativos).

Costumeiramente, a admissão do sócio para Casa de Trás-os-Montes se dá pela apresentação de um associado que encaminha a proposta de adesão para a diretoria. A decisão de permitir ou não o novo sócio, cabe à diretoria, que conforme as “referências” do potencial candidato autorizam ou não a adesão. A influência daquele que apresenta o potencial sócio é importante, pois o prestígio do antigo sócio, na Casa, favorece a rapidez no processo de adesão sem obrigatoriamente passar por uma triagem da diretoria.

No presente, as mensalidades da casa regional não são mais cobradas. A alegação da diretoria da Casa de Trás-os-Montes é que as opções de lazer que são oferecidas como a organização de campeonatos de sueca, jogos de sinuca e bilhar ou partidas de futebol de salão são praticadas por associados que frequentemente estão envolvidos e trabalham nas atividades da casa regional. Cobrar mensalidades aos associados que se dedicam à

¹⁰ Título concedido aos associados que se notabilizaram por grandes contribuições prestadas a casa regional

casa regional, é um contra-senso segundo a diretoria. As rendas para a manutenção e despesas da casa regional derivam da organização das festas na qual o freqüentador paga a entrada e o consumo interno de aperitivos e bebidas, do aluguel do salão de festas para aniversário, casamento ou outras festas sociais e do aluguel, por hora, da quadra esportiva para a prática de futebol (alugado por jovens ou empresas). De todas essas fontes, a mais rentável para a casa regional são as festas.

A estrutura de poder e das decisões na Casa de Trás-os-Montes pode ser entendida como dual, formado pelo conselho deliberativo e a diretoria. O conselho deliberativo é formado pelos associados mais influentes e oficialmente correspondem ao quadro estatutário de 100 conselheiros e 20 suplentes. Entretanto, em convocações para referendo de decisões importantes, o quórum presente no conselho deliberativo tem sido baixo. Para exemplificar, na reunião de prestação de contas, ocorrida no final do ano de 2005, o comparecimento de membros do conselho deliberativo foi reduzido, em torno de 25 a 30 pessoas. É esse mesmo conselho deliberativo que é responsável pela escolha da diretoria. Esta, por sua vez, escolhida, indica ou ratifica os membros do conselho deliberativo. Segundo as informações prestadas na secretaria, as mudanças ocorridas no conselho deliberativo foram poucas nos últimos anos, ocorrendo basicamente devido à desistência. Diante desse quadro político, as decisões de ocupação dos cargos da casa regional são tomadas por conjunto seletivo de portugueses. Esse distinto conjunto é formado por associados engajados que estão freqüentemente na Casa de Trás-os-Montes organizando os eventos e conhecem o cotidiano da instituição assim como o perfil dos seus conterrâneos. Dentro desse panorama, a escolha da direção e da presidência ocorre em contexto nos quais são conhecidos potencialmente os atributos dos candidatos associados para ocupação dos cargos. Tais atributos estão relacionados à dedicação a Casa, conceituação política e situação financeira pessoal estável.

Com base nas informações concedidas pelo presidente Manuel José Medeiros, a diretoria para biênio 2006/2007 era composta por membros distribuídos entre cargos da direção e departamentos como presidência, secretaria, tesouraria, patrimônio, social, artístico, desportivo, relações públicas, bibliotecário e rancho folclórico.

Na listagem oficial da diretoria e conselheiros da Casa de Trás-os-Montes fornecida pela direção, havia relação nominal quanto ao cargo em exercício e a origem geográfica de nascimento do conselheiro ou diretor. A direção era composta por 42 cargos sendo 27 portugueses indicados por seu respectivo concelho¹¹ de origem nacional portuguesa e 15 brasileiros que não eram representados por origem estadual. Os conselheiros totalizam 100 membros sendo que 83 são portugueses identificados conforme origem do concelho e 17 brasileiros. Em relação aos suplentes de conselheiros, 8 são os portugueses identificados regionalmente, e 12 são brasileiros.

As informações anteriores nos chamam atenção quanto ao perfil e identificação regional e nacional daqueles que exercem o poder de decisório na casa regional. De maneira geral, a direção é formada na maioria por portugueses. Por sua vez, dos portugueses que compõem a direção, a maior parte são trasmontanos. Dos 27 portugueses que compõem cargos na direção, 21 são de origem trasmontana. Este domínio dos portugueses trasmontanos não é somente de ordem quantitativa, mas como também de ordem qualitativa. As esferas mais importantes de poder – a presidência e três vices-presidências – são ocupadas por portugueses trasmontanos. O mesmo ocorre com o presidente e os dois secretários do conselho deliberativo que também são portugueses trasmontanos. Na comissão fiscal, são efetivos três trasmontanos e dois suplentes. Na composição dos conselheiros, 82 são portugueses sendo 46 trasmontanos. Portanto, tanto o núcleo do poder quanto os

¹¹ A divisão político-administrativa de Portugal é caracterizada pelo território dividido em distritos que por sua vez são subdivididos em concelhos. A província de Trás-os-Montes e Alto Douro é formada pelos distritos de Bragança e Vila Real.

conselheiros são caracterizados pela gestão de portugueses que na maior parte, por sua vez, são de origem trasmontana.

Isso permite comprovar o caráter regionalista e nacionalista da associação, pois as decisões quanto à programação festiva ou social, a escolha de membros para exercícios de cargos ou representantes institucionais em eventos é indicada, no geral, pela força participativa dos portugueses que são maioria nas esferas de poder da casa regional. Essa maioria dos portugueses é composta principalmente por trasmontanos. Assim, a origem geográfica dos associados influi no posicionamento destes nos cargos – num primeiro patamar ser ou não brasileiro; num segundo patamar, se é português trasmontano ou não. Tanto na ocupação quantitativa como na qualitativa dos cargos, podemos observar que numa primeira análise, levando em conta a origem nacional, os portugueses aparecem melhor posicionados. Todavia, dentro da origem nacional portuguesa, os trasmontanos aparecem melhor posicionados até na hierarquia da Casa de Trás-os-Montes.

Em relação à participação dos brasileiros (luso-descendentes), estes estão presentes na direção, o que, a princípio, indica alterações quando ampliamos a escala temporal. Devemos destacar que até a década de 60, o estatuto da casa regional não permitia associados efetivos brasileiros. Os brasileiros (simpatizantes e freqüentadores da Casa de Trás-os-Montes) eram posicionados como “sócio-amigo” – titulação inferior cujo direito estatutário não era equivalente ao associado efetivo. Com a mudança do estatuto na segunda metade da década de 60, os brasileiros passaram a ser admitidos como associados. Entretanto, até década de 90, segundo informações da secretaria, a diretoria era exclusivamente ocupada por portugueses. Essa situação deixou de existir porque atualmente a diretoria é composta também por brasileiros. Esse fato indica um processo de participação crescente na direção da casa regional dos brasileiros. No entanto, os brasileiros, para serem possivelmente aceitos em cargos da direção, precisam evidenciar identificação com um perfil desejado: fidelidade às tradições da Casa de Trás-os-Montes. Desse modo, aqueles brasileiros que atingem o perfil desejado conquistam prestígio junto aos principais diretores e conselheiros participando dos rumos da casa regional. Segundo visão da diretoria e conselheiros portugueses, é dessa lógica pelo qual se garante a continuidade do perfil tradicional atual da instituição. Portanto, a escolha e a maior presença de brasileiros na direção não significam rompimento com as tradições ou enfraquecimento com as origens lusitanas, pois esses brasileiros ratificam identificação com as tradições lusitanas.

Podemos assim constatar que as transformações ocorridas nas últimas décadas tais como o fim da imigração portuguesa, o envelhecimento/falecimento dos associados portugueses e a maior participação dos brasileiros – sejam como associados ou em cargos da diretoria da Casa de Trás-os-Montes – não expressam, obrigatoriamente, inflexão no caráter cultural da casa regional ou, até mesmo, mudança de mentalidade no controle futuro dos rumos da casa regional. Isso porque as transformações em curso são respondidas de forma conservadora, no sentido da permanência de mentalidade coletiva orientada para a preservação de identidade de cunho “essencialista”. O “pensamento essencialista” exercido nas sucessivas diretorias orientou e orienta o perfil da casa regional a continuar e a respeitar as “origens”, isto é, a consagração das tradições trasmontanas e portuguesas (expressas pelo rancho folclórico, gastronomia e músicas) exaltadas nas representações realizadas nas festas. Por isso, a maior participação dos brasileiros não significa uma ameaça direta ao perfil da casa regional, pois ali estão aqueles associados e freqüentadores que se identificam com a cultura regionalista e nacional. Para participação em cargos da diretoria – órgão que realmente decide os rumos na casa regional – a escolha dos brasileiros é seletiva e exercida pelos portugueses que, conforme vimos anteriormente, controlam a direção e o conselho deliberativo. Na visão dos portugueses, maioria nas principais esferas de poder da casa regional, os brasileiros aptos são luso-descendentes cuja posição está plenamente de acordo com o atual perfil da

casa regional, uma instituição voltada para a manutenção das tradições trasmontanas e portuguesas. Brasileiros e/ou portugueses que têm outra visão ou projeto para a associação recreativa não se sentem à vontade para manifestar sua posição alternativa ou exercer, na prática, sua posição porque são relegados a segundo plano, não ocupam cargos importantes e nem mesmo são homenageados ou reconhecidos como importantes para a Casa. Decorre daí descontentamento que influi diretamente no próprio afastamento dos associados com idéias alternativas para a finalidade e programação da casa regional. Esse fato fica evidente quando observamos a programação dos eventos culturais da casa regional das quais as festas tradicionais se afirmam como a maior atração da Casa de Trás-os-Montes.

Capítulo VI

Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro: Programação e as Características Marcantes das Festas na Casa Regional.

6.1. A Programação das Festas.

A programação das festas na Casa de Trás-os-Montes assume especial interesse para o nosso estudo, pois por intermédio delas podemos analisar as representações (com base geográfica) produzidas e pelas quais são transmitidos os referenciais da casa regional como lugar de identificação regional trasmontana e nacional portuguesa para os associados e frequentadores. Assim concordamos com MÉO (2001, p.2) quando afirma que a “festa” possibilita detectar os signos espacializados pelos quais os grupos sociais se identificam em específicos contextos geográficos.

As festas realizadas na casa regional qualificam esse lugar como locus de produção de referências simbólicas que marcam a construção da identidade com forte referência espacial baseado na terra natal dos imigrantes portugueses. Essas referências simbólicas se apóiam no sentimento de saudade da pátria, da província, do distrito e do concelho de origem que atuam favoravelmente na elaboração da memória coletiva com base na lembrança da terra natal. A casa regional acaba por se especializar em local de eventos que atrai um público particular de forma frequente ou periódica que se interessa pelas atrações festivas identificadas como uma “casa portuguesa” – a música folclórica regional ou popular nacional portuguesa combinada ao desfrute de dançar no

salão, à culinária vinculada aos típicos pratos considerados portugueses e as músicas folclóricas e nacionais portuguesas.

Segundo FERREIRA (2003, p.9), uma festa pode ser compreendida como uma luta pelo poder definida mediante uma luta pela conceituação do espaço. No nosso estudo, compreendemos que a festa adquire dimensão de disputa pela apropriação do espaço simbólico do lugar (a casa regional), em que o controle da festa é produto de relações e visão de poder estabelecidos no interior da Casa de Trás-os-Montes, de acordo com as expectativas e interesses da direção, dos associados e dos freqüentadores da casa regional. A definição do tipo de festa e o público que se deseja atingir, conforme a respectiva atração cultural para ocasião, as datas a serem comemoradas e as homenagens estabelecidas para os associados ou para as pessoas julgadas como “ilustres” são maneiras pelas quais a direção da casa regional orienta a programação cultural festiva a ser executada. Esse poder da diretoria é legitimado pelo mandato, segundo eleições regulamentadas pelo estatuto e apoiada pelos associados mais influentes que ocupam cargos ou posições de destaque na casa regional. Por isso, as festas tradicionais, a maior das atrações recreativas da casa regional, acabam por evidenciar tipo de evento festivo dominante nas apresentações culturais da associação. Essas festas também demonstram valor estético padronizado sendo, portanto, o resultado da visão cultural dominante da diretoria, instância que controla os rumos da casa regional.

As festividades descritas e analisadas a seguir têm como base o ano corrente de 2005 conforme a divulgação oficial pela Casa de Trás-os-Montes e se encontra no anexo da presente dissertação. As observações de pesquisa são calcadas na apreciação do encarte “Vida Associativa”, caderno que compõe o jornal semanal “Portugal em Foco”, principal veículo de comunicação impresso divulgador da programação das casas regionais na cidade do Rio de Janeiro. Por esse encarte, são divulgadas semanalmente as festividades e cerimônias que ocorrem nas associações recreativas. A diretoria da Casa de Trás-os-Montes, a fim de atrair o público para suas festas, faz uso desse veículo de informação para comunicar sua programação prevista. Conforme a programação divulgada, observamos pessoalmente as festas ou coletamos relatos de informantes. Em seguida, analisamos os aspectos que particularizam a programação da casa regional.

Os eventos festivos programados são realizados no interior da própria sede, localizado no bairro da Tijuca, pois a casa regional não dispõe de sede campestre como algumas outras casas regionais¹². As festas constituem o principal evento da Casa de Trás-os-Montes confirmando seu perfil na atualidade: uma associação de caráter recreativo de identificação regionalista e nacional. As festas ocorrem majoritariamente nos fins de semana, isto é, nas sextas e sábados – à noite – e nos domingos – à tarde. Esses dias e horários justificam-se para facilitar a freqüência do público, pois não coincidem com o compromisso regular do trabalho nos dias da semana. Raramente, algum evento festivo foge do final de semana, devido à razão exposta anteriormente.

Dividimos as “festas tradicionais” em tipos qualificados, conforme o apelo principal em: “festas da terra natal”, “festas religiosas” e “festas nacionais”. As “festas tradicionais” correspondem ao padrão dominante sendo minoritária as demais festas que não têm motivação direta étnica portuguesa. Esclarecemos antes que o critério de divisão das “festas tradicionais” não deve ser encarado com absoluta rigidez ou pureza quanto ao caráter festivo. Isso porque em uma festa com referências à terra natal é bem possível **que** tenham manifestações de caráter religioso, social ou nacional em diferentes combinações e proporções. O mesmo pode-se citar em relação a uma “festa religiosa” em que referências regionais ou nacionais manifestam-se. No entanto, o anúncio principal da programação oficial permite observar qual a tendência predominante em relação à programação organizada pela direção da Casa de Trás-os-Montes durante o ano de 2005. A intenção básica da festa é evidenciada pelo

¹² Algumas casas regionais possuem unidade campestre como a Casa do Espinho, Casa de Viseu e os Camponeses de Portugal.

título anunciado para aquele fim de semana. Essa intenção revela a programação coerente com a visão da direção da casa regional e com aquilo que deve ser considerado “tradições trasmontanas e portuguesas”. A programação estipulada para a casa trasmontana acaba por evidenciar um padrão cultural hegemônico controlado pelo grupo de portugueses que estão na direção, isto é, no comando dos rumos da casa regional.

Portanto, em um primeiro momento, analisamos o perfil das festividades predominantes na casa regional. Classificaremos as festas em dois conjuntos: as “festas tradicionais” (subdivididas em festas da “terra natal”, “religiosas” e “nacionais”) e as “demais festas”. No segundo momento, avaliamos as características marcantes que estruturam a construção identitária das festas tradicionais portuguesas – o rancho folclórico, a gastronomia e as músicas típicas.

6.2. O Perfil das Festas na Casa de Trás-os-Montes.

6.2.1. As “festas tradicionais”.

As festas tradicionais são construções nas quais são celebradas a origem do imigrante lusitano por meio de (re)lembranças e/ou (re)invenções das tradições efetuadas pelas danças, músicas e gastronomia; enfim, aquilo que possa ser caracterizado como expressivo da cultura regional e nacional. A organização das festas atinge o propósito de demarcar os elementos relevantes na construção da identidade trasmontana e portuguesa no seio da grande cidade brasileira nos quais os imigrantes se fixaram. As “festas da terra natal” ativam o processo de visibilidade e identificação em que as representações de práticas culturais da terra camponesa de origem do imigrante ganham destaque no cenário da casa regional. Nas comemorações de datas importantes para os associados da casa regional como a celebração sagrada do Nascimento e Paixão de Jesus Cristo e a consagração de Nossa Senhora de Fátima; as “festas religiosas” estimulam o compromisso da fé católica, característica importante na construção da identidade portuguesa. Já as “festas nacionais” estão relacionadas à celebração que tem como base um determinado patrimônio cultural nacional. Nesse tipo de festa, a referência simbólica não se baliza na particularidade regional e sim como uma atração do país que reforça os laços com a nação de origem.

6.2.1.1. As festas da “terra natal”.

As festas da terra natal são aquelas que atraem maior número de frequentadores, pois procuram valorizar e (re)produzir situações culturais de referência à origem geográfica do imigrante. Especificamos aqui que essa dimensão geográfica não é dada exclusivamente por um único recorte. As festas da terra natal fazem frequentemente menções a recortes espaciais multiescalares sendo a aldeia¹³, o concelho, o distrito e a província e o próprio país as dimensões geográficas aludidas. Essas dimensões variam desde o local imediato da vivência passada do imigrante camponês na aldeia até a dimensão nacional, não vivida na realidade total no que tange a dimensão concreta do território português, mas reinventada e reconstruída no imaginário social da pátria Portugal. As referências à terra natal nas festas ocorrem de formas diversas. Homenagens à província ou ao concelho de origem, os anúncios de pratos típicos, a exaltação das músicas regionais e nacionais, a decoração da casa regional formam cenário festivo em que as tradições da terra natal representam o mote principal.

¹³ Aldeia: área rural no interior de um concelho

Um dos tipos marcantes de festas da terra natal é aquele em homenagem aos concelhos da província de Trás-os-Montes. De acordo com a festa, são anunciados um dois ou três concelhos a receberem tributo. Ocorrem aos domingos quando são oferecidos almoços com de churrasco self-service e guarnições variadas incluindo alguns pratos a moda portuguesa acompanhados de grupos musicais que executam músicas típicas portuguesas. O encerramento da festa é coroado pela apresentação do rancho folclórico da Casa de Trás-os-Montes ou do rancho de uma outra casa regional convidada. O objetivo da homenagem é atrair os portugueses trasmontanos, especialmente aquele oriundo do concelho homenageado na festividade. Os concelhos de Alfândega da Fé, Alijó, Boticas, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Chaves, Freixo de Espada a Cintra, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Moncorvo, Montalegre, Murça, Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vimioso e Vinhais foram os concelhos citados nas várias festas organizadas no ano de 2005.

De certa forma, o transcurso da festa citada acaba sendo o padrão predominante quanto à organização dos eventos festivos. Como exemplo, descreveremos a apresentação e a festa em homenagem aos naturais dos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Valpaços, no dia 04-07-2005 (domingo).

Antes da chegada propriamente no salão para assistir à festa, o freqüentador passa pelo interior da casa regional. A Casa, como lugar do evento, remete a símbolos que estão ligados a identificação cultural portuguesa. A arquitetura da casa regional e sua decoração constituem um micro-espço carregado de símbolos remetentes a província trasmontana e a pátria nacional. Ao avistarmos a sede, as palavras Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro anunciam, a partir da fachada, que o edifício possui funcionalidade específica. Ao entrarmos, logo no portão, uma parreira brota do solo urbano e se entrelaça pelas paredes e colunas e pelo arranjo que dá sustentação ao pé de uva. O uso deste “adorno rural” simboliza a produção e transformação vinícola, uma das atividades agrícolas de maior tradição em Portugal, especialmente no norte português, região onde se insere a província trasmontana. Em frente, encontra-se a secretaria cujas funcionárias de atendimento usam uniforme com blusa verde que sobressai distintivo da casa regional e saia de cor vermelha. A combinação das cores do uniforme remete à bandeira de Portugal e o distintivo, por sua vez, à origem regional. A secretaria da casa regional está voltada para o atendimento de associados e/ou freqüentadores sendo o elo de contato imediato do público e a instituição. Nela são agendadas as reservas dos freqüentadores para as festas ou cerimônias. Ainda nessa dependência, encontramos quadros e mapas sobre Portugal e Trás-os-Montes e Alto Douro. O outro cômodo anexo é a biblioteca, especializada em livros e revistas sobre Portugal e a província trasmontana no qual seu acervo numeroso indica a preocupação em oferecer aos associados bibliografia específica. À esquerda da entrada da casa regional avista-se o ginásio esportivo “Crisóstomo Cruz”. O corredor, à direita da entrada principal, dá acesso às dependências da casa regional; estão com as paredes ladrilhadas que expõe um quadro amplo das “Grandes Navegações Portuguesas” onde caravelas singram o mar revolto (conforme já descrevemos anteriormente). No final do corredor, temos a sala de troféus em que são expostas as várias taças, medalhas, e placas conquistadas em competições esportivas ou presenteadas por outras instituições em homenagens. Subindo a escadaria, o acesso a dois salões: um nobre e um outro mais usado. No salão mais usado, a parede é dividida em cinco partes pelas colunas, possuem ladrilhos onde estão os brasões dos concelhos da província trasmontana. Além dos brasões dos concelhos, mais dois brasões dos distritos de Bragança e Vila Real e ao centro um mapa maior da província de Trás-os-Montes. Eis o cenário do imóvel para a realização da festa.

A seqüência das festas da “terra natal” geralmente divide-se em três períodos. O primeiro quando os freqüentadores, ao som da tocata, se servem do “prato do dia”; o segundo, do leilão de produtos, em sua maior parte de origem portuguesa, e o terceiro, a apresentação do grupo folclórico “Guerra Junqueiro”.

No início da festa, o apresentador faz os agradecimentos iniciais ao presidente da casa regional e aos notáveis trasmontanos que estavam presentes no evento. O mesmo apresentador foi o organizador do leilão no qual foram ofertados e vendidos quatro bolos de pão-de-ló à portuguesa, dois vinhos portugueses, dois bolos do concelho de Valpaços, caixas de doces e cestas ornamentadas por associados que ajudam na organização das festividades.

Depois do leilão, novamente a tocata entrou em ação para os casais dançarem na pista que serve, ao mesmo tempo, para a preparação do momento mais aguardado: a apresentação do grupo folclórico “Guerra Junqueiro”.

O grupo folclórico é composto por oito casais cujos trajes fazem referência às vestimentas usuais camponesas de Trás-os-Montes. A marcha inicial é uma canção que faz alusão ao concelho homenageado na festa: Vila Pouca de Aguiar e Valpaços; durante a dança do grupo, uma senhora desfila pelo salão de festas com a bandeira do concelho. A terceira e a quinta músicas foram os momentos mais aplaudidos devido às coreografias executadas “o jogo dos paus” – entrelace dos membros masculinos em que um quando se encontra com o outro cruzam os bastões de pau produzindo barulhos sincronizados – e o “barquinho” – a coreografia age conforme a letra da música reproduzindo o balanço do barco na água.

Após a quinta música, o apresentador convidou a portuguesa Benvinda Maria, que há vinte e quatro anos organiza excursão para Portugal do grupo folclorista do Rio de Janeiro. O grupo reúne anualmente diversos membros de casa regionais que, no mês de setembro, partem para “terrinha”. Benvinda com o microfone em punho, argumentou motivo familiar (marido adoecido) pelas dificuldades em continuar a organizar a excursão. Lamentou a falta de apoio incisivo do governo português e reconheceu a “bravura e garra” dos membros brasileiros folcloristas pelo fato de darem continuidade a “missão” de representar as tradições das províncias e de Portugal mesmo diante dos obstáculos. Chama-nos atenção a presença do discurso “essencialista” no qual se evoca as “tradições” portuguesas e transmissão das mesmas para os brasileiros. As celebrações das tradições provincianas e portuguesas nas casas regionais demonstram fidelidade dos imigrantes no Brasil que, apesar de terem deixado para trás sua terra de origem, não a esquecem e, mais do que isso, exalta-a mesmo apesar da distância física. A fidelidade assim é demonstrada pela manutenção dessas associações e celebração da cultura regional e nacional, enaltecida por portugueses e pelos seus descendentes, “herdeiros” das tradições.

Após a execução da sexta música, nova pausa em que o apresentador convoca o presidente da casa regional, e este homenageia os oriundos de Vila Pouca de Aguiar e Valpaços com buquês e placas aos casais e representantes do concelho. A sétima música mesclou os familiares aos membros do grupo folclórico em dança livre com música portuguesa e precedeu a marcha de despedida: “Eu hei de ir a Trás-os-Montes”.

Outra festa da “terra natal” é o chamado “Arraial Trasmontano” que acontece às noites de sábado. O “Arraial Trasmontano” caracteriza-se pelo oferecimento de cardápio típico português: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galetos, tripas à moda, pão e vinho. A refeição ofertada no dia é acompanhada de grupo musical que executa músicas portuguesas e em seguida pela apresentação do rancho folclórico.

No “Arraial Trasmontano”, o momento mais aguardado é quando ocorre a encenação de atividade de trabalho camponês. A festa das Vindimas é um exemplo notório. O anúncio do evento pelo jornal “Portugal em Foco” trouxe os seguintes dizeres para o dia 26 de fevereiro de 2005:

“Arraial trasmontano com Vindima Trasmontana. Distribuição de uvas em todas as mesas. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galetto, pão e vinho. Atração: conjunto os Típicos da Beira e o grupo Guerra Junqueiro”.

As “Vindimas” tem como apresentação principal a encenação do trabalho manual exercidos no campo da colheita da uva. A atividade vinícola é um cultivo tradicional no norte de Portugal exercido pelos camponeses em suas terras. O trabalho é dividido em etapas: a colheita dos cachos de uvas nas parreiras, o recolhimento em cestos, o esmagamento em tanques e o armazenamento em tonéis e barris.



FIGURA 7

FIGURA 8

A celebração das Vindimas(2005). As Vindimas consiste na simulação das etapas produtivas do vinho, fonte de renda importante para a província trasmontana. É uma das atrações festivas mais apreciadas no calendário cultural organizado pela Casa de Trás-os-Montes. (FIG. 7 e 8).

A festa das Vindimas procura simular exatamente com era feita a colheita, de forma tradicional, da uva e os festejos em função da atividade. Vejamos como também transcorre esta festa: antes o palco é previamente preparado para a festa colocando-se ao teto “parreiras” (feitas de forma artesanal) com cachos de uvas. No início e o meio do evento festivo, repete-se a trajetória de atrações como nas outras festas. Inicialmente, é servido o almoço, enquanto ao fundo toca-se música portuguesa conforme o grupo musical do dia. Segue-se com leilão em que produtos portugueses são vendidos aos frequentadores da casa regional. Posteriormente, mais música com casais motivados a dançar. No final da festa, ocorre o momento mais aguardado: a simulação da colheita da uva e a apresentação do rancho folclórico. As músicas e danças do rancho folclórico fazem parte do cenário no qual está sendo simulada a atividade agrícola. A aldeia trasmontana deixada para trás, de raízes camponesas, é relembrada nesta festa típica. As experiências vividas do passado rural que o imigrante deixou para trás, são reavivadas em plena cidade do Rio de Janeiro, na casa regional, evidenciando seu papel de lugar de memória e identidade.

6.2.1.2. As festas “religiosas” e de comunhão familiar.

Outra dimensão festiva praticada na casa regional de Trás-os-Montes e Alto Douro são os eventos religiosos e familiares. Esses são marcos para devoção e agradecimentos, conforme datas especiais e caracterizam-se pela realização de missas e ou procissões seguidas de festa. Essas atividades com fundamento religioso demonstram valores que são reconhecidos como traços que permeiam a construção da identidade portuguesa: a religiosidade católica e a família.

São três as festas religiosas de maior tradição: a Festa dos Reis, a Páscoa e o Natal. A “Festa dos Reis”, celebrada no início de janeiro, tem como traço o oferecimento de cardápio a chamada “Sopa dos Reis” junto ao bacalhau. A apresentação musical também esteve presente com cantigas de reis e tocadores de acordeão. A Páscoa, no final de março, foi festejada com missa no salão nobre e com o ritual do “Beija Cruz”. Tal evento foi acompanhado de cardápio específico: cabrito, coelho, carne assada com respectivas comidas típicas, saladas diversas, pão-de-ló, foliar e amêndoas portuguesas. As atrações musicais também estiveram presentes com o conjunto “Os Navegantes” e o grupo da Associação Desportiva Cultural Recreativa da Serra do Leiranco Sapiões. Já o Natal teve como cardápio: bacalhau à trasmontana e comidas típicas natalinas aliada a atração musical.

Entretanto, em outras festas, observam-se também cerimônias religiosas. Os respectivos aniversários do grupo folclórico mirim Lima Abreu e Guerra Junqueiro, celebrados em junho e julho, foram precedidos no mesmo dia da festa de missa em Ação de Graças. O mesmo aconteceu no octogésimo segundo aniversário da Casa de Trás-os-Montes em que entre as cerimônias solenes, no final de julho, houve celebração também de missa. No mês de setembro, num domingo, ocorreu almoço beneficente da igreja São José do Padre Lúcio com a apresentação do conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

A realização de duas missas em louvor a Nossa Senhora de Fátima que transcorreram nos meses de maio e outubro, antecedendo a festa, demonstram traço de devoção religiosa marcante entre os portugueses. Uma missa, em maio, foi seguida de festa em homenagem ao “Dia das Mães”. Já a missa de outubro, coincidente com aniversário do grupo folclórico Guerra Junqueiro, foi precedida de procissão pelas imediações urbanas da casa regional na qual andor com imagem de Nossa Senhora de Fátima percorreu a ruas próximas.

Nossa Senhora de Fátima, padroeira de Portugal, é extremamente devotada pelos portugueses. Seu santuário em Fátima é um dos locais sagrados mais visitados do Mundo. A devoção à Fátima não é apenas um fenômeno religioso, mas também turístico nacional, pois a peregrinação ao santuário de Fátima simultaneamente consagra a fé católica na Virgem Maria e traz dividendos para o país por meio de excursões estimuladas devido ao apelo religioso.

Podemos destacar como exemplo de cerimônia religiosa a missa realizada no dia 16-10-2005, às 11 horas, em louvor a Nossa Senhora de Fátima, ocorrida no interior da casa regional em comemoração ao quadragésimo quarto aniversário do grupo folclórico Guerra Junqueiro. A seguir, às 12 horas, outro momento importante: a realização da procissão pelas ruas imediatas do bairro da Tijuca até chegar e retornar ao Largo da Segunda-Feira. O largo e as ruas estão próximas à localização da casa regional na Avenida Melo Matos na própria Tijuca. O andor de Nossa Senhora de Fátima, carregado pelo departamento feminino da casa regional, fez o circuito urbano descrito e não se alongou, pois, no início da tarde, realizou-se o almoço festivo com churrasco em homenagem ao concelho de Vila Pouca de Aguiar localizado no distrito de Vila Real, no oeste da província de Trás-os-Montes. Como praxe da diretoria, repetiu-se a homenagem aos naturais do concelho da província trasmontana homenageada quando foi chamado um representante do concelho para receber uma placa como tributo ao associado. Também receberam títulos da casa regional, aqueles componentes do grupo folclórico Guerra Junqueiro com mais de cinco anos como membro. No final da festa, após a exibição da dança típica do

grupo folclórico, os componentes reuniram-se em torno do bolo comemorativo onde foi entoado o clássico “Parabéns a Você”.

Por sua vez, realização das festas em homenagem ao “Dia das Mães” e ao “Dia dos Pais” está associada a um perfil que valoriza a família, instituição apreciada de forma especial pelos associados e frequentadores da casa regional. São comemorações calcadas na celebração dos associados que se encontram na situação de pai, mãe ou criança, os que compõem a família. No dia da festa, são escolhidos, entre os associados, os membros que irão representar a homenagem coletiva, segundo a data em questão. No “Dia dos Pais”, por exemplo, ocorreram homenagens ao pai mais idoso e ao mais jovem. Esses foram presenteados com placas comemorativas pela casa regional os escolhidos.

6.2.1.3. As festas “nacionais”.

As festas nacionais são aquelas em que uma atração nacional de origem portuguesa constitui a comemoração principal – desde que não seja especificamente de origem regional. São festas consagradas a um determinado “patrimônio cultural” reconhecidamente com identificação portuguesa. Podem ser as festas de fado que apresentam cantores portugueses vindos “além-mar”, festivais de vinho e queijos ou ainda as festas em homenagem ao famoso clube português; o Benfica.

No ano de 2005, foram duas festas cuja programação da casa regional destacou como atração principal cantores vindos de Portugal. A primeira ocorrida em março sob o título “Noite de Fados” cujas atrações principais foram a cantora trasmontana Andréa Rios e a fadista Maria Alcina acompanhada do guitarrista Vitor Lopes e da viola de Hilário. A segunda festa aconteceu em novembro com a apresentação do cantor Clemente, vindo diretamente de Portugal com a participação da banda Arouca. Nos dois espetáculos, foram tocados principalmente músicas de origem portuguesa, notadamente, o fado, gênero musical reconhecido como “patrimônio cultural” português. Acrescentamos, todavia, que o elemento regional apareceu em um desses eventos no qual houve citação da cantora trasmontana Andréa Rios evidenciando intenção da diretoria da Casa de Trás-os-Montes procurar sempre destacar a motivação regional. Nesse sentido, as atrações de origem nacional sempre são bem-vindas. Entretanto, se combinadas à motivação regional, atendem melhor ainda ao objetivo da programação festiva da casa regional, como, por exemplo, apresentar eventos que destacam a tradição cultural trasmontana.

A “Festa dos Queijos e Vinhos Portugueses” é outra que tem frequência anual realizando-se no mês de setembro. Nela, o público tem direito ao livre consumo de queijos acompanhados de vinho e cerveja. Os queijos e vinhos são apresentados como portugueses. A origem nacional desses produtos é a motivação central para o comparecimento à festa que ainda apresenta a atração musical e banda que tocam também músicas portuguesas.

As festas em homenagem ao Benfica aconteceram duas vezes na Casa de Trás-os-Montes. O famoso clube português de futebol patrocina eventos que divulgam a marca Benfica seja em Portugal ou onde esteja a diáspora portuguesa através de várias filiais recreativas (clubes locais fundados ou apoiados pelo Benfica). No Rio de Janeiro, a presença numerosa de portugueses motivou a fundação de uma filial benfiquista situada Rua dos Inválidos, n: 37-sala 201e 202 no Centro da cidade. Todavia, seu espaço físico é limitado. Diante desta dificuldade, os representantes do Benfica aplicam estratégia de patrocinar festas nas várias casas regionais no Rio de Janeiro. Entre as escolhidas, temos a própria casa trasmontana.

6.2.2. As “demais festas”.

São consideradas como “demais festas”, aquelas que não são definidas ou que não possuem como atração básica as características marcantes (rancho folclórico, gastronomia, grupos musicais ou cantores portugueses) que fazem parte dos tradicionais festejos com apelo a identificação das tradições trasmontanas e portuguesas.

As festas que ocorrem em todas as primeiras sextas-feiras do mês, à noite, conhecida como “bar da sexta-feira com o melhor da MPB” (Música Popular Brasileira) é o principal exemplo. É uma espécie de acústico promovido por Mário André, cantor e violonista que num clima intimista executa músicas brasileiras.

A realização de dois bingos, um no primeiro semestre e o outro no segundo, e a organização de “festa julina¹⁴” foram outros tipos de eventos que marcaram a programação divulgada da casa regional constituindo-se em formas de diversificação da programação, de modo que evitem a saturação de festividades com caracterização étnica.

Outras festas que ocorreram na Casa de Trás-os-Montes estão relacionadas ao aluguel dos salões para festas de aniversários, casamentos, bailes de debutantes, como também, realização de bingos. O aluguel do salão para festas pode tanto ser para associados como para outras pessoas interessadas não relacionadas necessariamente a casa regional. É uma fonte de receita que ajuda na manutenção das despesas da Casa.

Assim, a realização dos eventos festivos retratados anteriormente atende a quatro pragmáticos propósitos: são fontes de receita para a manutenção da casa regional, permitem agregar maior visibilidade à associação, atraem potenciais frequentadores da casa regional e diversificam os eventos festivos, evitando, por conseguinte, a saturação das festividades de representação das tradições trasmontanas e portuguesas. A princípio, esses eventos festivos não-tradicionais suscitam questionamentos por associados mais conservadores que pregam como papel fundamental da casa regional, primordialmente, promover festas que celebram a identificação regional e nacional. No entanto, quando vistos pelos quatro propósitos expostos anteriormente acabam por ser parcialmente aceitas, pois contribuem para a sobrevivência financeira e visibilidade social da própria casa regional.

6.3. Características Marcantes das Festas Tradicionais.

6.3.1. Rancho Folclórico.

O rancho folclórico tem importância central na celebração das festividades. Um dos aspectos que confirmam a relevância de suas apresentações é o fato de que eles estão presentes em quase todas as ocasiões festivas da Casa de Trás-os-Montes. O rancho folclórico exprime a tradição folclórica da casa regional, elemento cultural importante na da construção identitária trasmontana e portuguesa. HOBBSAWN (1997, p.9) define a “tradição” adjetivando-a como “inventada”. Por “tradição inventada”, o autor define como:

“conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores ou normas

¹⁴ A organização da festa julina, apesar de sua origem portuguesa, não contou com a caracterização típica do rancho folclórico e das músicas portuguesas trasmontanas.

de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”

A presença do rancho folclórico é uma marca simbólica de representações baseadas na caracterização de trajes, danças e músicas que buscam simular gêneros de vida pretéritos da província de Trás-os-Montes, remetendo a um Portugal camponês típico deixado para trás com a emigração. O rancho folclórico apresenta-se como um claro pilar das tradições trasmontanas e portuguesas no qual se procura exprimir o folclore camponês. Esse folclore, fortemente institucionalizado estabelece o contato com o passado, a ser relembrado, revivido e saudado pelos portugueses que, antes de emigrarem para o Brasil, viviam principalmente de atividades agrícolas.

A exposição do rancho folclórico é a exaltação de um símbolo que compõe dois traços de identidade. O primeiro traço é a identidade regional em que o grupo folclórico procura representar as tradições da região trasmontana, buscando se diferenciar em relação aos demais grupos folclóricos de outras casas regionais. Essa diferenciação ocorre no interior dos grupos portugueses cuja alteridade é estabelecida pela região representada. O segundo traço identitário é a alteridade que estabelece a tradição folclórica portuguesa frente à cultura brasileira e aos brasileiros. É nessa distinção cultural oriunda dos imigrantes portugueses, grupo minoritário em relação à sociedade majoritária brasileira, que o rancho folclórico assume os dois traços de identidade simultâneos estabelecendo alteridade dupla.

O rancho folclórico da Casa de Trás-os-Montes é composto pela tocata, solistas, coro e dois grupos folclóricos. A tocata corresponde aos membros responsáveis pela produção sonora através dos seus instrumentos como o acordeão, o bumbo, guitarra, violão, clarinete, reco-reco, bandolim, castanholas e ferrinho. Os solistas são os vocalistas da tocata formados por um par, isto é, um cantor e outra cantora. O coro complementa o grupo musical. Os dois grupos folclóricos correspondem ao grupo adulto “Guerra Junqueiro” e ao grupo mirim “Lima Abreu”. Esses grupos folclóricos organizam-se em componentes que, divididos em casais, efetuam as danças e as coreografias, segundo a execução das músicas.

O grupo folclórico Guerra Junqueiro é composto por adultos e recebeu este nome de batismo em homenagem ao famoso escritor português trasmontano Guerra Junqueiro. Foi criado em outubro de 1961 e é o elemento de maior representação cultural da casa regional, pois é apreciado como a maior atração dentro das festas. O grupo folclórico Guerra Junqueiro apresenta-se principalmente na própria casa regional representando as tradições da província de Trás-os-Montes. Contudo, sua presença não se restringe a apresentação no interior da sua Casa. Em outras situações, o grupo folclórico é convidado para se apresentar em casas regionais co-irmãs assim como eventos festivos organizados por instituições na cidade carioca ou, até mesmo, em outras cidades.

Já o grupo folclórico Lima Abreu é composto por membros mirins e seu nome é uma homenagem ao jornalista português Lima Abreu. Fundado em junho de 1976, o grupo folclórico mirim apresenta-se com frequência menor que o grupo adulto Guerra Junqueiro. Na atualidade, ele passa por problemas de recomposição dos seus membros, pois o número de infantes que aderem aos ensaios que ocorrem as quartas-feiras e apresentações no final de semana é reduzido. Esses infantes são formados, geralmente, por netos e até bisnetos de portugueses correspondendo a segunda e terceira gerações de descendentes dos imigrantes portugueses.

Os trajes dos grupos Guerra Junqueiro e Lima Abreu são diferenciados. O traje correspondente ao grupo adulto – Guerra Junqueiro – é homogêneo conforme o gênero sexual. Os homens vestem-se de calças pretas, camisas cumpridas brancas portando o distintivo da casa regional e, acompanhado ao figurino, o chapéu preto. Já as mulheres apresentam-se vestidas com traje portando adereços a uvas cujo cultivo é uma das atividades mais

importante da província trasmontana. Por sua vez, o traje do grupo mirim Lima Abreu procura fazer alusão às classes sociais camponesas, conforme o contexto da vida rural de época. As “domingueiras” eram os trajes usados pelas lavradeiras em dias de festa. Em famílias mais abastadas, era comum muitas esposas capricharem nas roupas, acompanhadas de jóias no pescoço procurando simbolizar mais status. Os trajes masculinos variavam também conforme a classe social. Proprietários de terras evidenciavam ternos ou roupas finas sob encomenda. Lavradores usavam trajes mais simples que se confundiam com os mesmos usados no próprio trabalho.

6.3.2. *A Gastronomia.*

A comida e bebida podem evidenciar muito a cultura de um povo ou grupo social. A escolha do alimento, o uso de temperos, a maneira de aprontar e degustar a refeição, a preferência ou negação, conforme as circunstâncias, por determinadas bebidas e sobremesas e, enfim, a ocasião e o lugar apropriado para comer este ou aquele prato estão contingenciados à cultura da sociedade ou grupo social em um determinado espaço e tempo. A oferta dos pratos típicos na Casa de Trás-os-Montes está alinhada à caracterização identitária cultural que distingue a casa regional em foco como lugar propício para degustar um determinado prato típico da culinária tradicional lusa e/ou trasmontana. A oferta de pratos típicos se caracteriza como mais uma prática social que personaliza, de forma étnica, o lugar.

Os pratos típicos oferecidos nas festas da casa regional servem para relembrar aos imigrantes o hábito culinário da província de origem. CLAVAL (1997, p.100) cita que os sabores e odores dos alimentos consumidos na infância estão associados à imagem de um país natal, da família e das tradições que representa. Portanto, a infância ou a juventude do imigrante português é lembrada com outros conterrâneos nas festas. No ambiente social das festas da casa regional, os portugueses manifestam saudade das vivências de sua aldeia de origem. Outro aspecto é que a culinária exercida nas festas da Casa de Trás-os-Montes procura atender o propósito de caracterizar as tradições gastronômicas do país e da região natal. CLAVAL (2001, p. 284) afirma ainda que, os “hábitos alimentares e as maneiras à mesa serviram para moldar os estereótipos nacionais”. Assim, pratos como bacalhau, caldo verde, sardinha, queijos e vinhos são revividos como testemunhos da cultura portuguesa. Mesmo que a utilização pioneira como alimento não corresponda exatamente à origem portuguesa, determinados hábitos culinários introduzidos no Brasil foram trazidos inicialmente pelos portugueses, o que acaba pela fama de um determinado produto ou alimento, conferir aos portugueses nessas ocasiões a legitimidade da inovação culinária¹⁵.

Vejamos os exemplos a seguir. Na festa natalina de dezembro, o bacalhau à trasmontana dá o toque nacional e regional na forma de preparo a este produto alimentar identificado, no Brasil, aos portugueses. Na “Festa dos Reis”, no início de janeiro, foi servida como prato do dia sopa acompanhada de bacalhau. Essas duas comidas estão associadas à culinária portuguesa. Começamos pelo bacalhau que se tornou um prato popular em Portugal a partir principalmente do século XVII, quando entrepostos comerciais (como a pioneira cidade de Porto) favoreciam os transportes permitindo chegar até ao interior português. A popularidade do bacalhau refletiu-se também nas variadas formas de receitas desenvolvidas como bacalhau à provençal, assado na brasa, frito, cozido, passado na farinha, mexido com ovos e corado conforme assinala MENESES (2002, p.569). O mesmo caso

¹⁵ O caso mais notório é o bacalhau, que foi difundido como alimento originário dos portugueses, constituindo-se, até mesmo, como um símbolo de Portugal no Brasil – apesar de sua exploração inicial e comercialização mundial exercidas pelos noruegueses.

ocorre com as sopas nos quais os portugueses desenvolveram pratos como a canja, caldo verde, pirão, sopa de peixe. A diversidade em preparar sopas evidencia esta forte tradição culinária portuguesa. Algumas delas como a sopa de canja e de peixe, introduzidas pelos portugueses no período colonial, caíram tanto no gosto popular brasileiro que já não são mais identificadas como pratos genuinamente portugueses.

Os pratos típicos são componentes gastronômicos na caracterização das festas portuguesas e trasmontanas na Casa de Trás-os-Montes. A festa conhecida como “Arraial Trasmontano” repetiu-se em oito edições em 2005 na Casa em que uma das atrações foi, sem dúvida, o cardápio oferecido. O caldo verde, a sardinha portuguesa, a batata, o pimentão, o galeto, as tripas à moda, o pão e vinho foram e são pratos que estiveram presentes na festa e que estão inseridos no contexto de caracterização da festa por serem de culinária considerada e trasmontana portuguesa. Vamos à análise de cada um dos alimentos. O caldo verde permanece como uma sopa identificada fortemente aos portugueses e é preparada com batata diluída, couve e outros aperitivos devidamente acompanhados e degustados com azeite e pão. A sardinha destacada nos anúncios da festa como importada de Portugal representa um outro hábito alimentar típico dos portugueses. A batata, alimento muito consumido na Europa desde século XVI, foi difundido pelos espanhóis para o “Velho Mundo” depois da conquista do Império Inca na América do Sul. Apesar de origem andina, foi adotada na culinária portuguesa com importante alimento na composição de vários pratos. Esse tubérculo está geralmente presente nas mesas à portuguesa ou como acompanhamento de outros pratos ou, até mesmo, sendo ingrediente indispensável como no caso do caldo verde e outros comidas. O pimentão há muito tempo é usado pelos portugueses como forma de tempero. O contemporâneo galeto substitui o tradicional frango criado solto nas roças portuguesas dos camponeses. A “tripas a moda” é a forma de preparo de miúdos de carne bovina ou suína. Em relação à bebida, o vinho também é representativo da tradição portuguesa – a colheita das uvas e a produção vinícola são típicas atividades exercidas no norte português (maior área que abrange a província de Trás-os-Montes) – espaço regional de origem da maior parte dos imigrantes portugueses para o Brasil – e constitui um dos principais produtos exportados por Portugal dos quais alguns possuem fama internacional como é o caso do vinho do Porto. Assim, no Brasil, a origem de alguns alimentos e suas maneiras de preparo estão relacionadas à culinária portuguesa, pois foram, pelos portugueses, trazidas.

As comidas portuguesas além de servirem, é claro, fisiologicamente para satisfazer a fome, também possuem conotação religiosa. Hábitos alimentares conjugados a manifestações católicas compõem traços da cultura lusa. A Páscoa, festa comemorada anualmente entre os cristãos na qual se celebra a ressurreição de Jesus Cristo, orienta para a atitude de jejum alimentar com repúdio a carne vermelha na sexta-feira santa, representando, assim, reflexão espiritual diante da Paixão de Jesus Cristo. No Natal do Brasil, é um costume as famílias se reunirem para se alimentar nas ceias dos dias 24 e 25 de dezembro quando são postos à mesa pratos com bacalhau, com as tradicionais rabanadas, peru e frutas como castanhas, avelãs, uva-passa, amêndoas. Esse hábito culinário natalino, introduzido pelos portugueses, ainda se encontra fortemente impregnado não somente na comunidade portuguesa, mas como também entre as famílias brasileiras. O pão e o vinho, por sua vez, além de alimentos extremamente apreciados pelos portugueses, possuem também conotação religiosa católica pelo fato de eles serem associados à última ceia de Jesus.

6.3.3. As Músicas Executadas.

As músicas entoadas nas festas tradicionais realizadas na Casa de Trás-os-Montes estão inseridas no processo de construção identitária efetivado pela direção, associados e freqüentadores portugueses da casa regional. Nas festas, a tocata do rancho folclórico executa as canções folclóricas ou fados populares que constituem gêneros musicais marcadamente de origem portuguesa. KONG (1995, p.10), ressalta a utilidade e a importância da análise da música quando exploram os significados simbólicos de gênero musical que acopla, ao mesmo tempo, ligações inextricáveis entre a cultura, ao tempo e o lugar. Por sua vez, FELDMAN-BIANCO (1992, p.46) assinala que “os imigrantes são conhecidos por suas elaborações de imagens da terra natal sentimentalizadas em canções, poesias e narrativas”. Dessa forma, ao analisarmos especificamente a música folclórica, pretendemos evidenciar seu caráter cultural que reforça o sentimento de pertencimento e auxilia na construção identitária dos portugueses no Rio de Janeiro. As músicas cantadas na apresentação do rancho expressam referências espaciais particulares que dão uma singularidade geográfica retratando a região e o povo de origem trasmontana cujo conceito de “gênero de vida” de Vidal de LA BLACHE (1948, p.115-116) no qual “determinado grupo organiza um meio para seu uso” adquire pertinência. As músicas folclóricas, combinadas aos trajés e danças bailadas dão forma ao rancho na festa retratando os hábitos culturais exercidos no passado. O trabalho agrícola familiar, as festas camponesas e as romarias acabam por ser relembradas evidenciando a “memória coletiva” e simulando um espaço social pretérito no presente. Por conseguinte, as representações que o rancho folclórico promove dão sentido de continuidade entre o passado e o presente para o imigrante presente na casa regional.

Podemos, então, observar que muitos dos hábitos e vivências relembradas no rancho folclórico da Casa de Trás-os-Montes expressam um “gênero de vida” regional – o gênero “trasmontano”. O cultivo tradicional das uvas e das azeitonas são exemplos apropriados. A atuação do clima mediterrâneo em Portugal favorece o cultivo de parreiras e oliveiras, pois são práticas agrícolas adequadas a este tipo climático. As particularidades de temperatura e de precipitação, conforme os períodos do ano, são aproveitados por formas tradicionais de cultivo, poda, colheita resultando em safras fartas e de alta qualidade. As técnicas fabricação do vinho e do azeite constituem conjunto de invenções que transmitidos de geração em geração expressam o suposto segredo da qualidade do vinho do norte português. Destacamos, a seguir, a letra da música executada pelo rancho folclórico na qual a ritualização da produção tradicional do vinho é retratada com base nos fazeres tradicionais dos camponeses em tempos pretéritos.

Vindimas

Oh! Vindima, Oh! Vindima
 O teu encanto é só um
 O bombo que tudo anima
 Pum, pum, pum, catrapum, pum, pum (bis)

Ainda agora que cheguei
 Estou mesmo a chegar
 Quero dar as boas noites
 Para começar a cantar.

Coro

**Oh! e Oh! ai , olé-ri-lo-le
 Oh! ai meu bem (bis)-**

Vamos as uvas pisar
 Perna abaixo, perna arriba
 O feitor já foi buscar (bis)
 Aguardente pra barriga.

(Coro)

Tudo bebe minha gente
 Pra as uvas melhor pisar
 Esta pinga de aguardente
 Faz toda malta cantar

(Coro)

Nesta nossa região
 O vinho nos dá prazer
 É dele que vem o pão
 Pão bendito pra comer

(Coro)

E assim a terminar
 A roga toda se anima
 De forma para dançar (bis)
 Do toque da concertina

A letra da música anterior permite-nos observar que a organização do trabalho camponês é coletivo e cooperativo. O trabalho familiar, assim como a ajuda de famílias vizinhas em determinadas atividades que demandam maior quantidade de mão-de-obra, era corriqueiro nos campos do norte de Portugal. Além disso, a música exalta o estado de espírito coletivo e a animação dos camponeses ao exercer as vindimas onde “o vinho nos dá prazer” e “faz toda malta cantar”. Aspectos de tradição vinícola que dão ao vinho da região características especiais quanto à produção e qualidade, garantindo, desse modo, fonte de renda por sua comercialização e sustento familiar justificado pela expressão “é dele que vem o pão bendito pra comer”.

Em outra música - “O Rio Douro” - aspectos físicos da região são “sacralizados” como é caso do Rio Douro e A Serra do Marão.

O Rio Douro

(Coro)

Oh! Rio Douro
Ai que tu ficas mesmo à mão (bis)
Carregando o barco à vela
Com o vinho da região

Senhor da Serra
 Eu quero casar não tenho marido
 Ouve esta prece
 E atende já ao meu pedido

(Coro)

Senhor da Serra
Lá do alto do Marão
Protege esta terra
Dai-lhe paz, amor e pão

(Coro)

Senhor da Serra
Caminhando vou procurar (bis)
Tua capela
Que é pro céu ficar a espreitar

(Coro)

Senhor da Serra
Já atendeste ao meu pedido (bis)
Na tua capela
Vou casar , tenho marido

O rio Douro, com 850 km de extensão, nasce em território espanhol, na Serra de Urbião, atravessa o norte português e desemboca no oceano Atlântico sob a forma de foz, onde se desenvolveu a cidade do Porto. O rio Douro, juntamente com seus afluentes, constituem a bacia hidrográfica fundamental para as atividades produtivas do norte português. No coro da música “carregando o barco à vela com o vinho da região”, é exaltado o transporte do vinho da província trasmontana até a cidade do Porto realçando dessa maneira a importância do rio para a província de Trás-os-Montes.

Por sua vez, a Serra do Marão é uma formação geomorfológica que chega a atingir altitude de 1.443 metros (sexta maior elevação na parte continental de Portugal) onde as atividades vinícolas são muito praticadas em suas encostas. Seu posicionamento latitudinal, no norte português, combinado a altitudes mais elevadas é responsável pela ocorrência de neve no inverno, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro. A presença desta serra, assim como outras no nordeste de Portugal, destoa do restante do país onde temos a atuação predominante do típico clima mediterrâneo com verões secos e invernos chuvosos. Esta serra, na passagem da música, apresenta-se sacralizada como “morada divina” e é evocada no atendimento de “matrimônio” e “garantia” de boas condições de sustento e trabalho. Já as geadas e as trovejadas são fenômenos climáticos que atuam na região.

Já, a música abaixo “Eu hei de ir a Trás-os-Montes” evoca o sentimento de saudade como podemos ler a seguir:

Eu hei de ir a Trás-os-Montes

Eu hei de ir a trás-os-Montes
Pela serra do Marão
Beber água lá nas fontes
Deixar lá meu coração

E eu vejo montanhas
Onde as águias fazem ninhos
As saudades são tamanhas
Das aves deste cantinho

Lembro das noites de agosto
Lá vão todos de mãos dadas
Vamos lá cantar em agosto
Lá vão todos de mãos dadas
Vamos lá cantar com gosto
Nesta alegre desfolhada

E no tempo das vindimas
De mão ao Sol se pôr
Todos são primos e primas
Dando beijos com amor

Vou te deixar com saudades
Não te posso esquecer não
Vou embora para a cidade
Mas vais no meu coração .

O sentimento de saudade da terra é retratado na descrição dos aspectos físicos da província de Trás-os-Montes com o beber da água da fonte, a serra do Marão, além das aves simbolizando a fauna da região. O sentimento de saudade não é somente expresso pelos acidentes naturais. As atividades agrícolas como a “desfolhada” e as “vindimas” praticadas dentro de trabalho coletivo cuja cooperação é um traço marcante combinado com as oportunidades românticas de namoro e casamento, permanecem na memória do imigrante. Imigrante que anuncia a sua saga contraditória; a de deixar a terra, a aldeia ao ir “embora para a cidade” com saudades que “vais” no coração. Para milhares de imigrantes portugueses o “ir embora para a cidade” foi um afastamento longínquo, pois muitos atravessaram o Atlântico para cidade do Rio de Janeiro que foi, por muito tempo, a segunda maior cidade em quantidade de portugueses perdendo apenas para a capital Lisboa.

Portanto, as músicas típicas entoadas na apresentação do rancho folclórico cumprem seu papel na composição de cenário saudosista territorial. Músicas que têm suas origens nos cantos emitidos pelos outrora camponeses portugueses durante as atividades agrícolas que exerciam em suas terras de origem e são, novamente, cantaroladas em terras estrangeiras, terras brasileiras – não na área rural, todavia em uma grande cidade cosmopolita como é o Rio de Janeiro. São músicas que permitem lembrar, aos imigrantes portugueses, um Portugal camponês distante no tempo e no espaço real, que se torna tão próximo quando recordado na casa regional.

Considerações Finais.

O estudo da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro possibilitou confirmar seu papel como lugar associativo em que as identificações construídas de forma atrelada “às origens” regional e nacional estiveram e estão presentes entre os associados da agremiação. Destacamos que os variados aspectos analisados em relação à casa regional em foco procuraram esmiuçar as representações geográficas acionadas no processo de elaboração de identidades coletivas constituídas em torno da origem geográfica comum.

Esperamos assim que nosso trajeto de trabalho tenha contribuído para a Geografia, especialmente quanto ao enfoque cultural, em dois norteadores inter-relacionados. Um norteador reforça a noção que o lugar, pela forma que é apropriado e conseqüentemente elaborado, pode se transformar em meio eficaz de reunião de pessoas. Essa reunião de pessoas explica-se pela motivação em comum gerada pelo sentido de pertencimento a um grupo com a mesma origem regional e/ou nacional e trajetória de vidas semelhantes ligadas ao fenômeno migratório.

O outro norteador empreendido no nosso estudo contribui também para concepção que o lugar pode servir como local de construções identitárias e projeção de representações nas quais permite tornar maior a visibilidade uma comunidade estrangeira no seio de uma dada sociedade majoritária. Desse modo, acreditamos ter alcançado meta no sentido de explorar carência de estudos geográficos (com devida atenção a interdisciplinaridade) que procurem articular imigração, movimento associativo e construção de identidades territoriais.

A composição da identidade coletiva dos portugueses analisada no presente estudo demonstrou ser claramente influenciada pela construção de identidades constituídas com referências geográficas às escalas local, regional, e nacional de origem do imigrante para validarem diferenciações de grupos em relação à sociedade majoritária brasileira. Esse processo de construção identitária efetivou-se, com recorrência, a “imaginação” de uma comunidade e “essencialização” da identidade conforme podemos diagnosticar de acordo com o sentido dado ao lugar, isto é, a casa regional.

Notamos que a “imaginação” já ocorria na consubstanciação do projeto de partida do imigrante português para o Brasil. As informações vindas do país tropical onde o “mito da fortuna” e o “mito do retorno” eram alimentados pelas notícias de patricios enriquecidos, pelo envio de dinheiro à família que ficou em Portugal ou, até mesmo, pelo retorno do próprio emigrante à terra natal esbanjando sinais de riqueza mediante vestuário ou pelos gastos atuavam favoravelmente na imaginação de que o emigrante (trabalhador e obstinado), quando quieria, conquistava riqueza. Podemos constatar que essa imaginação adquiria força com base em pretenso pensamento na qual a “essência” do português estava na aventura combinada com a grande dedicação ao trabalho, cuja “fórmula”, quando posta em funcionamento, era uma “sina” inevitável ao caminho identitário do “sucesso”. E, assim, milhares e milhares de portugueses partiram ao encontro do “destino” traçado.

No Brasil e, especificamente no Rio de Janeiro, os portugueses formavam uma grande massa de imigrantes, todavia desorganizadas, que se diluía pelo poder de assimilação da sociedade majoritária. Como resposta a desorganização e ao atendimento das demandas sociais próprias, surge movimento associativo português, no século XIX e, continua pelo século XX. No século XIX, de forma ampla, foram fundadas as caixas de socorro, de ajuda mútua e beneficências. No século XX, o movimento associativo prossegue em expansão e, correspondendo pela maior parte das agremiações, surgem as associações recreativas regionais, ou, simplesmente, casas regionais. Enfatizamos que esse movimento associativo passou, sem dúvida, pela “imaginação”, por parte das lideranças portuguesas, de uma comunidade coesa nas quais valores comuns permeados pelo companheirismo e pela origem da mesma nação (eis a “essência”) foram e são recursos eficazes na fundação e continuidade das associações.

Podemos observar que no nosso estudo de caso, a Casa de Trás-os-Montes esteve inserida (de forma pioneira sendo a primeira do tipo) dentro do contexto do movimento associativo português no Brasil ocorrido no século XX quando foram fundadas várias associações recreativas nas quais, entre as mais numerosas, destacaram-se as casas regionais. Entre as atribuições exercidas pela casa regional como associação representativa, enfatizamos cinco aspectos.

O primeiro, refere-se à possibilidade da associação ter sido, para o recém-chegado imigrante português, além de um lugar recreativo, um lugar com possibilidade de encontros e contatos sociais daqueles vinculados, de maneira direta ou indireta, a sua comunidade de origem geográfica portuguesa oriunda do mesmo concelho, distrito ou província. Por esse meio era possível o reativamento de laços de amizades antigas, a formação de novos círculos de amizades e ainda o relacionamento familiar entre pessoas que tiveram a mesma trajetória. Desse modo, a casa regional assumiu configuração de lugar de encontro das redes migratórias formadas entre as regiões específicas de Portugal de origem dos imigrantes e o destino dos mesmos, especificamente no Rio de

Janeiro ratificando assim a afirmação de ROCHA-TRINDADE (1989) para a tendência especialização e interligação dos fluxos tendo como origem e destino em comum.

O segundo aspecto relaciona-se à casa regional como local de produção de representações espaciais que possibilitam a caracterização de um lugar simbolicamente apropriado pelos portugueses. Essas representações, por sua vez, servem para as articulações referenciais na construção de identidades em torno daquilo que vincule ao ser, gostar ou simpatizar com as origens portuguesas. Assim o lugar torna-se local de manifestações de “afeição e lealdade pela pátria” (TUAN, 1982) adquirindo significado específico apropriado por grupo social (RELPH, 1980).

O terceiro aspecto é que a casa trasmontana destaca-se como mais uma instituição que possibilita tornar visível a presença da comunidade portuguesa, difusa nas várias marcas simbólicas de referência lusa no espaço urbano carioca. Sua singularidade devido ao fato de ser uma representante institucional da província de Trás-os-Montes e dos trasmontanos na cidade, por um outro lado, evidencia a pluralidade de associações de origem portuguesa no Rio de Janeiro. A pluralidade comprova-se pela existência de outras casas regionais, representativas de outras áreas de Portugal de origem (Casa do Minho, Casa dos Açores, Casa do Porto, etc.) dos variados grupos de imigrantes que caracterizaram a enorme massa de portugueses que vieram para o Brasil, ao longo do século XX – especialmente nas primeiras décadas e após a Segunda Guerra Mundial. Tal singularidade e/ou pluralidade deve ser vista não como motivações fragmentadoras em que se rejeita a pátria nacional portuguesa. Pelo contrário, o “regionalismo” exercido pelas casas regionais reforça o sentimento de pertencimento ao nacional – a origem portuguesa. A variedade das casas regionais presentes na cidade carioca, apesar de sua conotação, a princípio, de particularidade regional, sem dúvida, contribui expressivamente para a visibilidade nacional de uma comunidade de estrangeiros, no caso, a comunidade portuguesa.

O quarto aspecto é que as manifestações culturais que ocorrem na casa regional acabam por fundamentar, de forma deliberada ou não, um lugar de “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990) e/ou ainda um local de “lembranças afetivas” (TUAN, 1983). A associação regionalista possibilita cultivar e manter viva a memória das tradições, ligadas ao território original de forma mais ou menos idealizada. Essa idealização consiste num processo de reconstituição da memória social em que a “saudade da terra” (FELDMAN-BIANCO, 1992) é um norteador que age no sentido de selecionar os fatos ocorridos e re(a)presentá-los, a partir de cerimônias ou as festas, de forma positiva, os valores culturais dos portugueses.

O quinto aspecto é que as construções identitárias baseadas em referências geográficas acabam por refletir projeções das relações de poder hierarquizadas constituídas no interior da casa regional nas quais são controladas pelo mesmo grupo de imigrantes de procedência regional cuja instituição representa. Por sua vez, esse grupo hegemônico acaba por afirmar e projetar sua visão para o interior e exterior da associação. Para exemplificar, com apoio nosso estudo de caso, a hegemonia na Casa de Trás-os-Montes foi e ainda é exercida pelos trasmontanos, mesmo com a grande presença quantitativa de outros portugueses e brasileiros na associação recreativa. Isso fica evidente na realização das festas tradicionais em que as representações trasmontanas exercidas na casa regional adquirem maior relevo, apesar das representações de outras escalas geográficas mostrarem-se também presentes.

Assim sendo, a casa regional pode ser concebida como um perfil de associação nas quais as identificações regional (trasmontana) e nacional (portuguesa) são construídas de maneira em que as tradições de uma origem comum são “resgatadas”. Tradições essas vinculadas a comunidade “imaginada” em que são arregimentados os imigrantes trasmontanos, demais portugueses e luso-descendentes (brasileiros) para compartilhar a Casa como um lugar de afinidade e/ou lealdade em função de origem geográfica similar. A efetivação das tradições também

atua para moldar identidade coletiva com caráter marcadamente “essencialista” cujas representações geográficas são acionadas pelos portugueses e descendentes para estabelecer diferenciações conforme o contexto social. Essas representações remetem à procedência regional e nacional portuguesas, fonte de pretensas características “inatas” dos portugueses e descendentes. Com isso, os portugueses estabelecem a legitimidade dessas representações na construção identitária por meio de sua origem. A multiplicidade de representações geográficas é retratada pelo pertencimento a ordem político-administrativa de Portugal – o concelho, o distrito, a província e o país. Essa regionalização foi e são expressas pelos imigrantes marcadamente em muitas situações acompanhadas do sentimento da saudade da terra – matriz na qual a origem regional e nacional dos imigrantes emerge claramente como poder simbólico no valor estético das festividades.

Por outro lado, concomitante ao presente estudo, nos vários contatos ocorridos com os informantes relacionados à pesquisa, foi comum a interrogação: “Qual será o futuro da Casa de Trás-os-Montes? Qual o destino das casas regionais?” Muitos daqueles que nos colocavam esta outra questão mostravam apreensão ou a expectativa de uma resposta convincente. Acreditavam que o ato da presente pesquisa traria respostas incisivas para essa interrogação posta. Ficavam, de certa forma, apreensivos ou decepcionados quando argumentávamos que o foco da pesquisa não é “prever” o futuro da casa regional e sim analisar o processo de construções identitárias relacionadas às representações do espaço da nação de origem dos imigrantes e suas respectivas províncias, distritos e concelhos .

Essa interrogação é pertinente, pois nasce da constatação de que o grande fluxo de imigrantes portugueses praticamente foi interrompido a partir da década de 80. As dificuldades em expandir o quadro de associados na atualidade combinados com o envelhecimento e/ou falecimento de associados antigos evidenciam um cenário de perspectivas imprecisas. Bem diferente do período compreendido entre as décadas de 50 e 70 na qual a casa regional desenvolvia toda sua plenitude na adesão de associados e organização de variados eventos culturais (como as festas) que atraíram muito os portugueses e simpatizantes.

Acreditamos que a interrogação quanto ao futuro da casa regional deriva de certa perspectiva de imutabilidade presente na prática dos discursos e visões exercidas na casa regional. A direção da Casa de Trás-os-Montes, desempenhada por grupo seletivo de trasmontanos portugueses, lança mão de exercício hegemônico de identificação escorada em representações geográficas que se apóiam primeiramente em referenciais à província, mas que contemplam, porém com menor ênfase, também outras dimensões escalares do território nacional português. Esse exercício de construção de identidades com base na representação das tradições trasmontanas e portuguesas é reflexo das práticas sociais conservadoras na casa regional nas quais levam a um enrijecimento em torno da manutenção destas identidades com forte teor “essencialista”.

Ao observarmos a fundação das casas regionais dentro do movimento associativo português no Rio de Janeiro e, mais especificamente, a trajetória da Casa de Trás-os-Montes, percebemos que seu intuito esteve ou está motivado, centralmente, ao atendimento das necessidades sócio-culturais do trasmontano originalmente e que depois foi estendida aos demais portugueses no Brasil. O reconhecimento de circunstâncias híbridas em que outros interesses sociais estivessem em jogo com a maior contemplação de demandas luso-brasileiras ou até mesmo brasileiras foi exercido em ocasiões nas quais, em primeiro lugar, foram diagnosticados interesses dos próprios portugueses. Por isso optamos em privilegiarmos olhar na perspectiva dos portugueses porque a eles pertenceu e ainda pertence o controle dos rumos da casa regional. As concessões às demandas culturais brasileiras eram feitas dentro de uma conjuntura na qual viessem a contribuir para esforço da manutenção da própria casa regional, dentro, é claro, de um formato cultural hegemônico trasmontano/português. Destacamos que o reconhecimento de uma dimensão de fusão plena luso-brasileira ou a consideração por demandas

genuinamente brasileiras no processo de construção identitária que são efetivados na Casa de Trás-os-Montes teve modo secundário e não central. Por isso nossa preferência de estudo a partir da perspectiva dos portugueses.

Assim, no processo de produção da identidade coletiva dos portugueses por meio da casa regional, o lugar esteve e está orientado ainda fortemente para o ponto de vista de diferenciação do grupo minoritário perante a sociedade brasileira em que a identificação celebrada se apóia fortemente em representações geográficas. Mais do que isso, a construção da identidade grupal utiliza-se de referenciais culturais balizados pelas tradições (re)vivenciadas por uma comunidade nitidamente “imaginada” que naturalizam ou “essencializam” este processo.

Isso fica claro quando analisamos as festas. Apesar da participação de brasileiros com sua presença dominante como membros do grupo folclórico e a frequência de muitos em vários eventos festivos, sua força cultural como agente é reduzida, no que tange a práticas culturais alternativas. A estética e o discurso cultural são, majoritariamente, de destaque a um passado camponês dos imigrantes portugueses. É a lembrança das atividades agrícolas e suas festas no momento da colheita. São os pratos típicos como o caldo verde, sardinha, bacalhau ou vinho que mais são celebrados. Muitas das músicas executadas são aquelas que procuram valorizar como temática a origem regional e nacional da comunidade portuguesa.

Outro fato que corrobora com o processo de “essencialização” é a própria estrutura de poder da Casa de Trás-os-Montes. O exercício de poder dos trasmontanos nos principais cargos da direção, a maior presença dos portugueses no conselho deliberativo – órgão responsável pela escolha dos membros da direção – não deixam dúvidas de quem controla a programação da casa regional. A exaltação das tradições trasmontanas e portuguesas através da música típica, o rancho folclórico, a gastronomia e a possibilidade de estar entre os “seus”, isto é, amigos e familiares reforçam o sentimento da comunidade “imaginada” e, mais do que nunca, justificam a expressão “é uma casa portuguesa com certeza”. Mesmo com a presença crescente dos brasileiros ocorridas nas últimas décadas e, até mesmo, a participação destes no corpo da diretoria, a visão predominante quanto à finalidade e o projeto cultural da casa regional não sofre maiores alterações. Isso se explica devido ao fato de os brasileiros escolhidos para ocupar cargos são aqueles luso-descendentes que concordam e filiam-se ao projeto praticado na Casa de Trás-os-Montes. Assim, a maior participação dos brasileiros não ameaça radicalmente a estrutura da casa regional, pois a mentalidade e prática político-cultural repetem e refletem o continuísmo com a programação das últimas décadas.

Enfim, o refrão de famoso fado popular define com clareza o perfil da condução e programação praticadas ainda na atualidade da casa regional:

“É uma casa portuguesa, com certeza!

É, com certeza, uma casa portuguesa!”

Dessa forma, a Casa de Trás-os-Montes afirma-se como um lugar de identidade em que as representações geográficas dão cunho a um processo em que a identificação territorial assume especial importância. As práticas de representação localista, regionalista e/ou nacionalista dos portugueses encontram ressonância e são estimuladas no lugar casa regional. Mesmo com a maior participação dos brasileiros, notamos que o padrão dominante de representação espacial não foi rompido. Por isso, o refrão do fado destacado permanece ainda forte.

Referências Bibliográficas.

- ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações Internacionais no Brasil: um Panorama Histórico. In: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Programa Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil - v. 1. Campinas, 1995, p.1-38.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia da População*. São Paulo: EDUSP, 1971.
- BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOSSÉ, Mathias Le. As Questões de Identidade na Geografia Cultural – Algumas Concepções Contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p.157-179.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.
- BOYD, Monica. Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agenda. In: *International Migration Review*, 1989, n: 23, vol. 3, p.638-670.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: as Migrações Internacionais no Desenvolvimento do Capitalismo. In: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil*

Contemporâneo. Programa Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, vol. 1, Campinas, 1995, p.55-66.

- BRUNEAU, Michel. *Espaces et territoires de Diasporas*. Paris: L'espace Geographique, vol. 1. Paris: Belin-Reclus, 1994.
- CASA DE TRÁS-OS-MONTES. Estatuto da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em <<http://www.casatrasosmontes.com.br>> Acesso em 20 set. 2005.
- CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.117-140.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p.95-105.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. *História dos Bairros, Memória Urbana Tijuca*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1984.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- _____. As Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.155-196.
- _____. A Geografia Cultural: o Estado da Arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.59-98.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-48.
- COSTA, A. Gomes da. *O Homem Português e o Brasil*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1998.
- DORNELAS, Sidnei Marco. Os Imigrantes Portugueses e a Devoção de Fátima em Paris. São Paulo: Travessia-Revista do Imigrante, p.23-25.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FEDERAÇÃO PORTUGUESA E LUSO-BRASILEIRA. *Dados Estatísticos*. Rio de Janeiro: 2004. (Disquete)
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Saudade, Imigração e Construção de uma Nação Desterritorializada. Campinas: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol: 9 (n: 1), artigo 35, 1992, p.35-49.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Mais Além da Cultura: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: ARANTES, A. (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 1992, p.30-49.
- FERREIRA, Luiz Felipe. O Lugar Festivo – A Festa como Essência Espaço-Temporal do Lugar. In: Revista Espaço e Cultura, jan. - jun. n: 15, 2003, p.7-21.
- FOOTE-WHYTE. Treinando a Observação Participante. In: *Desvendando as Máscaras Sociais*. ZALUAR, Alba (org.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.p.77-86.
- FREMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

- GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Campanha Gaúcha e o Resgate da Identidade Regional*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 1986.
- _____. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.169-190.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX, 1914 -1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 1991. Migração: Brasil*. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1997 a.
- _____. *Censo Demográfico de 1991. Migração: Estado Rio de Janeiro-RJ*. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1997 b.
- KLEIN, Herbert S. *A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Século XX*. Revista Brasileira de Estudos da População, v.6, n2, 1989, p17-37.
- _____. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- KONG, Lily. *Popular Music Geographical Analyses*. Cingapura: Revista Progress in Human Geography, vol. 19, 1995, p. 183 -198.
- LA BLACHE. *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1948.
- LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LIMA, Maria Helena Beozzo. *A Missão Herdada: um Estudo sobre a Inserção do Imigrante Português*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, 1973.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MASSEY, Douglas, et al. Migration, Ethnic Mobilization and Globalization – Causes of Migration. In: GUIBERNAU, Montserrat & REX, John (org.), *The Ethnicity Reader – Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Reino Unido, Polity Press, 1997.
- MATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. *Geografia de Portugal*. Lisboa: Estampa, 2000.
- MELO, Daniel. *Longe da Vista, Perto do Coração: O Associativismo Regionalista no Império Português*, 2004 (Arquivo PDF).
- MENEZES, Ângela Dutra. A Gastronomia Portuguesa no Estado do Rio de Janeiro. In: LESSA, Carlos. *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.547-582.

- MÉO, Guy di. *La Geographie en Fêtes*. Paris: Geophysis. 2001.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (MNE). *A Comunidade Portuguesa no Mundo*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 1999. Disponível em <http://www.embaixadadeportugal.org.br/comunidade.php>. Acesso em 29 de jan. 2006.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*. Petrópolis: ed. Vozes, 2003.
- MÜLLER, Elisa. A Organização Sociocomunitária Portuguesa no Rio de Janeiro. In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.301-326.
- NORA, Pierre. *Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire*. In; Representations, n: 26 (1). Universidade da Califórnia, 1989, p.7-25.
- NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Meios de Transportes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio, 1934. *Apud* ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PEDONE, Cláudia. El Potencial del Análisis de las Cadenas e Redes Migratórias em las Migrações Internacionais Contemporâneas. CATAÑO, Garcia; LÓPEZ, Muriel (orgs). *Actas del 3 Congreso sobre la Inmigracion em España: Contextos e Alternativas*. Granada: Laboratórios de Estudos Interculturales, 2002, p.223-235.
- PEREIRA, Mirian H. *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, Portugal: Instituto Camões, 2002.
- POCHE, Bernard. *La Région comme Espace de Référence Identitaire*. Espaces et Societés, n: 42, 1993, p.3-12.
- PORTELA, I & OLIVEIRA, M. *Portugueses no Brasil: o Paradoxo do Retorno*. Lisboa: Secretaria do Estado das Comunidades Portuguesas, 1987.
- REGO, A. da Silva. *Relações Luso-Brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa, 1966.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1980.
- ROCHA-TRINDADE. Maria Beatriz. *A Presença dos Ausentes*. Revista de Estudos Urbanos e Regionais; Sociedade e Território. Vol. 8, Espaço e Emigração, Ano 3, 1989, p.8-16.
- SAYAD. Abdelmalek. *A Imigração, ou, os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A Produção Social da Identidade e Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p73-102.
- THIESSE, Anne Marie. "La Petite Patrie Dans la Grande": Regionalismo e Identidade Nacional durante a Terceira República (1870-1940). Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

- _____. A Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p 143-164.
- VAINER, Carlos B. Estado e Imigração Internacional: da Imigração à Emigração. In: *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Programa Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil - v. 1. Campinas, 1995, p.39-52.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença; uma Introdução Teórica e Conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Cronograma das Festas na Casa de Trás-os-Montes.

Janeiro

Dia 7 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira com o melhor de MPB com Mário de André (voz e violão)

Dia 9 (dom-12h). “Festa dos Reis”. Cardápio: self-service com bacalhau e “Sopa dos Reis”. Primos Lopes das Violas com cantigas dos Reis, tecladista Alberto e tocadores de acordeão.

Dia 16 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês e ao concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Bragança e Valpaços. Cardápio; churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 23 (dom-12h). Almoço da Casa do Benfica. Cardápio: Churrasco self-service com guarnições variadas tripas a moda trasmontana. Atrações: Conjunto “Os Típicos da Beira”.

Dia 29 (sáb-21h). “Arraial Trasmontano e Noite do Hawai” com frutas tropicais em todas as mesas. Premiação para as três fantasias mais bonitas. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, pão e vinho. Atração: conjunto “Os Típicos da Beira”. Traje: fantasia ou esporte.

Fevereiro

Dia 11 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 20 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês. Cardápio; churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 26 (sáb-21h). “Arraial Trasmontano com Vindima Trasmontana”. Distribuição de uvas em todas as mesas. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, pão e vinho. Atração: conjunto os “Típicos da Beira” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Março

Dia 04 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 06 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos Régua, Santa Marta de Penaguião e Sabrosa. Cardápio; churrasco *self-service* com guarnições variadas e cozidos a portuguesa. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o Grupo folclórico mirim de Lima Abreu.

Dia 18 (sex-21h). Noite dos fados com a cantora trasmontana Andréa Rios e a nossa fadista Maria Alcina acompanhada dos guitarristas Vítor Lopes e na viola do Caçula e Hilário.

Dia 20 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês e ao Concelho de Boticas. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e o Grupo Associação Desportiva Cultural e Recreativa da Serra do Leiranco Sapiões vindo diretamente de Portugal.

Dia 27 (dom-11h). Missa em homenagem ao “Dia da Páscoa”, com “Beija Cruz” às 15h30min. Às 12h, Almoço de Páscoa. Cardápio: cabrito, coelho, carne assada com respectivas comidas típicas, saladas diversas, pão-de-ló, folar e amêndoas portuguesas. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o Grupo Associação Desportiva Cultural Recreativa da Serra do Leiranco Sapiões.

Abril

Dia 01 (sex - 19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 10 (dom-12h). Almoço em homenagem ao concelho de Vila Real. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo “Cantares Aleu de Vila Real”, vindo diretamente de Portugal.

Dia 17 (dom-12h). “Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês”. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo “Cantares Aleu de Vila Real”, com a sua última apresentação.

Dia 30 (sáb-21h). “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batatas, pimentão, caldo verde, galeto, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Maio

Dia 06 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 08 (dom-11h) “Missa em Louvor a Nossa Senhora de Fátima, a seguir, procissão no quarteirão”. Às 12h, Almoço em homenagem ao “Dias das Mães” com eleição da mãe mais jovem, mais idosa e a mãe tradicional do clube com distribuição de lembranças para todas as mães presentes. Cardápio: churrasco *Self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 22 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês e aos concelhos de Chaves, Montalegre Ribeira de Pena. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo mirim Lima Abreu.

Dia 28 (sáb-21hs). “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e o grupo folclórico Tomás Borba da Casa dos Açores.

Junho

Dia 03 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 09 (qui-15h). “Bingo e sorteios” – confirmação dos convites através de nossa secretaria até o dia 08/06/05. Convites na secretaria R\$ 15,00 por pessoa.

Dia 12 (dom-11h). Missa em “Ação de Graças” às 11hs em nossa sede pelo 29º aniversário da fundação do grupo folclórico mirim Lima Abreu e pelos concelhos de Alijó e Murça. Às 12hs, almoço animado pelo conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e pelo grupo folclórico mirim Lima Abreu. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas – teremos, também, eleição da rainha e princesa do grupo folclórico mirim Lima Abreu.

Dia 19 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: Conjunto “Os Típicos da Beira” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 25 (sáb-21h). “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, tripas à moda, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e grupo folclórico Armando Leça, da Casa do Ponto.

Julho

Dia 01 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 03 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Bragança e Valpaços. Cardápio: churrasco *self-service* com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 10 (dom-14h). “Grande Festa Julina”, com variedades de barracas com comidas típicas, bebidas e sorteios, brincadeiras e animação da quadrilha do grupo folclórico Guerra Junqueiro. Não percam! Venham e tragam seus familiares e amigos para se divertirem.

Dia 17 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos de Miranda do Douro, Freixo de Espada a Cintra e Alfândega da Fé. Churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Lisboa Rio Show” com Manuel Cardoso e sua sanfona e o grupo folclórico mirim Lima Abreu.

Dia 24 (dom-12h). Grande almoço pelo aniversário do conjunto “Os Típicos da Beira”.

Dia 29 (sex-20h). Sessão Solene na sede social tendo como orador Antonio Almeida e presidida pelo embaixador Antonio Tânger Corrêa, cônsul de Portugal no Rio de Janeiro.

Dia 30 (sáb-20 h). Jantar comemorativo do 82 aniversário da fundação da Casa. Atrações: “Os Típicos da Beira Show” e Mario Simões.

Dia 31 (dom-11 h). Missa Solene no salão nobre por intenção dos sócios falecidos e “Ação de Graças” pelo 82 aniversário da fundação da Casa.

Agosto

Dia 05 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 07 (dom-12h). Almoço em homenagem ao concelho de Mirandela. Cardápio: Churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 14 (dom-12). Almoço em homenagem ao “Dia dos Pais”. Churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro. Eleição do pai tradicional, o mais idoso, o mais jovem e distribuição de lembranças ao todos os pais.

Dia 21 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês e a componente que vai a Portugal. Churrasco self-service com guarnições variadas e opção cabrito. Atrações: banda “Brilho Cristal” e o grupo folclórico Lima Abreu.

Dia 27 (sáb-21h) “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, tripas à moda, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e grupo folclórico Camponeses de Portugal.

Setembro

Dia 02 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 04 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Vimioso e Moncorvo. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas com opção do cabrito. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o grupo folclórico mirim Lima Abreu.

Dia 11 (dom-12h). Almoço beneficente da igreja São José do Padre Lúcio. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 24 (sáb-21h). “Festa dos Queijos e Vinhos Portugueses”. Cerveja e vinho incluídos. Atração: conjunto “Os Típicos da Beira”.

Outubro

Dia 02 (dom-12h). Almoço em homenagem aos aniversariantes do mês. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o grupo folclórico mirim Lima Abreu. Entrega do troféu aos campeões de sueca.

Dia 06 (qui-15 h). Chá de convívio social com bingo e sorteios.

Dia 07 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 16 (dom-11h). Missa em louvor a Nossa Senhora de Fátima e 44 aniversário do grupo folclórico Guerra Junqueiro. Procissão pelas ruas do largo da Segunda-Feira. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Típicos Trasmontanos” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Dia 29 (sáb-21h) “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, tripas à moda, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro.

Novembro

Dia 04 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 06 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos de Vinhais, Carraceda de Ansiães e Vila Flor. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Navegantes”, o grupo folclórico Guerra Junqueiro e eleição da rainha.

Dia 13 (dom-12h). Almoço da Casa do Benfica. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas, arroz a bacalhau, tripas à moda do Porto e cozido. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e concertina “Alta Minho”.

Dia 20 (dom-12h). Apresentação do cantor Clemente, vindo diretamente de Portugal com a participação da banda “Arouca”. Cardápio: churrasco self-service com guarnições variadas.

Dia 26 (sáb-21 h). “Arraial Trasmontano”. Cardápio: sardinha portuguesa, batata, pimentão, caldo verde, galeto, tripas à moda, pão e vinho. Atrações: conjunto “Os Típicos da Beira” e grupo folclórico Veteranos da Casa de Aldeias de Portugal.

Dezembro

Dia 02 (sex-19h). Sensacional bar de sexta-feira de com o melhor de MPB com Mário André (voz e violão).

Dia 04 (dom-12h). Almoço em homenagem aos concelhos de Chaves, Boticas e Montalegre. Cardápio: Churrasco self-service com guarnições variadas. Atrações: conjunto “Os Navegantes” e o grupo folclórico Guerra Junqueiro

Dia 18 (dom-12h). Almoço natalino. Cardápio: bacalhau a trasmontana e comidas típicas natalinas. Atrações: conjunto “Ana Madeira e Menos Um”.